



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

ADALBERTO PORTILHO COSTA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO NA
RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE, PORTO
DE MOZ (PA)

Belém

2009

ADALBERTO PORTILHO COSTA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO NA
RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE, PORTO
DE MOZ (PA)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Lúcia Teresinha Lopes Simonian.

Belém

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca do NAEA/UFPa.)

Costa, Adalberto Portilho.

Políticas educacionais e desenvolvimento na Reserva Extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz (PA) / Adalberto Portilho Costa; Orientadora, Ligia Teresinha Lopes Simonian. – 2009.

1167f.; il.; 31 cm.

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2009.

1. Educação – Política Governamental – Porto de Moz (PA) 2. Reserva Extrativista Verde para Sempre – Porto de Moz (PA) 3. Educação Rural – Porto de Moz (PA) 4. Desenvolvimento Sustentável 5. Porto de Moz (PA) – Aspectos Sociais. I. Simonian, Ligia Teresinha Lopes, orientador. II. Título.

ADALBERTO PORTILHO COSTA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO NA
RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE, PORTO
DE MOZ (PA)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Orientador: Prof.^a Dr. Ligia Teresinha Lopes Simonian.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª. Ligia Teresinha Lopes Simonian

Orientador – NAEA/UFPA

Prof^º. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro

Examinador – NAEA/UFPA

Prof^ª Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo

Examinador – Externo: Faculdade de Educação /UFPA – Campus Universitário do Tocantins - Cametá

Resultado: _____

Dedico este trabalho aos meus avós Duquinha Portilho (*in memorian*) e Rosa Valente (*in memorian*); e João Maria Costa e Nezita (*in memorian*) ribeirinhos amazônidas corajosos.

AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos que me proporcionou um ambiente favorável e rico de conhecimentos, informações e estrutura.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa que proporcionou a bolsa de estudos, sem a qual este trabalho seria muito mais difícil.

Aos profissionais da Biblioteca do NAEA, pelo apoio incondicional.

À Prof^ª. Dr^ª. Ligia Simonian que orientou minhas pesquisas com interesse, dedicação e competência.

Ao professor Dr. Raimundo Nonato Falabelo pela amizade e auxílio intelectual.

Aos moradores de Porto de Moz, Valdir, Ana, Valdir Trindade, Sr. Durcelino Sampaio que foram decisivos em minhas pesquisas.

Aos moradores das Comunidades de Santo Antonio de Carmelino, Santa Clara, Arimum e Majari, pelo auxílio no processo de levantamento das informações e pela acolhida fraterna.

À Associação do Rio Arimum, Comitê Gestor, STR, Colônia Z-64, SEMED de Porto de Moz, pelas informações prestadas.

Aos amigos Celso Frances, Aldo, Vânia e Rodrigo que foram importantes nesta trajetória.

À minha turma do NAEA, pelos momentos de aprendizagem e lazer.

À minha tia D. Tila, que me proporcionou ambiente familiar durante este trajeto.

À minha namorada Jane, que sofreu junto comigo os dois anos de sacrifícios constantes por conta do curso e da pesquisa.

Aos meus irmãos Adonis e Adailton e especialmente meu pai Abelardo e minha mãe Catarina, que derramaram muitas lágrimas cada vez que se fazia necessário eu partir, mas que se fortaleciam por saber que eu estava fazendo algo que me realizava.

A educação é o elemento da vida social responsável pela organização da experiência dos indivíduos na vida cotidiana, pelo desenvolvimento de sua personalidade e pela garantia da sobrevivência e do funcionamento das próprias coletividades humanas.

Florestan Fernandes

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar que motivos fazem com que a criação da Reserva Extrativista Verde para Sempre não venha sendo capaz de estimular a elaboração de políticas públicas, especialmente às educacionais, capazes de contemplar as necessidades e perspectivas das populações que vivem dentro e em seu entorno. Neste trabalho consideram-se as consequências geradas pela criação desta RESEX, e as transformações provocadas na dinâmica das relações sócio-políticas, econômicas e ambientais. O trabalho está alicerçado com base em levantamentos bibliográficos – incluindo fotografias e mapas – e pesquisa de campo para a coleta de dados. Com base nestes procedimentos, descrevem-se os desdobramentos gerados pela criação da RESEX a partir de algumas políticas públicas educacionais já previstas. Revelam-se conflitos e esperanças das populações rurais, bem como a realidade educacional vivenciada em Unidades de Conservação no cenário amazônico. Almeja-se com este estudo incentivar uma reflexão sobre o modelo educacional desenvolvido na área rural amazônica e fortalecer a proposta de sustentabilidade com auxílio do processo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional. Sustentabilidade. Reserva Extrativista. Educação Rural. Porto de Moz.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to investigate what prompted the creation of the Extractivist Reservation Verde para Sempre not to be able to stimulate the elaboration of public policies, specially the educational ones, which are able to contemplate the necessities and perspectives of the populations which live in and around them. In this work, we considered the consequences generated by the creation of that RESEX, and the modifications provoked in the dynamic of the sociopolitical, economical and environmental relations. The work is based on bibliographical surveys – including photographs and maps – and field research for data collect. Based on those procedures, we relate the outcomes generated by the creation of the RESEX from some educational public policies already presupposed. We reveal the conflicts and the hopes of the rural populations, as well as the educational reality experienced in Units of Conservation in the amazonian scenery. With this study, we long to incite a reflection on the educational standard developed in the amazonian rural area and strengthen the proposal of sustainment with the aid of the educational process.

Keywords: Educational Policy. Sustainability. Extractivist Reservation. Rural Education. Porto de Moz.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Área da RESEX Verde para Sempre	25
Mapa 2 - Região de Integração do Xingu	56
Mapa 3 - O município de Porto de Moz	65
Fotografia 1 - Orla da cidade de Porto de Moz	62
Fotografia 2 - Imagem e igreja as São Braz	62
Fotografia 3 - Orla da cidade de Porto de Moz	62
Fotografia 4 - Rio Xingu em Porto de Moz	66
Fotografia 5 - Uma das entradas para a RESEX	66
Fotografia 6 - Residência dentro da RESEX	66
Fotografia 7 - Residência e embarcação dentro da RESEX	66
Fotografia 8 - Residência na comunidade de Arimum	69
Fotografia 9 - Residência de palha na comunidade de Arimum	69
Fotografia 10 - Residência nas comunidades de Arimum	69
Fotografia 11 - Residência nas comunidades de Majari	69
Fotografia 12 - Hospital de Porto de Moz	73
Fotografia 13 - Casa de farinha de mandioca na comunidade de Arimum	80
Fotografia 14 - Casa de farinha de mandioca na comunidade de Santo Antonio de Carmelino	80
Fotografia 15 - Comunidade de Santo Antonio de Carmelino	94
Fotografia 16 - Trapiche Comunidade de Santa Clara	94
Fotografia 17 - Residência na comunidade de Santa Clara	94
Fotografia 18 - Família da comunidade de Santa Clara	94
Fotografia 19 - Comunidade de Arimum	95

Fotografia 20 - Comunidade de Majari	95
Fotografia 21 - Vegetação marinha na RESEX	100
Fotografia 22 - Vegetação terrestre na RESEX	100
Fotografia 23 - Centro comercial da cidade de Porto de Moz	103
Fotografia 24 - Moradora da RESEX	103
Fotografia 25 - Diário de classe	114
Fotografia 26 - Livros e cadernos utilizados nas escolas do interior da RESEX	114
Fotografia 27 - Classes multisseriadas em Porto de Moz	114
Fotografia 28 - Alunos do Curso de História da UVA	114
Fotografia 29 - Escola da comunidade de Arimum	121
Fotografia 30 - Parte interna da escola da comunidade de Arimum	121
Fotografia 30 - Escola da comunidade de Santa Clara	122
Fotografia 31 - Escola da comunidade Majari	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A população de Porto de Moz entre os anos 1980-2007	67
Quadro 2 - A situação das unidades domiciliares na área urbana e rural de Porto de Moz entre os anos de 1980 – 2007	67-68
Quadro 3 - A população de Porto de Moz segundo sexo entre o anos de 1980 – 2007	68
Quadro 4 - O número de habitantes por unidades domiciliares de Porto de Moz entre os anos 1996 – 2000	68
Quadro 5 - Indicadores de população de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativa e ocupada em Porto de Moz entre os anos de 1991/2000	71
Quadro 6 - O número de Unidades Ambulatoriais de Porto de Moz cadastradas no SIASUS entre os anos de 1993-2003	73
Quadro 7 - O número de leitos por habitantes em Porto de Moz entre os anos de 1999 -2003	74
Quadro 8 - O número de hospitais e leitos em Porto de Moz entre os anos de 1999-2003 segundo algumas características	75
Quadro 9 - O número de estabelecimentos em Porto de Moz com vínculos empregatícios segundo setor de atividade econômica do cadastro RAIS entre os anos de 1999-2005	75
Quadro 10 - O estoque de emprego em Porto de Moz segundo setor de atividade econômica entre os anos de 1999-2005	75-76
Quadro 11 - O Produto Interno Bruto de Porto de Moz (PIB) - valor adicionado bruto a preço básico corrente por setor entre os anos de 1997-2004	76
Quadro 12 - O Produto Interno Bruto per capita de Porto de Moz a preço de mercado corrente segundo os anos de 1997-2004	76-77
Quadro 13 - O Produto Interno Bruto per capita de mercado corrente em Porto de Moz entre os anos de 1997-2004	77
Quadro 14 - O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em Porto de Moz entre os anos de 1970/1980/1991/2000	78
Quadro 15 - O número de terminais telefônicos em Porto de Moz entre os anos de 1995 – 2002	79

Quadro 16 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras temporárias em Porto de Moz entre os anos de 1994 – 1996	79
Quadro 17 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras temporárias em Porto de Moz entre os anos de 1997 – 2000	80
Quadro 18 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras temporárias em Porto de Moz entre os anos de 2001 – 2002	81
Quadro 19 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras temporárias em Porto de Moz entre os anos de 2003 – 2005	81
Quadro 20 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras permanente em Porto de Moz entre os anos de 1994 – 1996	82
Quadro 21 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras permanente em Porto de Moz entre os anos de 1997 – 2000	82
Quadro 22 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras permanente em Porto de Moz entre os anos de 2001 – 2002	83
Quadro 23 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanente em Porto de Moz entre os anos de 2003 – 2005	84
Quadro 24 - Os principais rebanhos existentes em Porto de Moz entre os anos de 1994 – 2000	85
Quadro 25 - Os principais rebanhos existentes em Porto de Moz entre os anos de 2001 – 2005	85-86
Quadro 26 - A quantidade e valor dos produtos de origem animal em Porto de Moz entre os anos de 1994 -1996	86
Quadro 27 - A quantidade e valor dos produtos de origem animal em Porto de Moz entre os anos de 1997 – 2000	86
Quadro 28 - A quantidade e valor dos produtos de origem animal em Porto de Moz	

entre os anos de 2001 – 2005	86
Quadro 29 - A quantidade e valor dos produtos de extração vegetal em Porto de Moz entre os anos de 1994 – 1996	87
Quadro 30 - A quantidade e valor dos produtos de extração vegetal em Porto de Moz entre os anos de 1997 – 2000	87-88
Quadro 31 - A quantidade e valor dos produtos de extração vegetal em Porto de Moz entre os anos de 2001 – 2005	88
Quadro 32 - O número de estabelecimentos por dependência administrativa e graus de ensino em Porto de Moz entre os anos de 1996 -2006	103-104
Quadro 33 - A função docente por dependência administrativa e graus de ensino em Porto de Moz entre os anos de 1996 – 2006	105
Quadro 34 - A matrícula por dependência administrativa e graus de ensino em Porto de Moz entre os anos de 1996 – 2006	106-107
Quadro 35 - A taxa de rendimento escolar em Porto de Moz entre os anos de 1999 -2004	107-108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A população residente em Porto de Moz entre os de 1991/2000 segundo algumas características	70
Tabela 2 - Distribuição da população ocupada (POC) por posição na ocupação e a categoria no trabalho principal em Porto de Moz entre os anos de 1991/2000	71
Tabela 3 - As pessoas de 10 anos ou mais ocupadas por seção de atividade do trabalho principal em Porto de Moz entre os anos de 1991/2000	72

LISTA DE SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica
CME	Conselho Municipal de Educação
COMES	Conselho da Merenda Escolar
COMIG	Comitê Gestor
CMMAD	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPT	Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONGE	Conselho Gestor
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CP	Colônia de Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DIEPI	Diretoria de Estatística, Pesquisa e Informações Sócio-econômicas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FLONAS	Florestas Nacionais
GEDE	Grupo de Estudos de Desenvolvimento
GERES	Gerência Regional de Saúde

IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto Pesquisas Econômicas Aplicadas
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LAET	Laboratório Agro-ecológico da Transamazônica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação, Cultura e Desporto
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPST	Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica
MS	Ministério da Saúde
MTB	Ministério do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Produção Agrícola Municipal
PARNA	Parque Nacional
PCCM	Plano de Cargos e Carreiras do Magistério
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDS	Plano de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização

PIR	Plano de Inserção Regional
PME	Plano Municipal de Educação
PMPM	Prefeitura Municipal de Porto de Moz
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político Pedagógico
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REINT	Região de Integração
RESEX	Reserva Extrativista
SECTAM	Secretaria de Estado e Meio Ambiente
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEIR	Secretaria de Estado de Integração Regional
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEPOF	Secretaria de Estudos de Planejamento, Orçamento e Finanças
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UC	Unidades de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica
UVA	Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 O <i>LOCUS</i> DE PESQUISA	24
1.2 A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	26
1.3 O APORTE METODOLÓGICO	29
1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	34
2 RESERVAS EXTRATIVISTAS, POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO	36
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL	36
2.2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	42
2.3 A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	46
2.4 A IMPORTÂNCIA DA ÁREA DE ENTORNO DA RESEX	51
3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO XINGU	56
3.1 ASPECTOS GERAIS	56
4 O MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	61
4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	61
4.2 ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS	64
4.3 DEMOGRAFIA	67
4.4 SAÚDE	74
4.5 ECONOMIA	75
4.6 ÍNDICE DE DESENOVLIMENTO HUMANO – IDH	78
4.7 COMUNICAÇÃO	78

4.8 AGRICULTURA	79
4.9 PECUÁRIA	84
4.10 EXTRATIVISMO VEGETAL	87
5 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE SANTO ANTONIO DE CARMELINO, SANTA CLARA, ARIMUM E MAJARI	89
5.1 A RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE	96
5.2 A RELAÇÃO ENTRE O RURAL E O URBANO	100
5.3 A POLITICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	103-104
5.4 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NAS COMUNIDADES DE SANTO ANTONIO DE CARMELINO, SANTA CLARA, ARIMUM E MAJARI	115
6 O FENÔMENO EDUCATIVO NA RESEX VERDE PARA SEMPRE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	123
6.1 A POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO NA RESEX VERDE PARA SEMPRE	123
6.2 EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	130
6.3 INTERESSE E EXPECTATIVAS DOS EXTRATIVISTAS	137
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES	164

1 INTRODUÇÃO

As contradições entre crescimento econômico e manutenção dos ecossistemas que os sustentam encontram-se cada vez mais em evidência. E não apenas pelas condições de vida, já bastante precárias das populações mais pobres – como também os padrões altos de consumo material e energético das sociedades contemporâneas (BUARQUE, 2006; FOLADORI, 2001; SACHS, 2004; XIMENES, 1997). Os indicadores da deterioração dos ecossistemas em todo o mundo tornam-se alarmantes, à medida que a capacidade de suporte do planeta Terra vem sendo reduzida.

Está a contribuir para isto o desmatamento, a expansão da erosão em terras cultiváveis, a poluição de rios e dos mares. Somado a todas estas questões, existe o agravante da exaustão de fontes de energias não-renováveis e o desordenado crescimento populacional, principalmente nos países pobres (FERNANDES, GUERRA, 2006; SOUZA, 2000). Tais questões estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento sustentável e pressupõem trazer para o campo de análise a condição de pobreza e exploração da maioria dos seres humanos, bem como o processo intenso de degradação do meio ambiente.

Na conjuntura atual, o debate sobre Unidades de Conservação (UC) como estratégia para a proteção da biodiversidade, traz a tona questões relacionadas com as demandas das populações residentes nestas áreas. Entre as categorias que pertencem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000), é provável que as Reservas Extrativistas (RESEX)¹ são as que melhor conseguem conceber o ideário de conquistas sociais, sem perder de vista a preocupação com a conservação ambiental. E porque, de acordo com Allegretti (2002), Loureiro (2007) e Simonian (2000), estas UC conseguem viabilizar a presença de seres humanos no interior de seus limites, e os integra como base de sua criação, representando assim, uma conquista dos grupos sociais na redistribuição de um território.

As RESEX constituem um importante instrumento de sobrevivência para as populações tradicionais, pois ao mesmo tempo em que lhes garante a posse legal da terra

¹ A RESEX está prevista no art. 18 da Lei nº. 9.985 (BRASIL, 2000). É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais desta UC de Uso Sustentável (UCUS). É uma área de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta mesma lei e em regulamento específico sendo que as áreas particulares incluídas em seu limite devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

permite a exploração ordenada com vistas à sustentabilidade (ALLEGRETTI, 2002; FERREIRA, 2001; SIMONIAN, 2007, 2000). Representam uma alternativa viável no sentido de amenizar o êxodo rural, estimulam o trabalho e permanência das famílias na floresta respeitando seus limites e impedindo a implantação de culturas degradantes, como a pecuária ou mesmo a agricultura desordenada. Para que as RESEX possam se consolidar de maneira efetiva faz-se necessária a implementação de um conjunto de políticas públicas² envolvendo os âmbitos federal, estadual e municipal.

O ato de criar a área de RESEX por decreto constitui apenas uma das etapas e necessita de ações articuladas e sistemáticas para constituir-se como proposta de sustentabilidade. Neste sentido, é de suma importância que se viabilize investimentos nas áreas de infraestrutura e serviços básicos – como saúde, educação, lazer, infraestrutura, energia elétrica – capazes de proporcionar condições de vida mais digna às comunidades residentes, não só nas RESEX, como também em seu entorno. Muitas são as ações que se fazem necessárias nestas áreas, onde a presença do Estado quase sempre é deficiente.

Com relação ao aspecto educacional, na região amazônica, o oferecimento deste serviço básico tem sido problemático especialmente por conta, não só das especificidades regionais, como também pela dificuldade de acesso às comunidades distantes. A região tem sido marcada pela ausência de políticas públicas educacionais específicas capazes de garantir a formação política e educacional de sua população (ARAGÓN, 1997; CANALI, 2007; LIMA, 2001). Educadores, educandos, lideranças, pesquisadores têm denunciado a grave situação das populações que vivem na e da zona rural.

Além disso, as consequências sociais e humanas com relação aos modelos de desenvolvimento baseados na exclusão e na pobreza da maioria têm sido bastante questionadas (LIMA, 2001; SIMONIAN, 2007; SOUSA, 2002). A Amazônia tem representado um laboratório de políticas desenvolvimentistas desastrosas onde os principais prejudicados são as populações tradicionais,³ moradores das áreas rurais. Parte dos projetos e ações desenvolvidas nesta região concebe as pessoas como objeto e não como participantes e agentes de construção da realidade.

Em contraponto a esse fato, cada vez mais a zona rural vem exigindo ações do Estado capazes de atender algumas de suas especificidades fundamentais, e uma dessas demandas está relacionada ao provimento de educação de qualidade. Neste sentido, o parágrafo único do

² As políticas públicas apresentadas neste trabalho envolvem saúde, educação, transporte, segurança alimentar, habitação.

³ Nos últimos anos, se tem produzido todo um debate acadêmico sobre esta categoria analítica; para uma introdução a tais discussões, dentre outros autores, ver Simonian (2007, 2005).

art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/ CEB nº 1, de 03 de abril de 2002) dispõe que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade de saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por estas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Ainda, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) e art.23,

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de Ensino Fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta de 04 séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade (BRASIL, 2008).

Tais metas, nas comunidades rurais que compõem o cenário amazônico, ainda representam um desejo distante da realidade concreta das salas de aula.

É cada vez mais perceptível que o Estado tem cumprido de maneira deficiente as obrigações definidas pela Legislação Nacional de Educação, bem como as metas almejadas pelo PNE. Para Shiroma (2002), durante muito tempo as políticas voltadas para a educação brasileira resumiram-se a ações assistencialistas de efeito paliativo que apresentaram resultados muito tímidos no que concernem avanços na qualidade do ensino. Têm aumentado gradativamente as cobranças das populações rurais por mudanças e transformações uma vez que, estas pessoas tornam-se cada vez mais consciente de seus problemas dentro da sociedade.

As populações rurais compreendem cada vez melhor o processo de exclusão ao qual são submetidas, de modo que, para Arroyo et al., (2004) e Gohn (1999), o campo no Brasil está em movimento e começa a cobrar ações mais significativas. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores, trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. É necessário começar a encarar a zona rural como um lugar rico e cheio de vida, liberdade e bem-estar, para isto, é fundamental que cada cidadão campesino tome consciência de sua condição.

É preciso que estes sujeitos compreendam que o modo melhor de conseguir a sua realização é gerando união dentro da própria comunidade, buscando cada vez mais saúde, educação e efetivação de políticas públicas voltadas para suas necessidades. Na visão de Kolling et al., (1999, p. 29), “[...] não basta ter escolas no campo, quer-se ajudar a construir

escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado as causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo que trabalha no campo”. A construção desta sociedade sustentável envolve a promoção de uma educação que estimule a transformação ética e política dos indivíduos, os processos de produção e apropriação dos bens econômicos, bem como das instituições, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo.

Nesse cenário, o grande desafio da educação é mediar um novo projeto de sociedade, no qual os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam criticamente revistos. Isto implica levar os cidadãos a uma compreensão de que sua realidade imediata sofre os reflexos da realidade social, ao mesmo tempo em que as ações individuais vão se somar às ações de outras pessoas e compor o tecido social. Esta relação dialética entre o individual e o coletivo vai dar movimento à realidade, e poderá concretizar-se em um mundo mais justo e sustentável aos humanos e a outras entidades não humanas, mas sem as quais não haveria o mundo tal qual o conhecemos.

Tais aspectos alicerçaram as bases para a realização desta pesquisa em quatro comunidades, sendo três localizadas na RESEX Verde para Sempre, e uma em seu entorno, todas fazendo parte do município de Porto de Moz – PA. A pesquisa apresenta como seu objeto de investigação compreender como a criação da RESEX vem influenciando a elaboração de políticas públicas, especialmente as educacionais, em condição de contemplar as necessidades e perspectivas das populações que vivem dentro e em seu entorno. O objetivo geral deste estudo está alicerçado na investigação a respeito das consequências políticas, educacionais e socioambientais geradas pela criação desta RESEX, e as transformações provocadas na dinâmica das relações sócio-políticas, econômicas e ambientais vividas dentro e no entorno da área.

No que concerne a objetivos específicos, está a importância de conhecer/explicar a dinâmica da educação rural num contexto de RESEX e identificar e analisar as modalidades como vem ocorrendo o processo organização/desarticulação das comunidades e do movimento social. Procurou-se identificar quais as percepções/sentimento dos atores sociais⁴ com relação à criação da RESEX, e as possibilidades de transformação sócio-econômicas, educativas e ambientais. Por fim, tentou-se identificar/analisar quais as políticas públicas em elaboração/execução na/para as comunidades escolhidas para pesquisa com vistas a propostas sustentáveis.

⁴ O conceito de atores sociais neste trabalho envolve madeireiros, comerciantes, lideranças, políticos, camponeses, organizações, professores.

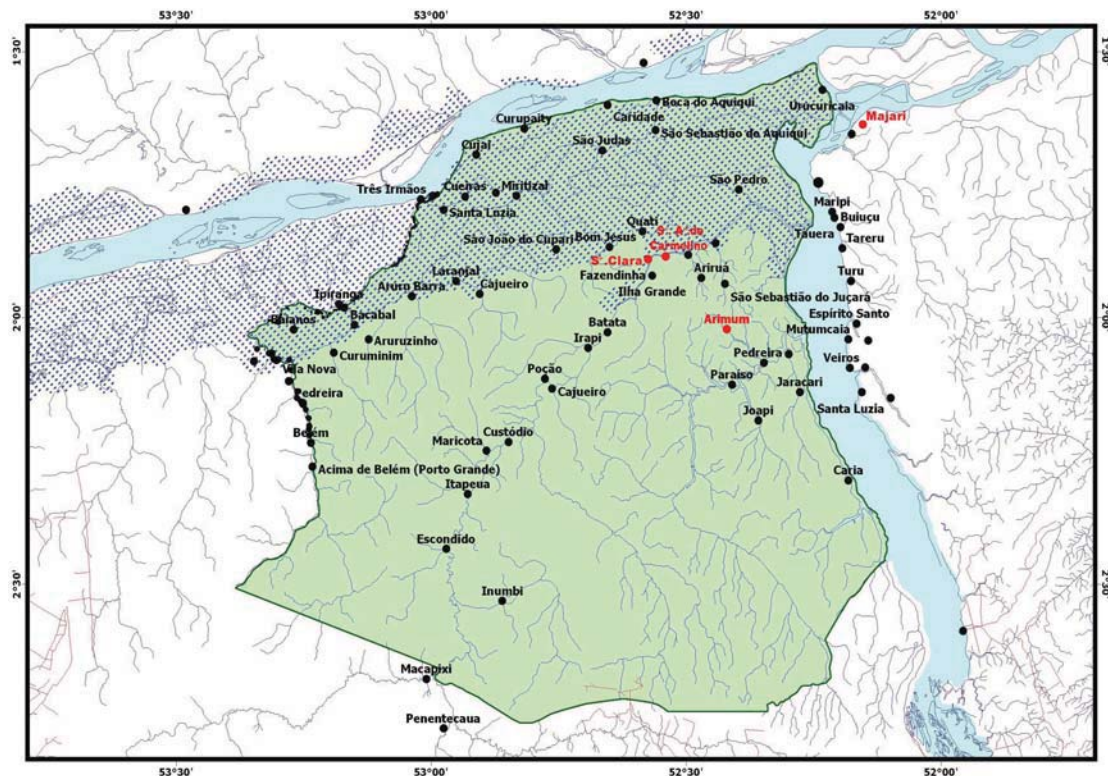
Além disso, outro fator instigante a pesquisa foi compreender de que maneira as comunidades vem reagindo após a criação da RESEX. A fim de investigar tais questões, optou-se pelo estudo de caso tendo como base interpretativa a pesquisa qualitativa (YIN, 2001). Realizou-se entrevistas com moradores das comunidades, lideranças locais, professores, sindicatos, organizações e associações (GIL, 1989); observações do ambiente natural e social imediato (MALINOWSKI, 1967; OLIVEIRA, 1996); e seguindo orientações de Andrade, M. (1998) e de Chizzotti (1991), fez-se pesquisa bibliográfica e análise documental. E, também, considerou-se a questão da ética na ciência.

Com esta investigação espera-se contribuir para o debate educacional amazônico, além de auxiliar as discussões com relação à viabilidade da RESEX Verde para Sempre. Tal questão carece de outros debates e pesquisas de caráter mais extenso. É possível afirmar, neste momento, que a vivência de populações em UC com qualidade de vida depende da elaboração de políticas públicas capazes de equilibrar meio ambiente e seres humanos.

1.1 O *LOCUS* DE PESQUISA

A RESEX “Verde para Sempre”, localizada em Porto de Moz – PA, foi criada pelo Decreto Presidencial de 08 de novembro de 2004, com uma área de 1.288.717 hectares, trazendo mudanças tanto na área urbana como na rural do município onde ela se localiza. Tal medida provocou transformações na tradicional configuração das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais, tanto no próprio interior da reserva como no seu entorno. Este conjunto de mudanças produziu interesse em se estabelecer uma investigação em 04 comunidades do município de Porto de Moz, onde a RESEX ocupa 80% do território, conforme imagem apresentada no mapa 1.

As atividades de pesquisa foram realizadas nas comunidades de Santo Antonio de Carmelino; Santa Clara; Arimum e Majari, todas fazem parte do município de Porto de Moz. As três primeiras comunidades estão localizadas dentro da RESEX Verde para Sempre e a última está localizada em seu entorno. O critério de escolha das comunidades levou em consideração a importância e representatividade que as mesmas exercem no município de Porto de Moz, bem como alguns contrastes relacionados à capacidade de organização, mobilização e reação frente às mudanças impostas pela criação desta reserva.



Mapa 1 - Área da RESEX Verde para Sempre, destacando em vermelho as comunidades investigadas⁵.
 Fonte: Colônia dos Pescadores Z-64, 2007; mapa modificado pelo autor (2009).

Outros aspectos considerados foram à viabilidade para o deslocamento, em virtude de se tratar de localidades distantes umas das outras, e a quantidade de famílias que vivem nas comunidades varia de 15 a 35. O tempo de deslocamento da cidade de Porto de Moz até estas comunidades é cerca de cinco horas, e entre elas cerca de duas horas e meia a três horas. Outro fator instigante foi procurar comunidades onde a ocorrência de conflitos, grilagens de terras, e exploração da madeira apresentassem um impacto bastante significativo para populações rurais.

1.2 A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Antes da criação da RESEX, o município de Porto de Moz tinha como sua principal fonte de renda a exploração da madeira, agregando uma extensa rede de relações econômicas

⁵ Note-se que este mapa ainda precisa ser completado, pois nem todas as localidades se encontram plotadas. Ao todo, elas totalizam 79 e este mapa apresenta apenas 56.

e comerciais. Empregos de natureza diversa eram gerados em torno do setor madeireiro⁶ de modo que havia maior circulação do dinheiro, alimentando o dinamismo do comércio e dos serviços na cidade. Com o surgimento de modalidades novas quanto à exploração da madeira, a degradação da floresta tornava-se cada vez maior e cada vez menos empregos eram produzidos.

As grandes empresas que exploravam o setor passaram a trabalhar com serrarias móveis, alto nível de mecanização, bem como traziam, de outros lugares e regiões, suas equipes de trabalho e seus materiais de consumo. Cada vez mais diminuía a absorção da mão-de-obra local e reduzia-se o movimento comercial. A situação tornou-se insustentável a partir do momento em que diversas balsas passaram a transportar centenas de toras de madeira durante períodos consecutivos, causando sentimento de impotência por parte da população local, especialmente as populações que encampavam a luta pela preservação da floresta.

Esse movimento ininterrupto de balsas pareceu mostrar, de modo concreto, o problema sócioambiental grave pelo qual estava passando a região. Os movimentos de luta pela preservação da floresta e defesa de uma exploração econômica e racional, ainda reduzidos ao seu local de produção, passaram a ganhar destaque na imprensa regional, nacional e internacional. À medida que o tempo passava, tornavam-se cada vez mais perceptíveis às populações locais as mazelas vividas diante do modo brutal de depredação da natureza.

Neste cenário discursivo envolvendo conflitos agrários e a sobrevivência do povo nativo, assassinatos, mando e desmando, era o que justificava a necessidade de um novo modelo de sustentabilidade capaz de proporcionar a construção de uma ordem sócio-econômica. Materializados em discursos, formando opiniões, aquela longínqua realidade, da maioria da nação desconhecida, e, igualmente, abandonada pelo Estado, ganhou visibilidade com a criação da RESEX Verde para Sempre que se tornou um fato consumado, alicerçado por esperanças. Atualmente, o município de Porto de Moz vive um processo de transição da dinâmica que envolve as esferas social, econômica e ambiental produzidas pela implantação da RESEX que tem sido aceita de maneira bastante difusa entre a população, tanto urbana como rural.

Em uma pesquisa preliminar,⁷ na região, alguns moradores da área urbana consideraram que tal medida foi muito prejudicial à economia do município especialmente

⁶ Especialmente, no que se refere à retirada, transporte, e beneficiamento.

⁷ A primeira etapa desta pesquisa aconteceu em julho de 2007, consistindo em um *survey* no município de Porto de Moz, ao longo do rio Jauruçu que corta a RESEX Verde para Sempre.

porque a base era a exploração do recurso madeireiro. Para alguns comerciantes, a economia do município passa por um processo que eles chamam de “engessamento”, uma vez que o fluxo de capital vem diminuindo progressivamente com a proibição da exploração de madeira em larga escala. Com a repentina interrupção do comércio madeireiro, os postos de trabalhos foram sendo extintos, gerando, por consequência, a pouca circulação de dinheiro, o aumento do índice de inadimplência e perdas e encalhe de mercadorias várias nas prateleiras.

Os representantes da Colônia de Pescadores Zona 64 (CP Z-64) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Porto de Moz expressaram sua consciência de que, a criação da RESEX em estudo, realmente, desagradou aos grupos de madeireiros e comerciantes que exploravam desordenadamente a floresta. Outro setor, supostamente prejudicado, seria aquele composto por algumas comunidades que estavam habituadas a vender suas áreas de floresta àqueles grupos. Era bastante viável aos empresários madeireiros adquirir faixas grandes de floresta pagando preços irrisórios aos moradores do local, estabelecendo assim, um processo de exploração que deixava a área totalmente devastada.

Apenas as espécies mais nobres de madeira eram aproveitadas, as outras inferiores eram deixadas de lado ou eram estragadas no decorrer do processo de exploração, de modo que, no final de tudo restavam imensas áreas de destruição. Tanto a CP Z-64 locais foram alguns dos segmentos da sociedade local, que se posicionaram desde o início a favor da criação da RESEX. Existia, entre os mesmos, a compreensão de que se fazia necessária alguma atitude frente aos efeitos perversos da destruição das florestas que se tornavam cada vez mais intensos e ameaçavam vida.

Era necessária uma resposta às consequências sociais, econômicas, tais como: expulsão da população nativa de suas terras, subemprego, domínio da terra por empresários em geral, madeireiros, grandes latifúndios, assassinatos e a condição de um povo vivendo sob o medo e incertezas. Entre empresários e comerciantes locais, bem como entre algumas comunidades, um sentimento de frustração parece existir com relação à criação da RESEX, além disso, grande tem sido a demora na implementação de políticas públicas capazes de criar um novo dinamismo na economia, gerando emprego, renda e melhoria geral das condições de vida. Na ocasião da criação dessa RESEX, produziu-se grande expectativa na sociedade local, pois representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) anunciaram que se tratava de um importante avanço para a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida.

A criação da RESEX parecia ser a solução para os conflitos causados pela exploração desordenada da madeira que alterava todo aquele ecossistema e ameaçava a biodiversidade

daquela região. A disputa pelo espaço era tão acirrada entre colonos⁸ e empresários do setor⁹ que era comum a tentativa de expulsar as pessoas da floresta com o uso da violência¹⁰. Entre os pescadores existia o medo e as ameaças enfrentadas por conta do constante fluxo de balsas que transitavam pelos rios, carregadas de toras de madeira, e que causavam constantes acidentes, afundando pequenas embarcações dos ribeirinhos.

A criação da RESEX já se constituía em uma antiga luta de grupos de camponeses e ribeirinhos por entenderem que o modelo econômico baseado na exploração da madeira era insustentável e acelerava a degradação dos recursos naturais. Mesmo diante desta conquista com a criação desta reserva, problemas vários vêm surgindo no sentido de constituir uma mudança nas relações econômicas da sociedade em que esta realidade se faz presente. É grande o desafio a ser enfrentado pelas políticas e ações que se fazem necessárias nesta UC para que ocorra a inclusão efetiva de seus moradores a condições de vida melhores.

Com a criação da Verde para Sempre, espera-se que seja fortalecido o ideário de esperanças trazidas por muitos segmentos, que assumiram uma postura rígida no sentido de lutar pela criação da área, mas que diante da demora de atuação do governo parecem vir enfraquecendo. Para Simonian (2007, p. 30), mesmo dispondo de instrumentos legais, o Estado “[...] se apresenta enfraquecido quanto garantia dos direitos ambientais definidos constitucionalmente e em leis, específicas, o que termina sustentando a impunidade na área”. A carência de serviços básicos vem forçando um grande contingente de famílias a abandonar suas comunidades de origem e lançar-se à própria sorte nas áreas periféricas das cidades.

Outro grave problema é a dificuldade em se trabalhar a conscientização ambiental e exploração racional dos recursos naturais, já que na ausência de alternativas as pessoas continuam cometendo os mesmos atos, assombrados pela ameaça dos organismos repressores. Por mais que algumas ações venham sendo desenvolvidas pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Organizações Não-Governamentais (ONG), os problemas relacionados a políticas públicas ainda são muitos. Emprego, habitação, saúde e educação, saneamento básico carecem de maior atenção por parte do poder público federal, estadual e municipal, além de outros organismos que estejam atuando nessas áreas.

⁸ Pessoas que vivem no local.

⁹ Aqueles que tinham interesse em retirar os colonos para explorar a madeira.

¹⁰ Durante o trabalho de investigação, soube-se de casos diversos de assassinatos associados à disputa de terras, especialmente com o intuito de se explorar o potencial madeireiro da região.

É diante deste contexto que se realizou uma pesquisa cujo era discutir políticas públicas em áreas rurais, pois é necessário que sejam realizados estudos e pesquisas capazes de orientar ações e investimentos nas áreas de infraestrutura e serviços básicos. O cumprimento e manutenção dos preceitos gerados pela criação da RESEX Verde para Sempre dependem da materialização de tais ações. De posse de tal instrumental, surge a esperança de que tais medidas possam proporcionar condições de vida mais digna às comunidades residentes não só nesta RESEX, como também em seu entorno.

1.3 O APORTE METODOLÓGICO

A pesquisa teve seu início com a realização de uma pesquisa exploratória ou *survey*¹¹ no município de Porto de Moz – PA, com o objetivo de levantar dados preliminares à definição da problemática de pesquisa sobre a criação da RESEX. Por meio de tal atividade, procurou-se compreender como a criação desta reserva vem alterando a dinâmica sócio-econômica, política e ambiental daquele município, tanto no interior desta UC como em seu entorno. O *survey* representou uma grande oportunidade para aproximar-se dos problemas vivenciados pela população de Porto de Moz.

Com o auxílio da técnica da *bricolage* (LÉVI-STRAUSS, 1976), construiu-se uma compreensão mais ampla sobre o contexto vivenciado no *locus* de pesquisa, uma vez que foi possível reunir algumas impressões de atores dos diversos segmentos sociais daquela localidade em relação à reserva em questão. Em todos os momentos o *survey* foi norteado pela pesquisa bibliográfica que representou um importante auxílio para a realização do estudo, que se justifica pela necessidade de compreender aspectos voltados a categorias relacionadas ao objeto de investigação. As finalidades almejadas com a pesquisa bibliográfica envolveram a aquisição de maiores informações sobre os assuntos apresentados para a delimitação do tema de pesquisa, definição dos objetivos e formulação hipóteses.

De acordo com Andrade, M. (1998), a pesquisa bibliográfica é fundamental em pesquisas do tipo exploratória, no momento em que o tema está sendo delimitado, no processo de desenvolvimento do assunto, nas construções de citações e apresentação de conclusões. A discussão sobre RESEX vem ganhando destaque sob vários aspectos, e sem uma delimitação precisa sobre o que seria investigado tornar-se-ia difícil a execução da pesquisa. Neste

¹¹ Pesquisa de natureza exploratória, com o objetivo de descrever uma realidade determinada.

sentido, o auxílio da literatura disponível permitiu o esclarecimento de conceitos e categorias, bem como possibilitou maior segurança na análise das informações.

Segundo Yin (2001), antes de partir para pesquisa de campo o investigador deve apresentar algumas habilidades necessárias para a condução de uma boa pesquisa, dentre estas merece destaque à necessidade de o pesquisador ter uma clara noção das questões que estão sendo estudadas e, para isto, a pesquisa bibliográfica torna-se fundamental. Todos estes processos foram fundamentais para a elaboração do projeto de pesquisa e contato com o *locus* de investigação. Após tais etapas foram realizadas as pesquisas de campo nas comunidades, o que representou o momento em que foram coletados os dados.

Como a pesquisa foi desenvolvida em quatro comunidades que apresentam uma quantidade de famílias que variam entre 15 a 35, foi possível uma participação grande em experiências de entrevistas coletivas e individuais, em especial junto a agricultores/pescadores, lideranças, professores, pais e alunos. No caso das instituições e demais atores urbanos, aplicou-se questionários semi-estruturados. Estas atividades ocorreram em um período de 65 dias, divididos em duas etapas e levando-se em consideração o deslocamento do pesquisador até as comunidades.

A primeira etapa da viagem teve duração de 35 dias, compreendendo investigação nas comunidades de Santo Antonio de Carmelino e Santa Clara, ambas localizadas nas margens do rio Jauruçu que atravessa a RESEX. A segunda etapa teve duração de 30 dias onde foram realizadas pesquisas nas comunidades de Majari e Arimum. A comunidade de Majari está localizada na área que faz parte do entorno da RESEX e Arimum localizada na parte interna.

A pesquisa de campo teve como objetivo permitir ao pesquisador a observação do ambiente imediato, dos fatos e eventos ocorridos no decorrer do processo; proporcionou a aquisição de informações e interação dessas informações com a realidade (ANDRADE, M., 1998). Para a coleta de dados foram utilizadas as observações diretas e entrevistas subsidiadas por questionários e elaboração de relatórios. A observação direta representou a possibilidade de conhecer e aprofundar os conhecimentos da realidade investigada, além de constituir oportunidade para analisar o contexto a partir do estranhamento.

Uma vez confrontadas as informações coletadas no ato da observação com outras informações adquiridas no decorrer da pesquisa, entende-se que é possível comparar aspectos convergentes e divergentes entre estas comunidades. Neste sentido, foi necessária a realização do exercício de fazer com que aquilo que era familiar passasse a ser encarado como estranho e, portanto, suscetível a críticas e indagações (VELHO, 1987). Tal cautela justificou-se pela importância em compreender o local pesquisado não apenas como área rural, mas como

projeto de conservação ambiental e sustentabilidade voltada para o atendimento de populações específicas diferenciadas das demais populações rurais.

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando se é capaz de confrontar intelectualmente ou mesmo emocionalmente, versões e interpretações diferentes existentes a respeito de fatos e situações. Na RESEX, os momentos vários foram em que tais situações ficaram evidentes como é de se esperar em um ambiente social onde interesses divergentes existem. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral, é particularmente útil, pois, ao se focalizar situações de drama social, podem-se registrar os contornos de grupos ideologias, interesses diferentes etc., o que permite re-mapeamentos sociais.

O ato de observar e relatar fielmente o fenômeno constituiu um importante exercício dentro do processo que envolveu a pesquisa. E esta foi realizada na perspectiva de que tudo o que tiver relação com o objeto da pesquisa teria que ser descrito, como uma maneira de garantir veracidade junto às informações apresentadas (MALINOWSKI, 1967; OLIVEIRA, 1996). Neste processo de observação, fez-se um esforço para obter uma aproximação maior da perspectiva dos sujeitos investigados, dos modos como vivem e representam o mundo, dentre outros aspectos.

Para Samain (1995), o papel exercido pela representação é tão importante quanto à linguagem representada através do discurso, pois é capaz de apresentar aspectos que não podem ser transmitidos com palavras e não se limitam à apreensão de uma única realidade. A arte de saber ver, poder dizer e fazer pensar através das imagens proporcionadas pela observação faz com que a realidade seja vista de diferentes formas e estimula o exercício da compreensão. No caso das entrevistas, a partir de Gil (1989), foi possível apreender as opiniões, anseios, frustrações, perspectivas dos sujeitos entrevistados.

As falas permitiram maior entendimento acerca da dinâmica sócio-educacional, econômica e ambiental que envolve os moradores das comunidades pesquisadas. Por conta disto, foi imprescindível ouvir os atores envolvidos,¹² afinal suas falas auxiliaram a construção de uma compreensão da realidade constituída na RESEX e seu entorno. De acordo com Schelemmer (1992), tal instrumental é de grande valor, porém exige vencer um grande desafio que é evitar a manipulação indevida das informações sob pena de comprometer a veracidade do fenômeno investigado.

¹² Os atores aqui considerados são lideranças locais (comunitários e sindicais), trabalhadores e trabalhadoras, pais, adolescentes, políticos, organizações.

Na opinião de Yin (2001), um bom ouvinte deve ser capaz de conseguir agregar o máximo de informação evitando análises tendenciosas, colhendo principalmente as palavras mais importantes, percebendo qual a leitura de mundo apresentada pelo entrevistado. Gil (1989) destaca que o entrevistador deve ser bastante habilidoso ao registrar as respostas e uma de suas preocupações deve ser registrar exatamente o que foi dito, pois seu papel é fazer com que as respostas sejam completas e suficientes. Tais recomendações foram seguidas sob muito esforço, já que durante o período de investigação/vivência no *locus* de pesquisa, fez-se necessário policiamento para não interferir ou influenciar alguns depoimentos.

Uma estratégia adotada para evitar que o produto das entrevistas fosse negligenciado foi a utilização de gravadores e anotações de algumas falas dos entrevistados. Contudo, foi valorizada a postura ética de pesquisador, procurando perceber em que momento a tecnologia representou desconforto aos entrevistados. A construção de um ambiente favorável para a realização da entrevista tornou-se possível por meio da confiança e respeito aos entrevistados e para isto, foram utilizadas duas estratégias que envolveram círculos de entrevista em grupo e visitas nas residências.

Todos os procedimentos ocorreram sempre respeitando o princípio básico da pesquisa científica que é a responsabilidade ética (SCHELEMMER, 1992). No decorrer do trabalho de pesquisa, os momentos em que os sujeitos abordados exigiram sigilo absoluto com relação aos seus nomes foram vários. Ainda hoje, em Porto de Moz, algumas pessoas não se sentem seguras para falar a respeito dos problemas vivenciados.

Os produtos da investigação foram tratados a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa, que, segundo Neves (1996), proporciona a obtenção de dados analítico-descritivos mediante contato direto e interativo entre o pesquisador e o objeto de sua pesquisa, além de procurar compreender o fenômeno a partir da realidade dos partícipes. Para a elaboração da pesquisa optou-se pelo estudo de caso, uma vez que se trata de uma pesquisa relacionada a um fato específico em uma área específica. No caso, que fatores fazem com que criação da RESEX não esteja estimulando a elaboração de políticas públicas, especialmente as educacionais, capazes de contemplar as necessidades e perspectivas das populações que vivem dentro e em seu entorno.

Um dos motivos pelo qual foi escolhido o estudo de caso é o fato de representar uma possibilidade de compreender um fenômeno social complexo, de maneira mais aprofundada e detalhada, pois, segundo Yin (2001 p. 21):

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Para Neves (1996), o estudo de caso constitui a oportunidade de compreender um fenômeno específico em seu próprio local de origem. Por conta do interesse e necessidade de observar, vivenciar e compreender a realidade das comunidades foi imprescindível a permanência por alguns dias no *locus* de pesquisa.

O método de análise utilizado é o indutivo uma vez que nele todas as proposições que servem de base para a conclusão são verdadeiras, a conclusão é provável, mas não necessariamente verdadeira. A conclusão, por sua vez, engloba informações não contidas nas premissas, já que representam uma construção com base na análise fundada em três etapas:

- a) Observação de fatos ou fenômenos para que, por meio de análises, seja possível descobrir as causas de sua manifestação;
- b) Descoberta da relação entre eles por meio de comparações;
- c) Generalização da relação: a relação encontrada na etapa precedente é generalizada para situações supostamente similares, não observadas.

O paradigma interpretativo é de grande importância para esta pesquisa, pois valoriza a consciência subjetiva como importante elemento de compreensão da realidade, já que a concebe a partir de uma visão holística, onde sujeito e objeto estão em constante processo de interação, havendo uma retroalimentação entre teoria e prática. Mas isto, sem perder de vista a abordagem processual.

Também é de grande contribuição o construtivismo social que é um paradigma que rejeita a enunciação de um critério de cientificidade, de demarcação entre ciência e não-ciência; rejeita o assim chamado “objetivismo”. Tal postura justifica-se pela rejeição na crença objetivista de que os resultados da ciência são determinados pela natureza, e concebe a compreensão de que estes resultados constituem produto de “interação social”. Neste sentido, a pesquisa faz uma análise não do conhecimento, mas de suas representações sociais, das concepções de conhecimento construídas pelo homem comum, independentemente de sua realidade ou irreabilidade última.

Nessa pesquisa enfatiza-se a intencionalidade dos atos humanos e o “mundo vivido” pelos sujeitos, privilegiando as percepções dos atores (MAZZOTI, GEWANDSNAIDER,

1998). As impressões analisados servem de base para a construção de uma compreensão da realidade, procurando aproximar-se ao máximo do sentimento dos atores. Deste modo, desenvolveu-se a pesquisa nas quatro comunidades procurando compreender a dinâmica do lugar e as implicações trazidas a partir da criação a RESEX.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos iniciando com a introdução que estabelece um debate sobre as políticas educacionais na RESEX Verde para Sempre no município de Porto de Moz, tendo como *locus* de investigação as comunidades de Santo Antonio de Carmelino, Santa Clara, Arimum e Majari. No capítulo dois são expostas as considerações teóricas referentes às políticas públicas para a Educação no Brasil; o modelo de Desenvolvimento Sustentável; a constituição do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC); a importância da área de entorno desta RESEX, tais questões subsidiaram a discussão desta dissertação.

No terceiro capítulo, apresenta-se a caracterização da Região de Integração (REINT) Xingu como modo de aprofundar alguns aspectos típicos que a diferenciam de outras. A opção pelo conceito de REINT representa uma opção melhor, sobretudo, uma maneira de organizar os municípios, que sofreram a influência da construção histórica movida pelo processo de colonização incentivado pelo Governo Federal, especialmente nas décadas de 1970 e de 1980, bem como o modo como são organizados seguindo peculiaridades presentes em todos. Neste capítulo, também se menciona as influências possíveis da construção de Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte para esta região, a qual poderá provocar mudanças sócio-ambientais capazes de alterar o *modus vivendi* das populações locais.

O quarto capítulo apresenta características do município de Porto de Moz tais como: aspectos históricos e culturais; aspectos físico-territoriais; demografia; saúde; economia; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); comunicação; agricultura; pecuária; extrativismo vegetal. Esta modalidade de caracterização é importante para proporcionar maior conhecimento sobre o município levando em consideração questões determinantes para compreender a realidade vivida e as mudanças ocorridas ao longo dos anos. As informações relacionadas neste capítulo reforçam a necessidade de manutenção do banco de dados

municipal para a implementação de políticas públicas e ações coordenadas como maneira de vencer os desafios impostos pelas mudanças sociais.

O quinto capítulo trata da caracterização das comunidades de Santo Antonio de Carmelino, Santa Clara, Arimum e Majari que foram o *locus* desta dissertação. Procurou-se abordar neste capítulo a criação e importância da RESEX; a relação entre o rural e o urbano; a política educacional no município de Porto de Moz; a política pública educacional nas comunidades de Santo Antonio de Carmelino, Santa Clara, Arimum e Majari. Tais aspectos representam a tentativa de estabelecer uma base de análise dos conflitos, desafios e dificuldades vivenciadas pelas populações da RESEX, bem como as diferentes influências geradas por sua criação.

O sexto capítulo aborda o fenômeno educativo na RESEX discutindo possibilidades e desafios; educação e sustentabilidade; interesse e expectativas dos extrativistas. Abre-se uma discussão sobre a influência que o processo educativo é capaz de exercer em Unidades de Conservação (UC), dependendo da maneira como tais ações são direcionadas. São apresentadas, como base em outras experiências, algumas possibilidades e alternativas capazes que permitem não só, um melhor aproveitamento dos recursos da floresta, sem que se instaure um processo de degradação ambiental e social.

O sétimo capítulo constitui a guisa de conclusão, algumas reflexões a respeito do trabalho de investigação e os resultados alcançados ao longo do processo. A pesquisa procurou demonstrar como a política educacional vem sendo discutida no município do Porto de Moz após a criação da RESEX e os desafios enfrentados por lideranças locais, professores, alunos, pais de alunos e trabalhadores, que são os maiores interessados. Tais elementos nortearam as investigações com a perspectiva de compreender as indagações propostas nesta dissertação vislumbrando a possibilidade de produzir um entendimento sobre a problemática educacional nas UC, no cenário amazônico, na área rural.

2 RESERVAS EXTRATIVISTAS, POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO

A pesquisa aborda uma temática que é bastante recente, o estudo de políticas públicas, com ênfase no processo educacional em contexto de RESEX na região amazônica. O trabalho procura discutir os impactos gerados pela criação desta reserva para quatro comunidades localizadas dentro e no entorno da área. A proposta é estabelecer uma discussão sobre RESEX

atrelada ao processo educacional como importante estratégia para impulsionar um modelo de sustentabilidade capaz de alavancar desenvolvimento humano e ambiental.

Como subsídio a tais questões fez-se necessário trazer para o campo de discussão concepções sobre educação, desenvolvimento sustentável, unidades de conservação e áreas de entorno. Neste sentido, o presente capítulo trata sobre tais aspectos considerando o contexto (rural, amazônico e educacional). As questões levantadas são importantes para nortear a compreensão a respeito da problemática vivenciada nas áreas pesquisadas.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

As questões relacionadas às políticas públicas no Brasil exigem a compreensão a respeito das contradições que permeiam a organização social e o modo pelo qual os indivíduos passam a fazer parte do processo produtivo, por meio da inserção através de políticas públicas sociais. A educação brasileira vem sendo construída a partir de conflitos, avanços e retrocessos, sempre encampando a luta pela democratização, universalização e qualidade no ensino (FREIRE, 1996, 1993, 1970; GADOTTI, 1999, 1987; RIBEIRO, M., 2003; SAVIANI, 1994; WEREBE, 1997). Entretanto, parece que o desejo de proporcionar uma educação de qualidade a todos se torna cada vez mais distante.

De fato, as políticas implementadas pelo Estado ainda estão longe de contemplar os anseios das camadas mais pobres da sociedade tanto da área urbana como da rural. Ao longo da última década do século XX e início do século XXI, tem-se observado no Brasil que mesmo com o discurso da democratização da educação as estatísticas de evasão, reprovação e números de matrículas escolares dos filhos do povo tem sido os piores possíveis. Parece que ao invés de a escola formar pessoas capazes de produzir sua própria história, a grande maioria que vivencia, de maneira precária, o processo educativo escolar, torna-se cada vez mais distante de níveis mais elevados da educação tida como ideal.

A escola real frequentada pelos filhos dos trabalhadores desde cedo se encarrega de mostrar a estes alunos que escolarização de qualidade é um bem acessível a poucos. Soares (2002, p. 5-6), ao criticar o quanto que a escola deveria ser para o povo e se mostra contra o povo, considera que:

[...] o fracasso escolar dos alunos pertencentes às camadas populares, comprovado pelos altos índices de repetência e evasão, mostra que, vem ocorrendo uma progressiva democratização do acesso à escola. Nossa escola tem se mostrado incompetente para a educação das camadas populares, e essa incompetência, gerando o fracasso escolar, tem tido o grave efeito não só de acentuar as desigualdades sociais, mas, sobretudo, de legitimá-las.

A inserção na escola, pelo povo, bem como sua precoce expulsão tem chamado a atenção em virtude do reflexo de degradação humana que tal fenômeno produz sobre a sociedade. Na visão de Aragón (1997); Costa (1998), vive-se um momento de sensível atenção ao fenômeno educativo que cada vez mais é considerado o diferencial dentro da sociedade contemporânea.

Questões relacionadas ao desenvolvimento, competitividade, ciência e tecnologia remontam a um radical redirecionamento de investimentos e eleição de prioridades dentro do campo educacional (FRIGOTTO, 1989; GENTILI, 2002; NOSELLA, 2001). Alcançar níveis elevados de competitividade tanto a nível regional como global pressupõe oportunizar a grande maioria de trabalhadores e seus filhos usufruírem conhecimentos e habilidades imprescindíveis ao contexto atual. Um projeto de educação possível para a população humilde significa ir de encontro ao desafio de enfrentar todos os dias salários aviltantes, péssimas condições dos prédios escolares – ou seja, quando existem –, fracasso dos alunos, um Estado compromissado com interesses de grupos hegemônicos.

São necessárias intervenções no campo pedagógico no sentido de proporcionar uma interface entre os conhecimentos adotados pelo currículo formal e saberes cotidianos desses sujeitos. Por muito tempo, a negação da educação às classes subalternas tem sido um fato bastante comum na história da educação brasileira, especialmente por se tratar de uma maneira de manter o povo sob a condição da ignorância e da exploração (ARROYO, 1991). A conquista e implementação de políticas educacionais capazes de atender às demandas da população tem sido poucas e sempre alicerçadas sob muita luta e reivindicação. O Pará, como posto por Vilarins (2009), contribui com a maior parte dos analfabetos do país.

Ainda nesse sentido, a reflexão de Paiva (1987, p. 297) enfatiza que:

A mobilização brasileira em favor da educação do povo, ao longo de nossa história, parece realmente ligar-se às tentativas de sedimentação ou de recomposição do poder político e das estruturas sócio-econômicas, fora ou dentro da ordem vigente entre nós. Os impedimentos criados ao voto do analfabeto estão na raiz das tentativas de transformar a sociedade através da educação, sempre que se acreditou ser possível a conquista do poder político através de eleições. Mas a educação também passou a ser vista como instrumento de mudança das estruturas da sociedade e de tomada de poder,

quando a diferença ideológica se configurou com nitidez entre nós e os grupos contrários à ordem vigente.

A educação é um direito de todos e um dever do Estado, diz a Constituição Federal de 1988, no art. 205, o que significa dizer que a ele compete à tarefa de assegurar que a formação educacional formal seja proporcionada a todos àqueles que dela necessitam, de maneira que possa ser desenvolvida com mais dinamismo. Espera-se que o processo educativo seja capaz de abranger a diversidade e pluralidade de sujeitos e comunidades que dependem das ações.

Atualmente as discussões voltadas para a inexistência de políticas eficazes às populações humildes trazem à agenda de discussão a problemática vivenciada pela educação no meio rural. Se no meio urbano onde, teoricamente, existe um ambiente favorável, as possibilidades de materialização de ações educativas não acontecem, no meio rural as probabilidades acabam sendo mais remotas. Na zona rural, tudo parece ser muito mais difícil e esbarra na ausência de compromissos com a população residente nesta área.

Com relação à região norte, 73,9% das escolas está na área rural, mas 48% do total de escolas desta região possuem apenas uma sala de aula e 30,2% duas salas (BRASIL, 2004). Estas características são diferentes do resto do país onde a maioria das unidades escolares se localiza nas áreas urbanas. Contudo, os números apresentados pela zona rural não devem ser confundidos com as condições que estas escolas apresentam, pois a maioria das unidades escolares dispõe de péssima infraestrutura.

Algumas dessas escolas da zona rural da Região Norte (e algumas vezes da periferia urbana) funcionam em barracões cobertos com palha e piso de chão batido e em residências domiciliares (CANALI, 2007). Nestes casos, as atividades pedagógicas confundem-se com os afazeres domésticos¹³, tornando-se bastante difícil o aprendizado. Por sua vez, a Lei nº. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), representa um importante avanço, mas não se devem esquecer algumas limitações que esta lei ainda apresenta.

Uma dessas limitações envolve a educação rural,¹⁴ o que é mencionado apenas no capítulo da Educação Básica, e por conta disso, aí estariam seus limites. A educação ofertada na cidade deveria proporcionar condições para todos aqueles que desejam cursar o nível superior, enquanto que na zona rural, necessitaria oferecer conhecimentos mínimos aos indivíduos ali residentes (ARROYO, 2000; CALDART, 2001; KOLLING, 2002). Este modo

¹³ Em algumas comunidades rurais na região norte do Brasil, ainda é comum a escola funcionar na sala de residências familiares, de modo que o cotidiano familiar acaba interferindo no processo pedagógico.

¹⁴ Ou educação do campo, de acordo com a redação.

de pensar reforça cada vez mais, no plano ideológico, a tese de que a zona urbana é lugar do desenvolvimento, oportunidades, vida promissora e de qualidade.

A emergência de um modelo de educação voltado para a zona rural impõe alguns questionamentos. Um deles é saber se é possível, dentro do fenômeno educativo, considerando as contradições do processo democrático, estabelecer um diálogo que permita a construção de uma cidadania que contemple esta diversidade de sujeitos? Segundo Draibe (1990), as populações rurais não estiveram significativamente contempladas pelos benefícios da política de proteção social do país.

A exclusão histórica de acesso à educação fez com que essas pessoas por muito tempo não tivessem seu direito garantido enquanto cidadãos. Diante de tais constatações, o Estado vem se dando conta da necessidade de mobilizar ações educativas como condição necessária para desenvolver a área rural. Mesmo diante de tais evidências, para Silva (2007), o Estado Nacional não tem conseguido elaborar uma política pública capaz de dar conta das peculiaridades que envolvem a educação rural.

Pressupõe-se que uma das condições básicas para a construção da cidadania é o efetivo cumprimento das obrigações do Estado em garantir serviços básicos à população, especialmente àquelas historicamente marginalizadas (SHIROMA, 2002). Isto exigiria dos poderes públicos, federal, estadual e municipal, a elaboração de políticas que atendam, não apenas as demandas educacionais, mas também criar condições estruturais e infraestruturais. Por meio de tais ações entende-se que estas populações possam se tornar aptas a construir processos de auto-sustentação e independência sócio-econômica.

Faz parte da agenda de discussão o estabelecimento de uma perspectiva de crescimento e de desenvolvimento sustentável viável e mais ampla, no sentido de que o rural se articule ao desenvolvimento social, ambiental e econômico (BIFANI, 1995; LEFF, 1995; MEDINA, 1993). Para isto é fundamental que as populações rurais tenham a sua disposição um projeto que considere suas especificidades sem que isto represente uma cisão com a cidade, mas que seja capaz de representar maior autonomia. É necessário, assim, entender que somente através de ações que promovam a interação da zona rural com a cidade, torna-se viável vislumbrar a possibilidade de desenvolvimento da sociedade.

O estabelecimento de parcerias dentro daquilo que envolve saberes diversos, conhecimentos, modos de fazer e produzir, é imprescindível, tanto por parte das populações rurais, como dos estabelecimentos e organizações acadêmicas, técnicas e científicas (ARAGÓN, 1997; COSTA, 1998). As políticas públicas para a área rural devem desconstruir esquemas de dominação ou submissão, assim como rígidas limitações que teimam em separar

“aquilo” que é urbano e “aquilo” que é rural, por horizontes que desenhem a transitividade entre as fronteiras. Proporcionar melhores condições de vida e permanência na área rural não significa isolar-se da cidade, pelo contrário, representa desenvolvimento equilibrado com possibilidade de amenizar a atual sobrecarga populacional que constitui os centros urbanos.

Várias são as demandas rurais, a serem realizadas, entre estas está à emergência de um modelo de educação que seja capaz de valorizar o povo da zona rural envolvendo em seu bojo elementos que privilegiem suas características. É importante enfatizar aspectos culturais, crenças, valores, pois isso viabilizará ao longo do processo educacional uma relação recíproca que envolva não só educadores e alunos, mas famílias e comunidades como um todo. Estes aspectos já estão garantidos na LDBEN nº. 9.394/96; em seu art. 28, a mesma estabelece que “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação e peculiaridades da vida rural e de cada região”.

Assim, a discussão sobre educação rural impõe a obrigação de se fazer referência a um lugar de construção de saberes e socialização de conhecimentos. É só deste modo que a população poderá ser capaz de reafirmar suas condições de sujeitos de sua própria história. A educação rural de qualidade representaria uma das etapas para a superação da histórica exclusão e marginalização social vivida pelas famílias residentes ou oriundas do meio rural, pois:

[...] precisa-se de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual. E, mais, garantir os instrumentais e as ferramentas indispensáveis para que assegurem a sua sobrevivência econômico-financeira (KOLLING et al., 1999, p. 58).

Para populações rurais é bastante nítida que, além de educação de qualidade, é necessário a garantia de sua terra, de seu meio de sobrevivência, para que possam defender seu lugar de origem e lutar por sua integração social.

É possível que a zona rural seja um local atrativo para investimento que almejem o desenvolvimento local capaz de responder às necessidades campestres, pois as experiências que vêm valorizando a zona rural e suas especificidades mostram que o campo existe e está vivo, que está acontecendo um movimento político, sócio-cultural e econômico renovador. Neste sentido, Fagundes (1993, p.20) considera que:

Pensamos que a ação de educar está estritamente ligada àquela de conhecer e que ela adquire características de ação e de luta política nesse contexto histórico. A ação de conhecer, a ação de educar é de ordem política, porque ela se realiza num contexto de dominação social, o poder sendo exercido por alguns seres ou grupos sociais sobre outros seres ou grupo sociais.

A educação para o desenvolvimento deve esforçar-se para determinar as necessidades verdadeiras de uma sociedade e buscar soluções reais entre todos os recursos disponíveis.

Sob este aspecto, considerar-se-ão recursos de ordem material, técnica bem como outros decorrentes de organização social, cultural e política. É preciso democratizar a instituição escolar que por tanto tempo tem sido segregadora de sonhos e oportunidades. Eis uma das propostas mais levantadas nos debates educacionais da atualidade (RODRIGUES, 1996), tanto por educadores como pelos movimentos sociais, instituições e associações que comungam com a idéia de acesso e participação na escola.

A ação de democratizar significa não só permitir a entrada dos alunos filhos de trabalhadores e também trabalhadores, mas, além disso, lhes garantir sucesso e perspectivas de vida sem que para isso tenham que se submeter a péssimas condições de vida. Os níveis de ensino a serem alcançados devem ser estabelecidos pelos alunos e jamais por sua condição social, ou pelo fato de ser urbano ou camponês. Como agente dos interesses sociais universais da sociedade, o Estado deve ser responsável pelo oferecimento da escola pública e gratuita para todas as crianças em idade escolar, bem como para todos aqueles que queiram frequentar as escolas de nível superior.

2.2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir da segunda metade do século XIX, a degradação ambiental e suas consequências catastróficas, em âmbito planetário, originaram estudos, sendo elaboradas as primeiras fórmulas e métodos de diminuição dos danos ao ambiente (LEFF, 1995; RATTNER, 1993; REIGOTA, 1991). Em 1968, autoridades reconheceram formalmente os problemas ambientais, na reunião do Clube de Roma, que constatou a falência dos recursos naturais e solicitou o estudo intitulado Limites do Crescimento, liderado por Dennis

Meadows. Este diagnóstico mostrou que a degradação ambiental decorre, principalmente, do crescimento populacional desordenado e da exacerbada exploração dos recursos naturais.

Tal cenário mostrava que caso não fosse tomada nenhuma medida capaz de alcançar estabilidade populacional, econômica e ecológica, tudo um dia poderia se acabar. Estes estudos subsidiaram a construção de uma idéia de desenvolvimento aliada à preservação. Com a intenção de discutir e encontrar soluções para este problema a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência de Estocolmo em 1972, que teve como resultado a criação da Declaração sobre o Ambiente Humano.

Pela primeira vez, introduzia-se na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Ela determinou ao mundo que tanto as gerações presentes como as futuras tenham reconhecido como direito fundamental à vida num ambiente sadio e não degradado. Neste contexto, tornava-se cada vez mais evidente, que o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico começava a conduzir o planeta à exaustão de seus recursos naturais e consequentemente ameaçava a vida.

Era necessário elaborar uma proposta alternativa para o desenvolvimento que fosse capaz de abordar tópicos tais como a satisfação das necessidades básicas de todos os indivíduos, de maneira a preservar os recursos naturais e o meio ambiente como um todo. Surgia a compreensão de que é imprescindível a participação da população e dos Estados na elaboração e implementação de sistemas sociais garantidores de emprego, segurança e respeito à cultura (PERROT, 1994). Neste contexto, em 1987, a ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que presidiu a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), apresenta em seu relatório o que seria um novo conceito de desenvolvimento.

Segundo Brundtland (1987), o desenvolvimento deveria ser sustentável, pois somente assim seria possível satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Ou seja, é o desenvolvimento econômico, social, científico e cultural das sociedades garantindo mais saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos naturais do planeta. Para isto, todas as modalidades de relação dos seres humanos com a natureza teriam que ocorrer com o dano menor possível ao ambiente.

As políticas, os sistemas de produção, a transformação, o comércio, os serviços – agricultura, indústria, turismo, mineração – e o consumo têm de existir preservando a

biodiversidade (DOXSEY, 1994). Tais evidências apresentadas pela ONU por meio da CMMAD tiveram os seguintes objetivos:

- a) Reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las;
- b) Propor novas modalidades de cooperação internacional de modo a orientar as políticas e ações de mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos a compreensão desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.

O Relatório Brundtland foi publicado com o título “Nosso Futuro Comum”. O documento propôs integrar o desenvolvimento econômico à questão ambiental, surgindo não apenas um novo termo, mas um modo novo de progredir. De acordo o relatório, os governos deveriam adotar as seguintes medidas:

- a) Limitar o crescimento populacional;
- b) Garantir a alimentação em longo prazo;
- c) Preservar a biodiversidade e os ecossistemas;
- d) Diminuir o consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- e) Aumentar a produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- f) Controlar a urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores.

Em âmbito internacional, as metas propostas pelo Relatório sugerem que as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de Desenvolvimento Sustentável, competindo à comunidade internacional proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço. As guerras devem ser banidas e a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2000). As importantes contribuições trazidas pelo Relatório Brundtland serviram de suporte para a realização em 1992, no Rio de Janeiro, da CMMAD.

Nessa conferência, aprovaram-se os princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável na Terra com o objetivo de estabelecer uma aliança mundial nova e equitativa mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados. Dentre as muitas questões que encabeçaram os debates na Conferência do Rio de Janeiro, aspectos relacionados à

ciência, tecnologia, educação, miséria, natalidade e mortalidade, poluição e fome deixam claro a emergência de uma nova concepção de desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas está relacionada ao índice alto de pobreza e miséria, o que tem dificultado o alcance de índices de qualidade de vida aceitáveis.

Em todo o mundo, milhões de pessoas vivem abaixo dos níveis mínimos necessários a existência humana decente, desprovidos de alimentação adequada e vestuário, abrigo e educação, saúde e saneamento, dentre outros serviços necessários a qualidade de vida. É necessário que os países em desenvolvimento, conscientes de suas prioridades, assumam o dever de salvaguardar e melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, principalmente as pessoas mais carentes. Além disto, seria importante que os países desenvolvidos esforçassem-se para reduzir suas distâncias econômicas, científicas e tecnológicas com os países em desenvolvimento.

Esta nova concepção deve levar em consideração tanto a dimensão política e educativa como a cultural, respeitando as especificidades dos mais variados grupos sociais, considerando não só suas limitações, mas também assegurando suas demandas. A nova concepção de desenvolvimento remete tal discussão ao problema da participação considerando-se as dimensões a nível global, regional e local. É preciso compreender o desenvolvimento como uma maneira de resolver as necessidades de uma comunidade, e para isto, é fundamental que esta mesma comunidade tenha a possibilidade de compor suas propostas e expor seus anseios.

Neste sentido, torna-se imprescindível definir no seio do grupo o que se entende por necessidade e quais são elas.

O desenvolvimento sustentável consiste, assim, numa transição para um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza, renunciando uma sociedade com *equidade social e conservação ambiental*. Essa transição de um estilo insustentável para um sustentável deve, contudo, enfrentar e redesenhar a rigidez e as restrições estruturais, que demandam tempo e iniciativas transformadores da base da organização da sociedade e da economia. (BUARQUE, 2006, p.70)

É necessário priorizar o desenvolvimento de habilidades técnicas, capacitando os homens, por meio de instrumentos educacionais capazes de transformar a realidade e conscientizar a massa populacional.

Sob esse aspecto, a educação é essencial para o desenvolvimento, pois contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, da autoconfiança e a auto-estima. Inclusive,

Sugere-se que o projeto nacional de desenvolvimento deve emergir gradualmente de um diálogo conduzido, tanto em nível local como nacional, entre todos os atores significativos do processo de desenvolvimento (governo, camponeses e trabalhadores, empresários, intelectuais e a sociedade civil organizada), com vistas a alcançar objetivos negociados e a definir as obrigações contratuais de todas as partes envolvidas (SACHS, 2004, p. 87)

Assim, o desenvolvimento sustentável necessita, além de “tecnologias sadias”, padrões diferentes de relacionamento social, organizações comunitárias coesas, solidárias e baseadas em fortes motivações e valores e interesses comuns.

Mediante tal possibilidade, cada comunidade tem que ser orientada a participar de maneira ativa na construção de seus próprios caminhos. Nos termos de Buarque (2006, p. 27),

[...], qualquer estratégia para a promoção do desenvolvimento local deve se estruturar em, pelo menos, três grandes pilares: organização da sociedade, contribuindo para a *formação de capital social* local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, *agregação de valor na cadeia produtiva*, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e *reestruturação e modernização do setor público* local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local. Tudo isso associado com alguma forma de *distribuição de ativos sociais*, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e capacitação tecnológica. As mudanças que decorrem desses três processos e a sinergia gerada no conjunto do tecido social viabilizam o desenvolvimento local de forma consistente e sólida.

Deste modo, é urgente a necessidade de aumentar cada vez mais a participação ativa das pessoas nas discussões relacionada ao modelo de sociedade que se quer alcançar e desde já definir os parâmetros e diretrizes a serem seguidas para que se alcance tal objetivo.

Essa tarefa não é fácil, pois, as diferenças são muitas e os problemas tornam-se cada vez mais complexos, uma vez que tais questões exigem mais esforços voltados ao diálogo e a exploração da riqueza identitária e diversificada inerente a cada sociedade. Esta tarefa implica na participação ativa de toda comunidade, que deve descobrir por si só suas necessidades. Tal

processo compreende uma ação de caráter educativo, relacionado diretamente a educação popular, haja vista que a finalidade é melhorar a vida cotidiana da grande maioria.

2.3 A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ao longo da história, as discussões e a prática da gestão de áreas protegidas são marcadas pela dicotomia sociedade-natureza promovendo, normalmente, uma separação entre o que é do âmbito da sociedade (aspectos econômicos, políticos, culturais) do que é “natural”. Esta dicotomia cria um paradigma que se reflete nas políticas públicas e na gestão das áreas protegidas, e que acabam por reproduzir as relações de exclusão social e afetam a própria possibilidade de conservação (LOUREIRO, 2004). Neste aspecto, sociedade e natureza enquanto categorias indissociáveis acabam por assumir posturas opostas como se fosse necessária a separação das partes para a existência de ambos.

O paradigma desta relação fica evidenciado com a Lei nº 9.985 de 2000, que institui o SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC (BRASIL, 2000). O SNUC trouxe conceitos, definições e estabeleceu as regras de proteção à natureza, criando para isso as categorias de Proteção Integral, e as Áreas de Uso Sustentável. Deste modo, a materializou-se a relação seres humanos x natureza, pois reflete as modalidades de se encarar esta relação que tem sido confusa e conflituosa graças às debilidades da organização social, intervenções de efeito paliativo da parte do Estado e problemas de gestão.

No Brasil, onde a manutenção dos últimos redutos de florestas tropicais passou a ser uma das prioridades governamentais, a criação de áreas sob proteção legal vem crescendo significativamente nos últimos anos. Hoje, são mais de 670 UC em todo o país, em todas as categorias de manejo, totalizando 60 milhões de hectares de terras protegidas legalmente (BRASIL, 2008). Conforme Brasil, Instituto (2008), somente as UC de uso indireto¹⁵ correspondem a 3% do território brasileiro, totalizando 24 milhões de hectares.

Estas unidades não estão distribuídas territorialmente por representatividade nas diferentes regiões biogeográficas, o que faz com que estas áreas se tornem verdadeiras

¹⁵ Consideradas as mais importantes para a manutenção da biodiversidade.

lacunas no sistema de UC (FONSECA et al., 1997). As UC são áreas reservadas para o uso específico, sendo que no Brasil, o SNUC recebe a competência de estabelecer normas que regulamentem estas áreas. Algumas UC, como parques ou estações ecológicas fazem restrições, não permitem a existência de populações humanas e proíbem qualquer tipo intervenção como garantir a integridade da área.

Por sua vez, as chamadas UC de uso direto, permitem, de maneira restrita e dirigida, a utilização dos recursos naturais, sendo que em alguns casos, também não preveem a presença de populações humanas. As áreas que compreendem as UC contêm atributos excepcionais da natureza e que estão sob jurisdição dos Governos Federal, Estadual e Municipal e até mesmo de particulares, procurando garantir, assim, a sobrevivência dos recursos naturais que as integram. O objetivo dessa conservação é a manutenção do patrimônio natural e cultural da Nação para fins científicos, educacionais, estéticos e recreativos.

O estabelecimento de UC, tanto públicas quanto privadas, em áreas remanescentes e representativas de ambientes naturais, tem se tornado estratégia utilizada para a manutenção da biodiversidade (BRITEZ et al., 2003). Para que um sistema de RESEX possa ser representativo de toda a biota regional, é necessário adicionar reservas pequenas ao conjunto de áreas do sistema como modo de assegurar a biodiversidade (MORSELLO, 2001). O número de espécies que tais UC compartilham está por trás da estratégia de necessidade de adição de reservas pequenas, mas considerar-se isso, a melhor estratégia não é selecionar apenas as de porte grande ou pequeno, mas sim um misto de tipos de reservas.

Uma categoria importante dentro do SNUC são as Florestas Nacionais (FLONAS), especialmente na Amazônia, sendo destinadas ao manejo racional dos recursos florestais, especialmente para extração de madeira. No passado, as FLONAS na Amazônia foram criadas sem a participação da população local, o que resultou na ocorrência de muitos conflitos já que parecia ser inconcebível desconsiderar a opinião da população que vive na área. Atualmente, existe a compreensão de que as UC só podem funcionar de maneira eficiente se houver a participação da população, ressaltando-se que na Amazônia são raros os casos de UC sem a presença humana.

A luta dos seringueiros¹⁶ conseguiu uma importante inovação no SNUC, com a criação de RESEX, a partir de 1990 e pela definição de legislação que constituem tais áreas como de domínio público. Sua utilização é destinada a populações extrativistas tradicionais, comunidades que vivem do extrativismo, da agricultura de subsistência e da criação de animais de pequeno porte. A criação dessas reservas tem por objetivo central proteger os

¹⁶ Trabalhadores extratores de látex de árvores de seringueiras (*Hevea brasiliensis* – EUPHORBIACEAE).

meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais, sem comprometer os ecossistemas existentes na área.

A discussão sobre as RESEX surge em um contexto de conflitos e redefinição de modalidades de relação de trabalho envolvendo seringueiros que se encontravam em situação de abandono, ameaças e péssimas condições de trabalho. Os estados do Acre, Rondônia e Amazonas deram início às articulações voltadas para a realização de debates e elaboração de documentos voltados para a realização do Encontro Nacional dos Seringueiros (ALEGRETTE, 2002). Dentre as questões centrais envolvidas nas reuniões estava a ausência de titulação e regularização de posses de seringueiros, a ameaça do avanço do desmatamento incentivado por fazendeiros e projetos oficiais de colonização.

Os seringueiros reivindicavam a definição das terras específicas para as áreas de seringais nativos sob a justificativa de que todo seringueiro deveria receber uma área de terra que tivesse de uma a três estradas de seringa. A luta era motivada pela posse dos títulos definitivos da terra, sendo proibida a venda, arrendamento, aforamento ou qualquer tipo de negociação com a área que deveria destinar espaço para a criação de uma reserva florestal. Nestas reservas, se deveria executar projetos de plantação e cultivo de seringais, castanheiras-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*, H. B. K. – *LECYTHIDACEAE*),¹⁷ fruticultura e agricultura.

Tais medidas constituíam uma maneira de garantir não só o trabalho e a sobrevivência das populações locais que dependiam dos produtos da floresta, mas também assegurar a exploração racional dos recursos. De acordo com Allegretti (2002, p. 413):

As demandas dos seringueiros em relação à questão fundiária estava em duas propostas: impedir o desmatamento dos seringais e regularizar a posses de forma a assegurar a continuidade da atividade extrativista da borracha. Enquanto o Acre já estava bastante organizado nessa direção, no Amazonas, era ainda incipiente a movimentação dos seringueiros no sentido de garantir suas posses e, no caso de Rondônia, a situação era crítica, uma vez que o processo estava se dando de forma acelerada, como parte de um programa oficial do Governo Federal de colonização da região.

Está lógica foi reforçada no encontro realizado por seringueiros ocorrido no município de Ariquemes, Rondônia, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1985, pois naquele contexto foi apresentada pela primeira vez a idéia de uma RESEX, que somente no Encontro Nacional receberia tal denominação.

¹⁷ Sua amêndoa é a anterior castanha do Pará ou castanha do Brasil.

A denominação de RESEX surgiu como uma maneira de contraposição ao modelo tradicional de colonização adotado na Amazônia, pelo INCRA. Dentre as ações do INCRA destacava-se o incentivo à produção agrícola, sendo estimulada a divisão da terra em lotes individuais para ser explorado por unidades familiares. Este modelo se contrapunha as idéias dos seringueiros, pois enfraquecia suas lutas e se constituía em uma divisão desigual beneficiando alguns e prejudicando outros.

Dentre as questões inovadoras trazidas pelas RESEX destaca-se:

- a) A compatibilidade entre as metas de desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental, considerando que o uso sustentável dos recursos naturais constitui uma base para o bem estar das populações tradicionais;
- b) Conceito de gestão social dos recursos naturais;
- c) A proposta de concessão de uso do espaço territorial, permitindo que cada morador mantenha o direito de ocupação de seu lugar de moradia e produção, porém, sendo inviabilizada a existência de propriedade privada;
- d) Entendimento de que a organização de populações locais tem um papel fundamental para alcançar melhorias nas condições de vida e o uso sustentável dos recursos naturais;
- e) A proposta de administração através da co-gestão entre poder público e as comunidades locais.

A gestão destas unidades tem sido conduzida com a intervenção de três atores principais que apresentam características bastante distintas: governo, ONG e associações comunitárias locais. Tais relações vêm acontecendo de maneira conflituosa e confusa já que cada um destes atores concebe um modelo de gestão.

O governo, com uma atuação extremamente burocratizada e legalista; as ONG, com uma cultura de militância e tutela; e as associações comunitárias locais, com pouca ou quase nenhuma estratégia de atuação (ARRUDA, 1999). Com relação a esta última, considera-se ainda o elevado grau de despreparo de seus agentes que geralmente eram semi-analfabetos e com pouca experiência em gestão. A parceria entre estes três atores desiguais em suas possibilidades e distintos em suas naturezas tem sido difícil, grandes tem sido os impasses no sentido de atingir visões conjuntas, bem como definição de responsabilidades.

A primeira grande dificuldade tem sido a definição sobre as atribuições delegadas a cada ator dentro da UC, uma vez que não existem regulamentações específicas que lhes atribuam um papel definido. Somado a isto, pouca ação concreta tem sido realizada no sentido de legitimar o desempenho desses papéis para que sejam desenvolvidas ações capazes de

assegurar a existência da UC. Finalmente e conforme Teixeira (2005), a dificuldade em reconhecer a legitimidade interna dos representantes comunitários tem sido outro grave problema, especialmente pelo fato de as populações locais possuírem dinâmicas internas específicas que muitas vezes não deixam visíveis suas lideranças legítimas.

Essa circunstância propicia equívocos na escolha dos interlocutores dessas comunidades levando-os a perceber a relação mais como interferência de outros sujeitos do que como uma modalidade de estabelecer parcerias. Outra questão está relacionada ao impacto de decisões de governo na estabilidade da gestão, uma vez que as associações comunitárias das UC são vulneráveis a fatores como a retirada de incentivos, a mudança de gestores públicos. A alteração de prioridades na atuação do governo, a suspensão de investimentos neste ou naquele setor trazem transtornos sérios às iniciativas de co-gestão (MORSELLO, 2001), uma vez que produzem descontinuidade dos projetos em andamento.

Essa mudança na conjuntura político-administrativa é um fator que tem dificultado a elaboração de planejamentos de longo prazo e institui a incerteza em relação à continuidade das ações já instauradas. Não se deve esquecer que a deficiência da fiscalização tem fragilizado a gestão de UC pelo fato de que no momento em que os membros da comunidade constatarem a existência de atos ilícitos não dispõem de auxílio suficiente por parte de órgãos encarregados de fiscalização (LOUREIRO, 2005; SIMONIAN, 2007). Um exemplo é a debilidade do IBAMA em evitar ações danosas ao meio ambiente que, por conta disso, tem contribuído para a deterioração das providências cabíveis pelas autoridades locais.

Essas dificuldades apresentadas para a implementação de uma co-gestão competente nas UC tem contribuído para o aprofundamento do desgaste entre os três atores e tem dificultado a execução de um consistente projeto de sustentabilidade para as populações dessas áreas. As RESEX somente terão êxito se suas populações residentes puderem usufruir, de maneira, sustentável, dos recursos naturais. É necessário que o acesso aos recursos naturais do seu domínio seja feito mediante circunstâncias que levem em conta tanto a conservação da biodiversidade quanto os interesses das populações locais.

Irving (2002) discute as vantagens da participação na concepção de um projeto de desenvolvimento a começar pelo saber compartilhado da problemática local e pela identificação de necessidades essenciais a serem incorporadas desde a visualização até a implementação do mesmo. A legislação brasileira não deixa a desejar no sentido de garantir os direitos aos cidadãos, uma vez que procura atender suas demandas e respeita suas especificidades procurando contemplar os seus anseios. No entanto, não basta somente que a legislação garanta estes direitos. Existe uma série de fatores que interferem em sua

implementação, pois se espera transformar as políticas públicas brasileiras em efetivos instrumentos de inclusão social.

O fato de atribuir significado a remanescentes de áreas naturais, como é o caso de UC, pela oposição da natureza à cultura, fez com que permanecessem por muito tempo ausente na gestão destas unidades territoriais temas como cidadania e participação. É preciso superar esta dicotomia e buscar a sustentabilidade e a democracia nos processos de conservação da natureza para que as populações locais tenham condição de viver sem degradar e sem a angústia produzida por empresários que lucram com a destruição da floresta. Tal condição é necessária para compreender as dinâmicas sócio-ambientais que compõem a realidade dessas populações, bem como permitem a elaboração de propostas coerentes e compromissadas com a melhoria da qualidade de vida.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA ÁREA DE ENTORNO DA RESEX

A criação da RESEX não constitui sozinha uma maneira de resolver os problemas das populações que vivem na área e em seu entorno, uma vez que depende de várias outras ações conjuntas. A participação de representantes comunitários e lideranças, além da criação e fortalecimento de parcerias institucionais, são fundamentais para que a RESEX Verde para Sempre consiga se firmar como projeto sustentável. A ausência de medidas governamentais que considerem as áreas de entorno faz com que elas se tornem, de acordo com Fonseca et al., (1997), verdadeiras “ilhas” num oceano de habitat essencialmente inóspito.

Somado a estas questões, outro fato a ser destacado é o de que a criação de UC tanto no Brasil como em outros países, não conseguir conter o feroz processo de devastação da floresta (SIMONIAN, 2007), já que sem um projeto de cunho sócio-ecômico-ambiental a tentativa de resolução do problema acaba por produzir outros. Diante deste cenário, gradativamente vem sendo reduzida sua diversidade biológica, na medida em que as pessoas vão se apropriando de seus recursos. Assim sendo, manter sob controle, os impactos gerados sobre as RESEX e seu entorno é um desafio com o qual se deparam as diversas instituições envolvidas na gestão tais como: IBAMA, Instituto Estadual de Florestas, Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Meio Ambiente.

É válido destacar que também fazem parte disso, algumas organizações e os vários ambientalistas que, de certo modo, se empenham em conservar os ecossistemas ainda

presentes considerando apenas as áreas do interior das RESEX. Em termos de estudos sobre UC brasileiras, o que efetivamente vem acontecendo, é que tanto o diagnóstico como o seu manejo efetivo tem se desenvolvido, em sua parte maior, considerando como área de atuação o interior das áreas protegidas. Embora no Brasil tais discussões remontem a fins dos anos de 1980, conforme posto por Simonian (2008), quando já se propunha a definição de uma área de entorno ou amortecimento, com vista a uma sustentabilidade maior das UC e AP, a sua regularização deu-se um pouco mais tarde¹⁸.

Aliás, no âmbito da investigação científica, todavia se está a engatinhar nessa questão. Inclusive, como Gomes (2007) e Oliva, Magro (2004) apontam, poucas pesquisas têm sido realizadas quanto a se levar em conta as interfaces do entorno ou zona de amortecimento dessas áreas de reserva. De todo modo, desde os inícios dos anos de 1990, já se começou a ter mais consciência quanto à importância de tais áreas.

Do ponto de vista da legislação ambiental, a importância da interface entre as UC e o seu entorno, aparece registrado na Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº. 13/90, e sua regulamentação também são encontradas no SNUC Lei Federal nº. 9.985 (BRASIL, 2000). Ambos determinam que todas as UC, com exceção das Áreas de Preservação Ambiental e Reserva Particular de Patrimônio Natural, tenham a sua “zona de amortecimento” ou área de entorno definida. Entretanto, poucos planos de manejo efetivamente definem o entorno e o consideram no processo de planejamento e gestão de seus recursos naturais.

De acordo com o Decreto nº. 9.9274, de 06 de junho de 1990 e a resolução CONAMA nº. 13, de 06 de dezembro de 1990, esta área se denomina “área de entorno” compreendendo um espaço territorial que tem seu início a partir dos limites de uma AP ou UC. Por sua vez, o do referido decreto estabelece que “[...] nas áreas circundantes das unidades de conservação, num raio de 10 Km, qualquer atividade que possa afetar a biota deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente” (BRASIL, 1990, art. 2º.). Conforme cita Cerqueira et al., (2003), entorno é a área circunvizinha a uma UC, onde o uso do solo pode influenciar, tanto positiva como negativamente, o ambiente natural desta.

Morsello (2001) define zona de amortecimento como uma porção adjacente à área protegida, no qual o uso da terra é parcialmente restringido para incorporar uma camada a mais de proteção para a UC. A zona de amortecimento pode ter a função de ampliar a presença na área protegida de certo tipo de *habitat* e pode servir a propósitos sociais. Britez et

¹⁸ Simonian (id.) propôs, na segunda metade dos anos de 1980, a criação de áreas de entorno ou de amortização, quando do processo de definição de TI e de RESEX no estado do Acre.

al., (2003) afirma que o estabelecimento de UC por si só não assegura a efetiva manutenção de comunidades, haja vista que as UC podem ser verdadeiras ilhas que, isoladas em meio à paisagem, sofrem deterioração progressiva de seus ambientes e agressões na área de borda.

A zona de amortecimento é muito importante, pois se o grau de exposição ao ambiente circundante for muito alto, o seu tamanho efetivo será progressivamente reduzido pela deterioração do *habitat* a partir de suas margens externas devido ao efeito de borda. Outro problema é que, a parte maior das dificuldades se implantar o Plano de Manejo em UC está relacionada à zona de amortecimento (BRITEZ et al., 2003). A “Zona de Amortecimento” ou “Zona Tampão” não pertence ao interior da UC e, segundo Miller (1997), localiza-se no seu entorno e é estabelecida para filtrar os impactos negativos de atividades externas a ela: ruídos, poluição, espécies invasoras e avanço da ocupação humana.

As avaliações básicas que devem nortear a definição de uma “Zona de Amortecimento” são:

- a) A contiguidade com os limites da área a ser protegida – Esta é uma exigência legal, imposta pela Resolução nº. 13/90 do CONAMA, que deve ser respeitada, na medida em que o objetivo da “Zona de Amortecimento” é proteger o interior da unidade de conservação. Esta proteção deverá dar conta dos impactos externos a ela, conforme foi destacado anteriormente;
- b) A natureza do uso/ocupação do solo na área proposta – Devem ser avaliados os usos que estão ocorrendo na área. O objetivo é procurar manter na zona de proteção, áreas florestadas, terras agrícolas e demais atividades que pouco impacto poderá acarretar direta ou indiretamente o interior da área protegida;
- c) A densidade da ocupação populacional – Este deve ser um dos principais parâmetros a ser analisado, visto que áreas densamente povoadas devem ser mantidas fora da “Zona de Amortecimento”. Caso não seja feita tal intervenção as ações impactantes podem ser levadas para o interior da área legalmente protegida.

O importante em todo processo é que seja feito um diagnóstico detalhado da área a ser proposta como “Zona de Amortecimento”, de forma com que os seus limites definitivos tenham coerência com que preceitua a legislação. É necessário que haja controle e monitoramento das ações potencialmente impactantes aos recursos naturais do interior da área legalmente protegida. Torna-se utópico, em termos de manejo, propor uma área que se

encontra densamente ocupada e com atividades múltiplas que inviabilizem qualquer prática coercitiva.

Mantida essa situação, a “zona” proposta passa a ser considerada de “papel”, assim como tem sido considerados muitos planos de manejo de unidades de proteção integral. Com a criação da área é preciso à proposição de políticas e ações capazes de conter a devastação sem que para isso seja necessário expulsar as populações tradicionais do local. A aquisição de novas formas de sustentabilidade tem como necessidade primária a vivência criteriosa entre os homens e a natureza, pressupõe a inserção de novas formas de exploração sem que para isso seja necessário um intenso processo de degradação.

Diante de tais considerações e com base nas discussões anteriormente realizadas foram elaboradas algumas hipóteses para explicar como a criação da RESEX Verde para Sempre vem desenvolvendo a elaboração de políticas públicas, especialmente as educacionais:

- a) Pressupõe-se que o Estado não vem sendo capaz de elaborar políticas públicas para as comunidades da RESEX e seu entorno, por não conseguir conciliar qualidade de vida, sustentabilidade e geração de renda;
- b) Existe grande deficiência no modelo educativo oferecido às populações rurais da RESEX, fato que diminui as perspectivas de envolvimento esclarecido da parte dos moradores e compreensão da dinâmica local;
- c) Pulverização das organizações comunitárias e desgaste do movimento social pela demora de ações governamentais;
- d) Falta de esclarecimentos a respeito das possibilidades de sustentabilidade a partir da criação de uma RESEX.

A execução de políticas públicas capazes de gerar renda, proporcionarem a escolarização, e auxiliar a exploração racional da RESEX, amenizaria os impactos gerados pela sua criação. Estas ações precisam acontecer em conjunto, pois somente com a efetivação do processo educativo os problemas não serão resolvidos, já que na ausência de alternativas capazes de gerar renda, as populações que dependiam exclusivamente da retirada da madeira acabam desrespeitando a lei explorando a floresta de maneira ilegal. De acordo com Simonian (2007), a ausência de perspectivas e a impossibilidade de sobrevivência fazem com que as populações fiquem vulneráveis a ação de empresários aliciadores que estimulam o mercado ilegal de venda de madeira e animais silvestres.

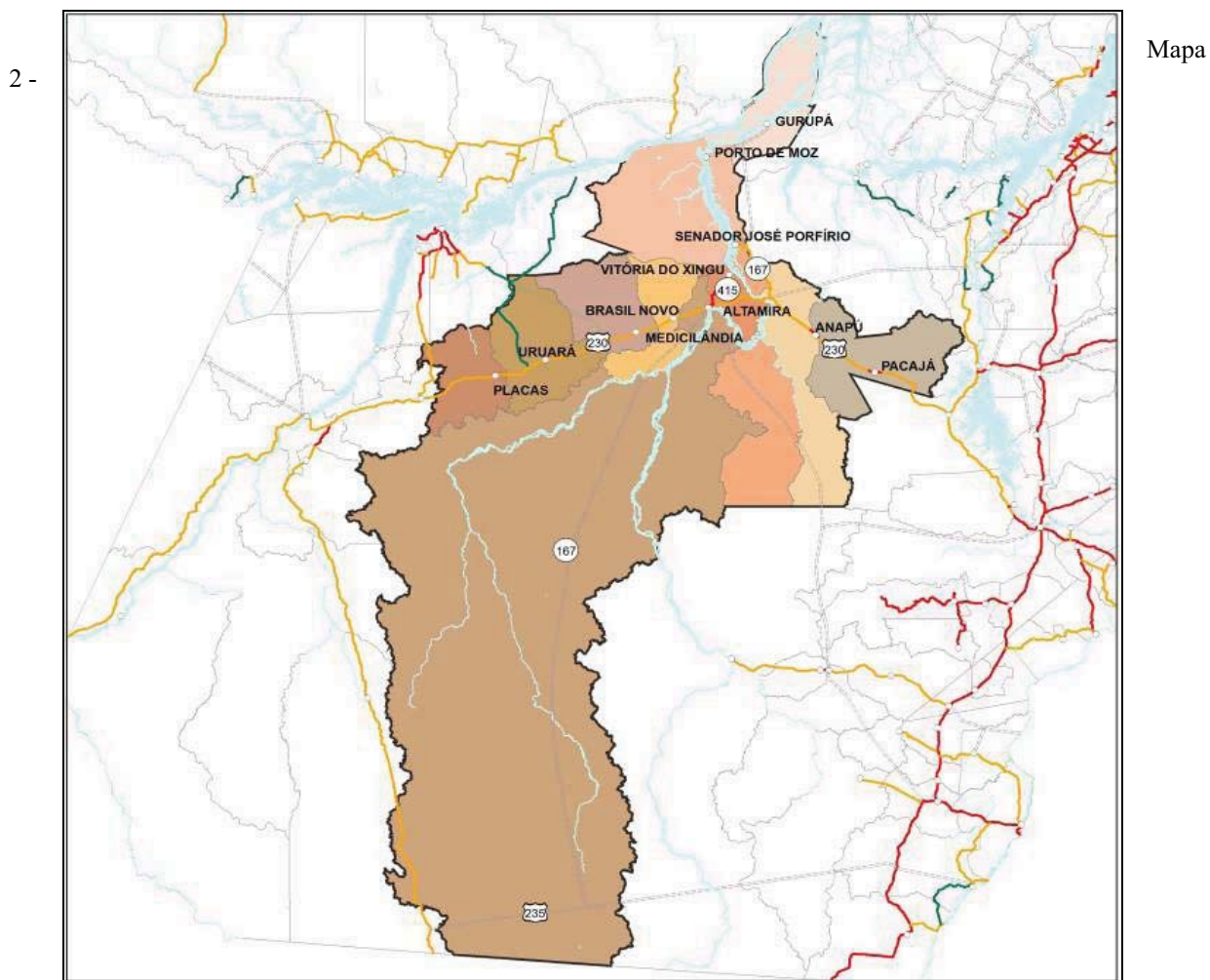
A debilidade de projetos educacionais torna cada vez mais difícil a conscientização dos moradores das comunidades, além de perpetuar o ciclo de ignorância, miséria, abandono e desarticulação social. Neste sentido, compreende-se que o processo educativo realizado por instituições educacionais deveria ser capaz de auxiliar a organização dos cidadãos das comunidades no sentido de contribuir para a eleição de prioridades, proposição de alternativas e cobrança de ações. Na medida em que os membros da comunidade passam a compreender melhor a problemática vivenciada, torna-se possível estabelecer debates mais produtivos com vistas à construção de propostas.

As populações locais, cada vez mais vêm tomando parte nas questões relacionadas à sua sobrevivência, porém ainda se fazem necessárias maiores deflagrações de informações, instrumentalização e formação de recursos humanos capazes de tomar para si projetos e ações (COSTA, 1998). A apropriação do conhecimento formal pode representar uma via de acesso à mudança de concepção das populações locais com relação ao meio ambiente e o papel do ser humano neste contexto. Sem a formação adequada torna-se muito difícil desenvolver atividades capazes de agregar valor sem que para isso haja intenso processo de degradação.

3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO XINGU

3.1 ASPECTOS GERAIS

A região de integração do Xingu abrange os seguintes municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu, e sua população em 2006 foi de 319.296 habitantes com uma densidade populacional de apenas 1,20 hab/km² (PARÁ, 2008) conforme Mapa 2.



Região de Integração do Xingu.

Fonte: Secretaria Estadual de Integração do Pará (2008).

Esta densidade demográfica baixa é consequência da grande extensão de florestas principalmente no município de Altamira que dispõe da maior área no estado do Pará. Segundo Filho (2005); Ribeiro (1979); Sablayrolles; Rocha (2003), parte destas áreas é de difícil acesso caracterizadas por imensas florestas, sendo algumas banhadas por rios e igarapés.

Essa região, polarizada pela cidade de Altamira, teve sua colonização dirigida pelo INCRA no início da década de 1970 com a construção da BR-230, a rodovia Transamazônica.

Os Projetos Integrados de Colonização, notadamente ao longo da BR-230 da rodovia Transamazônica (PICs Altamira, Marabá, Itaituba) representam efetivamente investimentos públicos pesados, entre a construção de estradas vicinais e infra-estruturas sociais e agrícolas, programas de crédito agrícola e assistência técnica (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 38).

Como estas intervenções não foram plenamente concluídas, boa parte da população local ficou abandonada e sem infraestrutura social adequada. A rodovia encontra-se em péssimo estado de conservação, o que impede a livre circulação de pessoas e mercadorias.

A região do Xingu passou por fases que tiveram dinâmicas econômicas e sociais diferentes: expansão, consolidação e retração. A população cresceu muito e nas três últimas décadas ocorreu notável urbanização, novos municípios foram criados, a produção agrícola e pecuária cresceu e se diversificou.

As zonas ocupadas pelos agricultores (na grande maioria estabelecimentos familiares de 100 a 200 hectares) não cessam de se expandir durante os anos 90, a partir de aberturas de estradas feitas para a exploração da madeira. Esta se desenvolveu muito rapidamente a partir dos anos 1990, com o fluxo de serrarias provenientes de outras regiões (sul do Pará principalmente) devido ao esgotamento dos recursos facilmente exploráveis naquelas regiões. Esse desenvolvimento rápido da exploração madeireira preocupa os responsáveis das organizações de pequenos agricultores da região, bem como as organizações da sociedade civil em geral, pois implica, para o futuro a região, em riscos ambientais, e, inclusive sociais importantes (violência, desestruturação, corrupção) (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 45).

A pressão antrópica sobre o ambiente natural cresceu de forma desordenada, arrasando florestas com a exploração de seus recursos e desgastando solos com pecuária e agriculturas extensivas com técnicas arcaicas.

O ritmo de crescimento se manteve até a década iniciada em 1990, mas depois entrou em crise, com a perda de dinamismo econômico pelo abandono da estrada, e dos programas federais de apoio à população migrante, atraída na década de 1970. O quadro social se agravou, com carência de infraestrutura econômica e social, os conflitos de terra se exacerbaram, a insegurança e a pobreza dominaram a região. A extensão da energia de Tucuruí, há poucos anos, deu certo alívio à população, amenizando o problema do quadro de carência de energia elétrica que durava décadas.

O futuro da região está agora vinculado a um grande empreendimento que há décadas é previsto para a região: a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. Este projeto que já passou

por várias fases, retomou em 2001 com uma nova formatação de engenharia e com uma nova visão do empreendimento: engenharia vinculada a implantação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) para a região de influência, atrelado um Plano de Inserção Regional (PIR). De pose do discurso, voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável para a região, a Centrais Elétricas do Norte (ELETRONORTE) procura trazer para junto de si, tanto empresários como a população local afirmando que:

[...] o objetivo de um Plano de Inserção Regional (PIR) é potencializar os impactos positivos de empreendimento, ou seja, fazer que estes impactos tenham seus efeitos apreendidos pela região, beneficiando a população local e quebrando a natureza de enclave que é intrínseca aos empreendimentos hidrelétricos (CENTRAIS, 2001, p. 4).

Filho (2005) argumenta que este projeto tem passado por inúmeros embaraços jurídicos, burocráticos e principalmente pela luta de interesses conflitantes: aqueles que veem o empreendimento como benéfico, social e economicamente, para o Brasil e para a região, e aqueles que dão mais ênfase à questão da preservação ambiental, cultural e à questão indígena.

Embora a ELETRONORTE apresente possibilidades de compreensão, a população da região xinguana, que tem forte relação com o rio (ADALBERTO, 1977; COUDREAU, 1977), terá seus modos de vivência comprometidos completamente após o início das obras. O projeto prevê o surgimento de praias artificiais em detrimento das naturais que desaparecerão, inundação de florestas, desaparecimento de espécies, mudança sócio-cultural e espacial.

Haveria também profundas consequências fundiárias e sócio-econômicas, por causa da perda de superfície de terra, de ilhas, das riquezas das matas e de áreas cultivadas e com fruteiras, e também por causa da modificação territorial que obriga a retrair estradas, caminhos, pontos de embarque e desembarque fluvial. Haveria a perda de benfeitorias e serviços existentes nas poses de grupos nativos ou de grupos migrantes de décadas atrás, nos assentamentos antigos e novos do Incra, em fazendas de colonizadores privados, e em latifúndios, que podem conter ainda extensões ou fragmentos da mata (SEVÁ FILHO, 2005, p. 14).

A região do Xingu faz parte do PDS da BR-163 (PARÁ, 2008), dispondo, portanto da definição, pelo Governo Federal, de ações voltadas ao seu desenvolvimento as quais deverão ser compatibilizadas com o Plano Plurianual (PPA) Estadual.

Dentro dessa região definiram-se três graus de influência dessa obra, isto é três sub-regiões de influência: a primeira receberá os impactos mais diretos da barragem e é formada pelos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, e distrito de Belo Monte. A segunda recebe alguns poucos impactos diretos e outros indiretos e abrange os municípios de Brasil Novo, Medicilândia, a oeste, Senador José Porfírio, ao norte e Anapu, a leste. E, finalmente, a terceira sub-região é formada pelos municípios de Uruará, Pacajás e Porto de Moz, sendo que as sedes desses três municípios recebem energia de Tucuruí e se articulam com Altamira, porém, por se encontrarem no extremo da região, sofrem influência também de outras cidades-pólo.

Porto de Moz, aparentemente fora da região, tem uma importância ímpar, por se encontrar justamente à jusante do reservatório, em área sujeita aos efeitos da projetada barragem, sobretudo durante a fase de enchimento do reservatório e de operação da usina. Este empreendimento terá enorme influência econômica e social para a região, bem como terá importantes consequências ambientais. O Pará, como detentor de valiosíssimo potencial hidrelétrico, não tem se beneficiado, nos casos precedentes, dos investimentos no setor hidrelétrico em seu território.

Com a construção da hidrelétrica de Tucuruí em seu território, o Pará, que era quase zero em matéria de energia, se tornou o quinto maior produtor e o terceiro maior exportador de energia do país, responsável por pro 8% da capacidade instalada de geração de todo país. [...] Nos últimos anos, porém, apesar da expansão dos empreendimentos produtivos de grande porte, o Pará caiu de 5º para 9º maior exportador e de 2º para o 6º lugar em saldo de divisas. [...] Essa reta decrescente revela que o Pará não está tirando proveito de sua riqueza (PINTO, 2005, p. 106-107).

Por outro lado, é sabido que um empreendimento desse porte atrai pessoas de vários pontos do país, além de diversos grupos empresariais.

A região do Xingu já sofre com a imigração de população empobrecida, em busca de emprego há muitos anos.

[...] o processo de ocupação humana tem provocado efeitos altamente prejudiciais para a população autóctone, que se vê despojada de suas terras, de seu modo de vida e até de toda forma de domínio de seu futuro. Se assiste muitas vezes a um processo de evasão das áreas rurais tradicionais para os centros urbanos, com a conseqüente substituição destas populações: violência física na luta pela terra, violência moral na imposição de um processo de desenvolvimento exógeno às populações autóctones, às suas práticas e modos de vida (MOUGEOT, 1986, p.18)

Os municípios de Altamira, Anapu e Vitória do Xingu têm sofrido mais intensamente este processo provocando o agravamento da situação social, já anteriormente em declínio.

A região de integração do Xingu necessita de incentivo à criação de produtos turísticos, haja vista que tem enormes potencialidades para o ecoturismo, corredeiras, as ilhas etc., sem falar na impressionante beleza paisagística do rio Xingu. Para tanto, é fundamental que sejam melhoradas as redes de transportes – rodoviário, hidroviário e aeroviário –, pois nesta região, pois tal região tem estado afastada dos principais centros econômicos do Pará. Tais investimentos poderão tornar a região representante de um pólo de distribuição de produtos para abastecimento alimentício e serviços.

Caso tais investimentos sejam realizados espera-se que a região de integração do Xingu possa contribuir para o re-equilíbrio geoeconômico e geopolítico do Estado, melhorando a oferta de empregos e a geração de renda. Em termos de indicadores econômicos e sociais a região do Xingu é a oitava entre as 12 Regiões de Integração em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) estadual e a sexta quanto ao PIB per capita (PARÁ, 2008). Classifica-se também, de acordo com este mesmo estudo, em sexta posição quanto ao IDH, em nona posição quanto ao índice de alfabetização, sexta em abandono do Ensino Fundamental e oitava no abandono do Ensino Médio.

A região apresenta um índice de analfabetismo da ordem de 23%, sendo a taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental de 14% e no Ensino Médio de 10% (PARÁ, 2008). O abastecimento de água da região do Xingu situa-se nos 32% na zona urbana e pouquíssimos 5% na zona rural e o índice de atendimento em energia elétrica é de apenas 53% (PARÁ, 2008). Tais informações representam o real cenário de carência e chamam a atenção para a emergência de ações capazes de, não só valorizar a região, como também viabilizar a melhoria da qualidade de vida daqueles que até hoje têm tido seus direitos fundamentais desrespeitados pelos desastrosos projetos desenvolvimentistas implementados pelo governo.

4 O MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

A origem histórica da sede do município de Porto de Moz é encontrada no aldeamento Monturu (em *tupy* significa pote de barro) sob invocação de São Braz, estabelecidos pelos religiosos capuchos da ordem de São José, que de acordo com a tradição ocorreu em 1639. Sob o controle dos capuchos, o aldeamento se desenvolveu possibilitando grandes explorações na parte baixa do rio Xingu (COUDREAU, 1977). O governador e capitão-general, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, elevou o aldeamento à categoria de vila, com a denominação de origem portuguesa de Porto de Moz, tendo sido como tal instalada em 16 de julho de 1758, dando origem ao município.

Os limites da vila foram estabelecidos pelo ouvidor Madeira Fernandes, assim permanecendo até 1801 quando foi incluído no território o lugar Boa Vista. Nas sessões, o Conselho do Governo do Estado do Pará, de 10 a 17 de maio de 1833, Porto de Moz figurou como Vila, ficando com as terras de Vieiras, Pombal e Souzel que haviam perdido aquela categoria. Pelo Decreto nº 218, de 09 de novembro de 1890, o governo do estado concedeu o título de cidade de Porto de Moz. Segundo informações da Secretaria de Estudos de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) (PARÁ, 2008), em cumprimento ao Decreto de nº 6, de 04 de novembro de 1930, o município homônimo foi suprimido e incorporado ao território do município de Gurupá, recuperando sua autonomia pelo Decreto nº 2.805, de 10 de dezembro de 1937.

Segundo o quadro da divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, o município era composto por oito distritos: o distrito-sede e os distritos: Alto Xingu, Aquiqui, Souzel, Tapará, Pombal, Vieiras, Vilarinho do Monte. Em face do Decreto-lei nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, que estabeleceu a divisão para o período de 1939-1943, o município figurou com os mesmos distritos, apesar de distrito-sede haver perdido para Vilarinho do Monte o território da Zona de Tapará. Atualmente, o município possui somente três distritos: Porto de Moz (sede), Vilarinho do Monte, Vieiras.

Com relação aos aspectos culturais, a festa de São Braz destaca-se como uma das manifestações religiosas mais importantes do município (Fotografia 2). Esta festividade é marcada pela realização dos Círios terrestre e fluvial, além bingos e leilões, tendo como fato marcante de encerramento a subida do balão e o espetáculo dos fogos de artifício. São elementos marcantes da cultura popular as quadrilhas juninas, os bois-bumbás e os cordões de pássaros, onde destacam o Iratauá e Sabiá, Dança do Gambá, Boi Estrela Dalva e Bota Gaúcha.



Fotografia 1 - Orla da cidade de Porto de Moz.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 2 - Igreja e imagem de São Braz.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 3 - Orla da cidade de Porto de Moz.
Fonte: Costa (2008).

A gastronomia local é igualmente importante, variada e artesanal, como se verificou em campo. Os pratos típicos da região são: Tucunaré (*Cichla ssp.*) na brasa com açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), acari (*Hypostomus plecostomus*) na brasa, cascudo (*Podocnemis expansa*) no leite da castanha-da-amazônia etc. E, ainda quanto ao artesanato, destaca-se a produção de bolsas e chapéus, a partir do aproveitamento do couro.

As rotas turísticas de Porto de Moz compreendem:

- a) Igreja matriz: Construída no século XVIII pelos Capuchos de São José, com o passar dos anos se tornou um monumento de rara beleza, que guarda desde a fundação da cidade as manifestações religiosas;

- b) Praça da matriz: Localizada em frente à igreja, local privilegiado de onde se pode assistir ao pôr do sol à beira do rio Xingu, em cujo interior está a imagem do bom Jesus dos Navegantes.
- c) Casa da Cultura: Situada à Rua da República, onde são realizados todos os eventos sócio-culturais do município. Com infraestrutura de auditório para 100 lugares, sala de exposição dos acervos e arquivos públicos e provisoriamente biblioteca pública.
- d) Praia Chácara: localizada a 2 km da cidade, praia de areia fina e água límpidas, com certa infraestrutura (bares, lanchonetes, banheiros) onde são realizados os festivais de verão.
- e) Praia do Tauerá: localizada a 3,5 km do município, é uma área arqueológica contendo sítios com material de referência científica, conforme pesquisa feita pelo Museu Emílio Goeldi.
- f) Praia do Maruá: localizada a 15 km da sede do município. É uma magnífica praia, com vasta arborização e espécie de peixes.
- g) Complexo do Cuparí: localizado a 40 km, é um local privilegiado com vasta fauna e flora, onde o meio ambiente é um excelente atrativo. Possui um complexo de pequenos lagos, onde é possível a pesca do tucunaré (*Cichla spp.*), pirangas (*Pygocentrus spp.*), aruanãs (*Osteoglossum spp.*), traíras (*Hoplias spp.*).

Tais aspectos fazem com que Porto de Moz seja uma referência boa de lazer e diversão, especialmente no mês julho quando turistas diferenciados procuram a cidade em busca de suas praias.

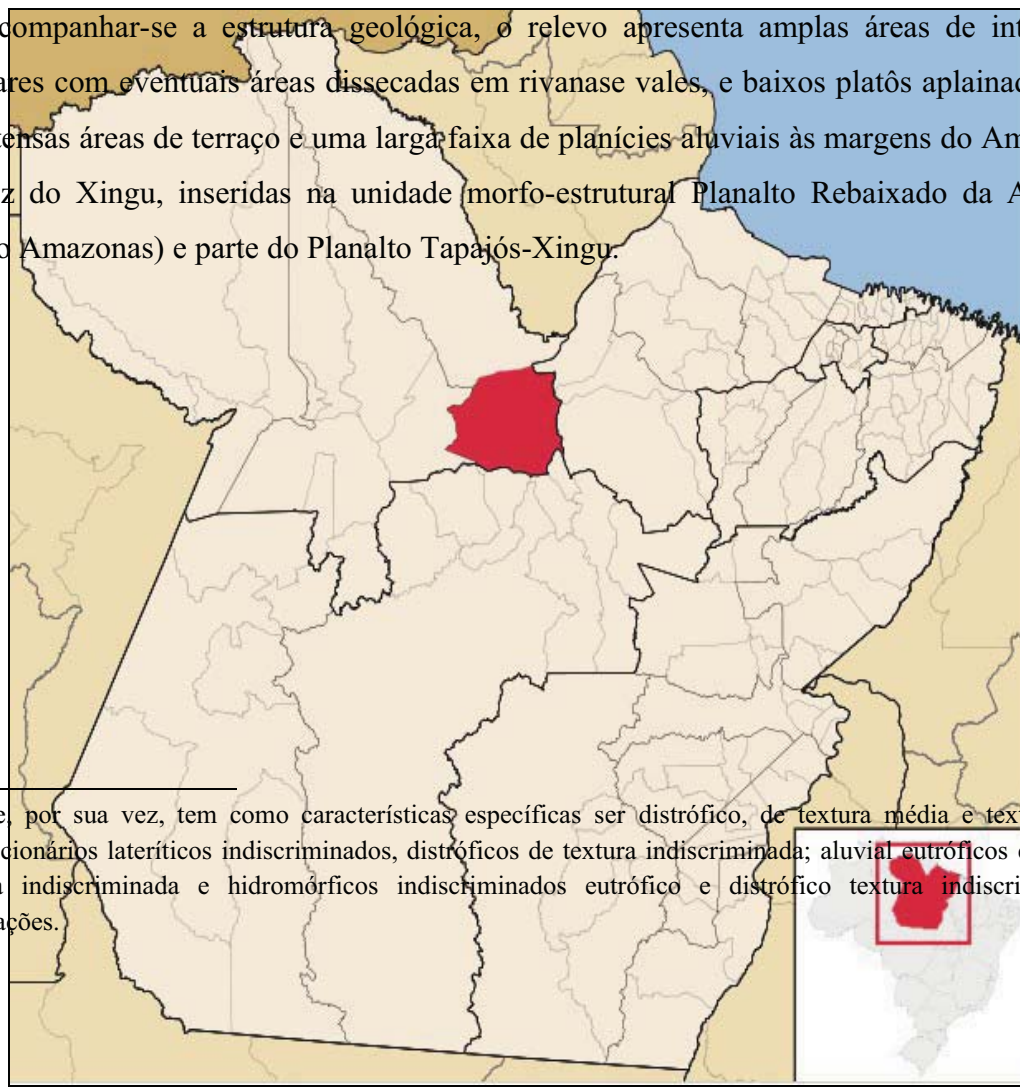
4.2 ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS

O município de Porto de Moz pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas e Microrregião de Almeirim, com a sede municipal apresentando as seguintes coordenadas geográficas: 01°45'0"S e 52°14'15"W Gr, conforme imagem apresentada na Figura 3. Porto

de Moz limita-se ao norte com os municípios de Almeirim e Gurupá; a leste com os municípios de Melgaço, Gurupá, Portel e Senador José Porfírio; ao sul com os municípios de Vitória do Brasil e Brasil Novo; e a oeste com o município de Prainha (SALGADO; KAIMOWITZ, 2003). Conforme dados da SEPOF (PARÁ, 2008), os solos do município se constituem predominantemente pelo latossolo amarelo¹⁹.

Porto de Moz está recoberto de três tipos de vegetação: na região das formações Pioneiras do Baixo Amazonas, predominando a vegetação aluvial campestre, e em menor escala, a arbustiva. Os outros dois subtipos localizam-se em terra firme, sendo a Floresta Densa dos altos platôs Xingu/Tapajós de Grande Porte e volume de madeiras superior a 200 metros/hectare, e a Floresta Densa dos baixos platôs do Pará/Amapá/Maranhão. Os acidentes geográficos, ecologicamente mais importantes são os rios Xingu e Amazonas, seguidos do Acaraí, Jarauçu e Pacanã do Aquiqui, as cachoeiras de Itapaiúna, Juruacá e Itamaracá, e a Serra do Tapará.

A topografia do município varia desde os 30 metros de altitude, encontrados em sua sede, até aproximadamente 150 metros, ao sul, correspondente às variações dos apresentados pelo relevo (tabuleiros da Serra do Tapanã). Na estrutura geológica do município, dominam áreas do Terciário, Formação Barreiras e expressiva Área do Quaternário Sub-atual e Recente. Ao acompanhar-se a estrutura geológica, o relevo apresenta amplas áreas de interflúvios tabulares com eventuais áreas dissecadas em rivanase vales, e baixos platôs aplainados, além de intensas áreas de terraço e uma larga faixa de planícies aluviais às margens do Amazonas e da foz do Xingu, inseridas na unidade morfo-estrutural Planalto Rebaixado da Amazônia (baixo Amazonas) e parte do Planalto Tapajós-Xingu.



¹⁹ Esse, por sua vez, tem como características específicas ser distrófico, de textura média e textura argilosa concrecionários lateríticos indiscriminados, distróficos de textura indiscriminada; aluvial eutróficos e distróficos, textura indiscriminada e hidromórficos indiscriminados eutrófico e distrófico textura indiscriminada, em associações.

Mapa 3 - O município de Porto de Moz.

Fonte: Wikipedia, 2008.

No município, destaca-se o rio Xingu, no seu baixo curso, que atravessa o território no sentido sul-norte e serve, em parte, de limite natural de Senador José Porfírio e, na sua margem direita, encontra-se a sede municipal. Os afluentes mais importantes são os da margem esquerda como os rios: Jauruçu, Acari, Peri e Tucurui. Este último, limitando parcialmente ao sul com o município de Altamira. Pela margem direita, destacam-se, apenas, os rios Marati e Veiros.

Ao norte de Porto de Moz, servindo de limite com os municípios de Almeirim e Gurupá, aparece o rio Amazonas com suas ilhas furos e afluentes, entre estes o rio Guajará a oeste, limite natural com Prainha e Igarapé do Campo, a leste limite com Gurupá. O município apresenta clima do tipo Am, de acordo com a classificação Köppen, que se traduz como um clima cuja média mensal das temperaturas mínimas é superior a 18°C, com amplitude térmica geral inferior a 5°C, tem uma estação seca de pouca duração, umidade elevada e disponibilidade de água no solo. As precipitações pluviométricas apresentam 969 mm/ano, com distribuição irregular durante o ano uma vez que estação chuvosa ocorre no período de dezembro a junho, sendo março o mês de maior pluviosidade.



Fotografia 4 - Rio Xingu em Porto de Moz.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 5 - Uma das entradas da RESEX Verde Sempre.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 6 - Residência dentro da RESEX Verde para Sempre.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 7 - Residências e embarcações dentro da Resex Verde para Sempre.
Fonte: Costa (2008).

O período de excesso de água no solo vai de fevereiro e julho. A estação menos chuvosa, de julho a dezembro, apresenta totais pluviométricos mensais inferiores a 60 mm. Apesar de julho indicar o período de maior pluviosidade, este mês apresenta excedente hídrico de 217 mm, valor este que vai decrescendo até alcançar o déficit de 84 mm, no mês de setembro.

4.3 DEMOGRAFIA

Entre os anos de 1980 a 2007, a população do município de Porto de Moz quase que triplicou, passando de 11.807 para 30.847 habitantes distribuídos em uma área de 17.423,10 km², o que corresponde a uma densidade demográfica de 1,77 hab/km² (Quadro1).

ANOS	POPULAÇÃO (HAB)	ÁREA (KM²)	DENSIDADE (HAB/KM²)
1980	11.807	19.104,00	0,62
1991	15.407	17.700,85	0,87
1996	24.122	17.500,80	1,38
1997 ⁽¹⁾	26.591	17.500,80	1,52
1998 ⁽¹⁾	28.670	17.500,80	1,64
1999 ⁽¹⁾	30.753	17.500,80	1,76
2000	23.545	17.423,10	1,35
2001 ⁽¹⁾	23.381	17.423,10	1,34
2002 ⁽¹⁾	25.351	17.423,10	1,46
2003 ⁽¹⁾	26.189	17.423,10	1,50
2004 ⁽¹⁾	28.091	17.423,10	1,61
2005 ⁽¹⁾	28.923	17.423,10	1,66
2006 ⁽¹⁾	29.890	17.423,10	1,72
2007 ⁽¹⁾	30.847	17.423,10	1,77

Quadro 1- A população de Porto de Moz entre os anos 1980-2007.

Fonte: IBGE (2008).

(1) População Estimada

No ano de 1980, existiam 11.807 unidades domiciliares no município de Porto de Moz distribuídas em 2.610 residências domiciliares na área urbana e 9.197 residentes na área rural, o que demonstrava que 77,89% destas unidades encontravam-se na área rural (Quadro 2). No ano de 1991, as unidades domiciliares localizadas na área rural correspondia a 67,11% contra 32,88% na área urbana. No ano 2007, a diferença entre as unidades domiciliares estava distribuída em 41,55% na área urbana e 58,44% na área rural.

ANOS	URBANA	RURAL
1980	2.610	9.197
1991	5.066	10.341
1996	8.211	15.911
1997 ⁽¹⁾	9.051	17.540
1998 ⁽¹⁾	9.759	18.911
1999 ⁽¹⁾	10.468	20.285
2000 ⁽²⁾	10.230	13.315
2001 ⁽¹⁾	10.159	13.222
2002 ⁽¹⁾	11.015	14.336
2003 ⁽¹⁾	11.379	14.810
2004 ⁽¹⁾	12.205	15.886
2005 ⁽¹⁾	12.567	16.356
2006 ⁽¹⁾	12.987	16.903
2007 ⁽¹⁾	12.403	17.444

Quadro 2 - A situação das unidades domiciliares na área urbana e rural de Porto de Moz entre os anos de 1980 – 2007.

Fonte: IBGE (2008).

(1) População Estimada (2) No Censo de 2000 o IBGE seguiu critérios próprios para definir área urbana e rural.

No que concerne distribuição da população de Porto de Moz por sexo, no ano de 1980, dos 11.807 habitantes, 47,61% da população era do sexo feminino e 52,38% masculino

(Quadro 3). Em 2000, a população era de 23.545 habitantes, sendo que 52,13% eram do sexo masculino e 47,86% feminino. No ano de 2007, a população estimada era de 30.838 habitantes distribuídos entre 52,14% do sexo masculino e 47,85% feminino.

ANOS	MASCULINO	FEMININO
1980	6.185	5.622
1991	7.995	7.412
1996	12.751	11.371
1997 ⁽¹⁾	14.056	12.535
1998 ⁽¹⁾	15.155	13.515
1999 ⁽¹⁾	16.256	14.497
2000	12.275	11.270
2001 ⁽¹⁾	12.189	11.192
2002 ⁽¹⁾	13.217	12.134
2003 ⁽¹⁾	13.653	12.536
2004 ⁽¹⁾	14.645	13.446
2005 ⁽¹⁾	15.079	13.844
2006 ⁽¹⁾	15.583	14.307
2007 ⁽¹⁾	16.082	14.756

Quadro 3 - A população de Porto de Moz segundo sexo entre o anos de 1980 – 2007.

Fonte: IBGE (2008).

(1) População Estimada

A quantidade de pessoas por unidade domiciliar em Porto de Moz varia muito da área urbana em relação área rural onde geralmente vivem até três famílias em uma mesma casa (Quadro 4).

ANO	POPULAÇÃO (HAB.)	UNID. DOMICILARES	HAB./UNID. DOMICILIARES
1996	24.122	3.736	6,43
2000	23.545	3.963	5,94

Quadro 4 - O número de habitantes por unidades domiciliares de Porto de Moz entre os anos 1996-2000.

Fonte: IBGE (2008)

A média de pessoas em uma casa varia de cinco a sete pessoas, sendo que na área rural ainda existem unidades domiciliares que reúnem até 12 pessoas envolvendo crianças, adultos e idosos. Nas áreas rurais amazônicas, ainda é muito comum mais de duas famílias dividirem o mesmo espaço em uma residência. Nas Fotografias 8, 9, 10 e 11, tem-se imagens das casas locais.



Fotografia 8 - Residência na comunidade de Arimum.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 9 - Residência de palha na Comunidade de Arimum
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 10 - Residência na comunidade de Arimum.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 11- Residência na comunidade de Majari
Fonte: Costa (2008).

No município de Porto de Moz, em de 2000, 72 % da população se considerava de cor parda e 0,30% indígena, a religião que predominava era a católica apostólica romana com 81,47% de adesão, seguida das religiões evangélicas com 15,10% (Tabela 1). Com relação ao estado civil, 81% da população consideram-se solteiras e apenas 17,24 casados, uma vez que ainda é comum pessoas viverem como marido e mulher sem serem casados. No que se refere aos anos de estudos, 30,54% da população havia passado por apenas um ano de instrução escolar, e apenas 0,33% havia passado por mais de 15 anos de instrução.

Tabela 1 - A população residente em Porto de Moz entre os anos de 1991/2000 segundo algumas características

CARACTERÍSTICAS	1991		2000	
	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%
COR OU RAÇA				
Branca	1.006	6,53	3.461	14,70
Preta	842	5,47	2.740	11,64
Amarela	-	-	-	-
Parda	13.483	87,5	17.002	72,21
		1		
Indígena	-	-	70	0,30
Sem declaração	-	-	271	1,15
RELIGIÃO⁽¹⁾				
Católica apostólica romana	13.426	87,1	19.181	81,47
		4		
Evangélicas	1.878	12,1	3.556	15,10
		9		
Espíritas	-	-	-	-
Umbanda e candomblé	-	-	-	-
Judaica	-	-	-	-
Religiões orientais	3	0,02	-	-
Outras religiosidades	-	-	7	0,03
Sem religião	55	0,36	595	2,53
Não determinadas	45	0,29	56	0,24
ESTADO CIVIL				
Casado (a)	438	4,60	2.680	17,24
Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	8	0,08	86	0,55
Divorciado (a)	-	-	14	0,09
Viúvo (a)	217	2,28	173	1,11
Solteiro (a)	4.501	47,2	12.586	81,00
		3		
ANOS DE ESTUDOS⁽²⁾				
Sem instrução e menos de 1 ano	5.310	55,7	4.743	30,54
		3		
1 a 3 anos	2.986	31,3	6.193	39,85
		4		
4 a 7 anos	1.031	10,8	3.081	19,82
		2		
8 a 10 anos	119	1,25	1.010	6,50
11 a 14 anos	71	0,75	334	2,15
15 anos ou mais	11	0,12	51	0,33
Não determinados	-	-	126	0,81
TIPOS DE DEFICIÊNCIA^(3 e 4)				
Pelo menos uma das deficiências enumeradas	-	-	2.108	8,95
Deficiência mental permanente	-	-	271	1,15
Deficiência física	-	-	117	0,50
Tetraplegia, paraplegia, hemiplegia permanente	-	-	67	57,26
Falta de membro ou parte dele ⁽⁵⁾	-	-	50	42,74
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente para enxergar	-	-	1.617	6,87
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente para ouvir	-	-	374	1,59
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente para caminhar ou subir escadas	-	-	582	2,47
Nenhuma destas deficiências ⁽⁶⁾	-	-	21.180	29,86

Fonte: IBGE (2008).

(1) Inclusive as pessoas sem declaração da religião; (2) Considerou-se a população de 10 anos ou mais; (3) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez; (4) Inclusive as pessoas

sem declaração destas deficiências; (5) Falta de perna, braço, mão, pé, dedo ou polegar e; (6) Inclusive a população sem qualquer deficiência.

Do ano de 1991 até o ano de 2000 a população economicamente ativa aumentou de maneira bastante considerável conforme demonstrado no Quadro 5 abaixo.

INDICADORES	1991	2000
População residente de 10 anos ou mais	9.528	15.541
População economicamente ativa – PEA	4.097	8.056
População ocupada – POC	3.348	6.793
Taxa de atividade	43,00	51,84
Taxa de desocupação	18,28	15,68

Quadro 5 - Indicadores de população residente de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativa e ocupada em Porto de Moz entre os anos de 1991/2000

Fonte: IBGE (2008).

A população ocupada em Porto de Moz, no ano de 2000, correspondia a um total de 6.793 pessoas, destas, 2.643 estavam empregadas, o que correspondia a 38,91% da POC (Tabela 2). Mas apenas 10,06% da POC dispunham de carteira assinada, sendo que o número de empregadores correspondia a um total de 46 pessoas. Um número de 2.586 pessoas trabalhava por conta própria e 303 pessoas trabalham apenas com o objetivo de produzir o necessário para a sua subsistência.

Tabela 2 - Distribuição da população ocupada (POC) por posição na ocupação e a categoria no trabalho principal em Porto de Moz entre os anos de 1991/2000

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO	1991		2000	
	POC	%	POC	%
Total POC			6.793	-
Empregados	1.232	36,80	2.643	38,91
Com carteira de trabalho assinada ⁽¹⁾	-	-	266	10,06
Militares e funcionários públicos estatutários	-	-	345	13,05
Outros sem carteira de trabalho assinada ⁽²⁾	-	-	2.032	76,88
Empregadores	41	1,22	46	0,68
Conta própria	1.962	58,60	2.586	38,07
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	111	3,32	1.216	17,90
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	303	4,46

Fonte: IBGE (2008).

(1) Inclusive os trabalhadores domésticos

(2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração

No ano de 2000 as atividades relacionadas ao trabalho na zona rural envolviam 59,94% da população com mais de 10 anos de idade, o que demonstra que a principal fonte de renda das famílias deste município é oriunda da área rural (Tabela 3). Em segundo lugar, encontravam-se as atividades relacionadas à indústria extrativa e de transformação com um percentual de 10,55%. Por fim, vem o setor de comércio e prestação de serviços com um percentual de 7,11%.

Tabela 3 - As pessoas de 10 anos ou mais ocupadas por seção de atividade do trabalho principal em Porto de Moz entre os anos de 1991/2000

Seção	1991		2000	
	Pop. de 10 anos ou mais	%	Pop. de 10 anos ou mais	%
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	2.246	67,08	4.072	59,94
Indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição e eletricidade, gás e água	167	4,49	717	10,55
Construção	42	1,25	129	1,90
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	-	-	483	7,11
Alojamento e alimentação	-	-	154	2,27
Transporte, armazenagem e comunicação	105	3,14	180	2,65
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas	-	-	43	0,63
Administração pública, defesa e seguridade social	119	3,55	338	4,98
Educação	-	-	294	4,33
Saúde e serviços sociais	-	-	13	0,19
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-	-	63	0,93
Serviços domésticos	-	-	278	4,09
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-
Atividade mal definidas	-	-	29	0,43

Fonte: IBGE (2008.)

Tais aspectos demonstram o quanto as atividades rurais são importantes para a geração de renda no município. E também, como contribuem de maneira crucial para a sobrevivência de várias famílias.

4.4 SAÚDE

O município de Porto de Moz permaneceu com 10 postos de saúde (Fotografia 12), entre os anos de 1999 a 2001, destinados ao atendimento da população, sendo que entre os anos de 2001 e 2002 a quantidade de postos passou de 10 para oito postos (Quadro 6). De 1999 a 2003, o município contou com apenas uma unidade de vigilância sanitária. Nos anos de 1999 a 2000, existia apenas uma unidade mista de saúde e de 2002 a 2003, duas unidades de atendimento a saúde da família.

ESTABELECIMENTOS	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Posto de saúde	10	10	10	8	8
Ambulatório de unidade hospitalar geral	-	-	1	1	1
Unidade mista	1	1	-	-	-
Unidade de saúde da família	-	-	-	2	2
Unidade de vigilância sanitária	1	1	1	1	1
TOTAL	12	12	12	12	12

Quadro 6 - O número de Unidades Ambulatoriais de Porto de Moz cadastradas no SIASUS entre os anos de 1993-2003

Fonte: DATASUS/MS (2008)

Nota: atualizado em dez/2004

(1) Posição jul/2003



Fotografia 12 - Hospital de Porto de Moz.

Fonte: Costa (2008).

Durante os anos de 1999 a 2002, o município de Porto de Moz contava apenas com 16 leitos para atender a população (Quadro 7). E apenas em 2003, o município passou a dispor de 36 leitos. Mas tal realidade ainda se encontra aquém da demanda local.

Leitos	1999	2000	2001	2002	2003
Número de leitos	16	16	16	16	36
Leitos/Mil habitantes	0,52	0,68	0,68	0,63	1,37

Quadro 7 - O número de leitos por habitantes em Porto de Moz entre os anos de 1999 -2003

Fonte: DATASUS/MS (2008).

Nota: atualizado em dez/2004

Com relação a hospitais e leitos, de 1999 a 2002, Porto de Moz dispunha de um hospital estadual (Quadro 8). Em 2003, o mesmo passou a contar com mais um hospital municipal. Desde então, conta com 16 e 20 leitos por hospital respectivamente.

Hospitais	Hospitais					Leitos				
	1999	2000	2001	2002	2003	1999	2000	2001	2002	2003
POR NATUREZA										
Contratado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	1	1	1	1	1	16	16	16	16	16
Municipal	-	-	-	-	1	-	-	-	-	20
Filantropico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filant. Isento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universit./Pesq	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POR REGIME										
Público	1	1	1	1	2	16	16	16	16	36
Privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 8 - O número de hospitais e leitos em Porto de Moz entre os anos de 1999-2003 segundo algumas características

Fonte: DATASUS/MS (2008).

Nota: Atualizado em dez./2004

No período de realização da pesquisa os dois hospitais funcionavam de maneira precária atendendo casos simples tais como acidentes, picadas de insetos e animais peçonhentos. Ainda, atendiam outros casos em que a situação é mais delicada exigindo que os pacientes sejam encaminhados até o município de Altamira ou Belém. As perspectivas de mudança nesta direção são praticamente inexistente, mas grave também é a falta de uma estrutura mínima para o atendimento quanto à enfermidade e saúde no interior do município.

4.5 ECONOMIA

No ano de 2003, Porto de Moz apresentava 197 estabelecimentos com vínculos empregatícios e que também corresponde ao período de grande exploração do setor madeireiro (Quadro 9). No ano de 2004, data em que foi decretada a criação da RESEX Verde para Sempre, a indústria de transformação diminuiu radicalmente seu número de estabelecimentos passando de 101 para apenas cinco. No ano de 2005, o total de estabelecimentos existentes correspondia a 26, conforme quadro abaixo.

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
EXTRATIVA MINERAL	-	-	-	-	-	-	-
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	4	5	4	4	101	5	4
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	-	1	1	1	2	1	1
CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-	-	-	-	-	-
COMÉRCIO	9	11	11	10	32	14	11
SERVIÇOS	2	1	1	1	3	3	2
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-	-	1	-	33	-	1
AGROPECUÁRIA	-	1	3	7	26	6	6
OUTROS/IGNORADOS	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15	19	21	23	197	29	26

Quadro 9 - O número de estabelecimentos em Porto de Moz com vínculos empregatícios segundo setor de atividade econômica do cadastro RAIS entre os anos de 1999-2005

Fonte: MTB/RAIS (2008).

A indústria de transformação, no ano de 2002, era responsável por 114 vagas de emprego em Porto de Moz, seguido de 29 vagas oriundas do setor de comércio e 107 no setor agropecuário (Quadro 10). No ano de 2005, a indústria de transformação dispunha de 91 vagas, o comércio contava com 40 vagas e a administração pública apresentava 974 vagas. Logo, vinha o setor agropecuário, com 30 vagas.

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
EXTRATIVA MINERAL	-	-	-	-	-	-	-
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	41	45	36	114	5	82	91
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	-	1	2	2	1	2	2
CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-	-	-	-	-	-
COMÉRCIO	18	20	34	29	10	42	40
SERVIÇOS	6	3	3	4	1	6	8
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	1	-	1	-	974
AGROPECUÁRIA	0	1	4	107	6	59	30
OUTROS/IGNORADOS	0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	65	70	80	256	24	191	1.145

Quadro 10 - O estoque de emprego em Porto de Moz segundo setor de atividade econômica entre os anos de 1999-2005

Fonte: MTB/RAIS (2008).

Do ano de 1997 a 2004, o valor adicionado bruto preço básico corrente em Porto de Moz passou de 4.126 para 60.844 (Quadro 11). Os impostos sobre produtos líquidos de subsídios passaram de 256 para 1.487. O produto interno bruto, a preço de mercado corrente, passou de 41.482 para 62.331, conforme quadro abaixo.

Ano	Valor adicionado bruto a preço básico corrente (+)	Serviços de intermediação financeira indireta medidos (-)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto interno bruto a preço de mercado corrente
1997	41.226	-	256	41.482
1998	36.383	-	338	36.771
1999	37.384	-	404	37.789
2000	42.266	-	907	43.173
2001	47.338	-	1.645	48.983
2002	59.226	-	3.101	62.328
2003	57.953	-	2.403	60.356
2004	60.844	-	1.487	62.331

Quadro 11 - O Produto Interno Bruto de Porto de Moz (PIB) - valor adicionado bruto a preço básico corrente por setor entre os anos de 1997-2004

Fonte: IBGE - SEPOF/DIEPI/GERES (2008).

O setor agropecuário de Porto de Moz, no ano de 2004, registrou o produto interno bruto – PIB *per capita* a preço de mercado corrente de R\$ 26.564,00. Por sua vez, a indústria apresentou R\$ 3.774,00. E, os serviços totalizaram R\$ 30.506,00.

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	VA
1997	19.812	5.640	15.774	41.226
1998	18.184	3.239	14.960	36.383
1999	19.834	1.160	16.391	37.384
2000	19.450	3.202	19.613	42.266
2001	21.768	3.681	21.889	47.338
2002	28.353	3.644	27.229	59.226
2003	26.828	4.581	26.545	57.953
2004	26.564	3.774	30.506	60.844

Quadro 12 - O Produto Interno Bruto *per capita* de Porto de Moz a preço de mercado corrente entre os anos de 1997-2004.

Fonte: IBGE - SEPOF/DIEPI/GERES (2008).

No ano de 1997, Porto de Moz atingiu um PIB de R\$ 41.482,10 e ocupava uma posição 68 no ranking do estado do Pará, a renda per capita atingiu o valor de R\$1.560,01 e a posição 79 no ranking do estado (Quadro 13). O município, em 2002, atingiu um PIB de R\$ 62.327,55 e posição 73 no ranking do estado. E, a renda per capita atingiu o valor de R\$ 2.384,47 e a posição 77 no ranking do estado.

Ano	PIB			PIB <i>PER CAPITA</i>	
	Valor (R\$ mil)	Participação	Ranking no Estado	Valor (R\$)	Ranking no Estado
1997	41.482,10	0,28	68	1.560,01	79
1998	36.770,94	0,24	78	1.670,72	70
1999	37.788,63	0,23	81	1.623,92	78
2000	43.172,82	0,23	79	1.782,53	72
2001	48.982,83	0,23	80	1.945,77	77
2002	62.327,55	0,24	73	2.384,47	77
2003	60.355,87	0,21	82	2.237,06	90
2004	62.330,80	0,18	85	2.218,89	102

Quadro 13 - O Produto Interno Bruto per capita de mercado corrente em Porto de Moz entre os anos de 1997-2004.

Fonte: IBGE - SEPOF/DIEPI/GERES (2008).

Com relação ao ano de 2004, o município atingiu um PIB de R\$ 62.330,80 e posição 85 no ranking do estado. A renda *per capita* atingiu o valor de R\$ 2.218,89. E, sua posição foi a 102^a. no ranking do estado.

4.6 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*) (Quadro 14). Seus valores variam de (0) (o que representa nenhum desenvolvimento humano) a (1) (que consiste em desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são qualificados como de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são tidos como de desenvolvimento humano alto.

IDH	ANOS			
	1970	1980	1991	2000
IDH-M	0,292	0,382	0,422	0,650

IDH – M LONGEVIDADE	0,486	0,551	0,645	0,699
IDH – M EDUCAÇÃO	0,233	0,297	0,322	0,691
IDH – M RENDA	0,156	0,299	0,299	0,560

Quadro 14 - O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em Porto de Moz entre os anos de 1970/1980/1991/2000.

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2008).

O valor mediano do IDH de Porto de Moz entre os anos 1970 e 1991 foi baixo. Porém, em 2000, ele atingiu um patamar considerado médio. Ainda sim, o valor do IDH do município foi inferior ao valor mediano do Brasil (0,766) e do estado do Pará (0,723), entre estes mesmos anos.

4.7 COMUNICAÇÃO

No período de 1995 a 1998, os telefones de uso público encontravam-se instalados em Postos de Serviços (Quadro 15). Em seguida, passou a denominar-se Telefone de uso público. E, no ano de 2002, Porto de Moz contava com 736 terminais telefônicos instalados.

Ano	Terminais Instalados	Telefones de uso público
1995 ⁽¹⁾	-	2
1996 ⁽¹⁾	-	2
1997 ⁽¹⁾	-	1
1998 ⁽¹⁾	160	-
1999	208	-
2000	208	-
2001	736	-
2002	736	-

Quadro 15 - O número de terminais telefônicos em Porto de Moz entre os anos de 1995-2002

Fonte: TELEPARÁ/TELEMAR/AMAZÔNIA CELULAR (2008).

Na área do interior da RESEX em que se pesquisou, a comunidade de Santo Antonio de Carmelino dispõe de dois telefones públicos. Os mesmos servem a todas as comunidades adjacentes. Ainda, umas poucas pessoas dispõem de telefone celular.

4.8 AGRICULTURA

Com relação à produção de gêneros agrícolas de lavoura temporária merece especial destaque, nos anos de 1994-1996, a produção de arroz (*oryza ssp.*) em todas e mandioca (*Manihot utilissima* – AIPII; ESCULENTA) que são de fundamental importância para alimentação local.

Produtos	Área colhida (ha)			Quantidade produzida (t)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Abacaxi ⁽¹⁾	4	4	3	28	28	21	14	14	10
Arroz (em casca)	205	205	190	225	225	209	69	67	73
Cana-de-açúcar	4	4	3	140	140	105	3	11	8
Feijão(em grão)	5	5	5	3	3	3	2	2	2
Mandioca	250	250	250	3.500	3.500	3.220	560	612	644
Melancia	3	2	3	9	6	9	18	10	18
Milho ⁽¹⁾	50	50	45	30	30	27	8	9	8

Quadro 16 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras temporárias em Porto de Moz entre os anos de 1994-1996.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

(1)-Quantidade produzida em mil frutos



Fotografia 13 - Casa de farinha de mandioca na comunidade de Arimum.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 14 - Casa de farinha de mandioca na comunidade de Santo Antonio de Carmelino.
Fonte: Costa (2008).

Nos anos de 1997 a 2000, a produção de arroz e mandioca continuou sendo de importância grande para Porto de Moz (Quadro 17). E merece destaque a diminuição da produção de abacaxi (*Ananas comosus*). Conforme levantamento realizado a produção de mandioca e arroz dominam de maneira bastante expressiva a atividade rural no município.

Produtos	Área colhida (há)				Quantidade produzida (t)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Abacaxi ⁽¹⁾	4	4	4	2	28	28	28	14	14	14	14	7

Arroz (em casca)	180	175	175	160	198	193	193	176	59	57	57	53
Cana-de-açúcar	3	2	2	2	105	70	70	70	10	10	7	8
Feijão(em grão)	5	4	4	5	3	2	2	3	...	1	1	3
Mandioca	270	260	260	250	3.780	3.640	3.640	3.500	567	364	364	350
Melancia	4	4	3	4	12	12	9	12	21	21	16	24
Milho ⁽¹⁾	43	40	40	45	26	24	24	27	7	7	7	8

Quadro 17 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras temporárias em Porto de Moz, entre os anos de 1997-2000.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

(1)-Quantidade produzida em mil frutos

Entre os anos 2001-2002, a produção de mandioca assumiu a liderança como a mais importante de Porto de Moz (Quadro 18). Por sua vez, a produção de arroz teve diminuição considerável. E, a produção de abacaxi aumentou.

Produtos	Área colhida (ha)		Quantidade produzida (t)		Valor (mil reais)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Abacaxi	2	3	14	21	7	11
Arroz (em casca)	150	150	165	165	50	50
Cana-de-açúcar	2	3	70	105	6	18
Feijão(em grão)	6	20	4	16	2	18
Mandioca	200	300	2.800	4.200	280	840
Melancia	3	3	9	9	6	18
Milho	48	100	29	80	7	20

Quadro 18 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras temporárias em Porto de Moz entre os anos de 2001-2002.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

Nos anos de 2003 a 2005, a produção de abacaxi atingiu um nível de importância maior na produtividade local (Quadro 19). Também, houve aumento da produção de mandioca, arroz e melancia. Graças ao preço animador que estas três culturas vêm assumindo no mercado regional o interesse pelo cultivo tem sido bastante significativo.

Produtos	Área colhida (há)			Quantidade produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Abacaxi	5	7	8	35	49	120	21	15	60
Arroz (em casca)	160	200	210	176	300	315	53	150	110
Cana-de-açúcar	5	6	7	175	210	245	32	17	25
Feijão(em grão)	25	45	75	20	36	60	22	38	60
Mandioca	250	220	240	3.500	3.080	3.360	525	462	504
Melancia	-	100	10	-	150	500	-	75	200
Milho	120	10	150	96	25	225	48	15	113

Quadro 19 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras temporárias em Porto de Moz entre os anos de 2003-2005.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

Com relação às culturas permanentes, em Porto de Moz, entre os anos de 1994 a 1996, a banana (*Musa spp.*) teve destaque (Quadro 20). Tal realidade foi seguida da tangerina (*Citrus reticulata*) e do abacate (*Persea americana*).

Produtos	Área colhida (há)			Quantidade produzida (mil frutos)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Abacate	3	3	3	150	150	150	30	52	45
Banana ⁽²⁾	75	75	76	90	90	91	194	270	227
Cacau (em amêndoa) ⁽¹⁾	9	9	9	2	2	7	...	1	4
Coco-da-Baia	12	12	12	81	81	81	40	40	40
Limão	1	1	2	650	650	650	66	26	32
Tangerina	2	2	2	700	700	700	70	63	63

Quadro 20 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras permanente em Porto de Moz entre os anos de 1994-1996.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

(1)-Quantidade produzida em toneladas

(2)-Quantidade produzida em mil cachos

Nos anos de 1997 a 2000, a ordem de importância das culturas permanentes continuou sendo a mesma dos anos anteriores, sendo a colheita da banana a principal atividade (Quadro 21).

Produtos	Área colhida (ha)				Quantidade produzida (mil frutos)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Abacate	3	3	3	3	150	150	150	150	45	67	52	54
Banana ⁽²⁾	77	78	78	78	92	94	94	234	257	188	188	468
Cacau (em amêndoa) ⁽¹⁾	9	10	10	10	7	8	8	8	6	7	7	7
Coco-da-Baia	12	12	12	12	81	81	81	81	40	40	41	41
Limão	2	2	1	2	650	650	650	650	2	26	26	26
Tangerina	2	2	2	2	700	700	700	700	63	70	56	56

Quadro 21 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras permanente em Porto de Moz entre os anos de 1997-2000.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

(1)-Quantidade produzida em toneladas

(2)-Quantidade produzida em mil cachos

Nos anos de 2001 a 2002, a banana ainda representava o produto principal da lavoura permanente em Porto de Moz, mas a tangerina, que era o segundo produto mais importante, cedeu lugar ao abacate, seguidos do cacau (*Theobroma cacao*) (em amêndoa), que assumiu o terceiro lugar junto ao café (*Coffea arabica*) (em coco) (Quadro 22). Entre os anos de 1996 a 2001 a produção de café era praticamente inexistente, mas a partir de 2002, o valor do produto havia se tornado bastante atrativo, e estimulava sua produtividade. O cacau, que por alguns anos não despertava interesses maiores, ressurgiu como uma importante cultura estimulada pelos preços de mercado.

Produtos	Área colhida (ha)		Quantidade produzida (t)		Valor (mil reais)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Abacate	3	3	21	150	8	60
Banana	75	50	300	3.000	195	1.800
Cacau (em amêndoa)	10	10	8	8	7	40
Café (em coco)	-	15	-	9	-	40
Coco-da-Baia ⁽¹⁾	12	12	81	81	41	24
Limão	1	1	19	650	1	1
Tangerina	2	2	70	700	6	6

Quadro 22 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras permanente em Porto de Moz entre os anos de 2001-2002.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

(1)-Quantidade produzida em toneladas

Nota⁽¹⁾: A partir do ano de 2002 a quantidade produzida de café em coco (tonelada) passou ser expressa em café em grãos (tonelada).

Nota⁽²⁾: A partir do ano de 2001, a quantidade produzida dos produtos abacate, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, pêra, pêssego e tangerina passaram a ser expressas em toneladas (t).

Nos anos de 2003 a 2005, a produção de banana assumia ainda o primeiro lugar seguida da de café (Quadro 23). Então, ainda destacou-se a produção de pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) que passou a ocupar a terceira posição de produto mais importante. Com relação à pimenta-do-reino tal aspecto se deve a um aumento de preço no mercado internacional.

Produtos	Área colhida (ha)			Quantidade produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Banana	30	70	70	90	420	420	90	139	210
Cacau (em amêndoa)	10	10	10	8	8	8	40	20	20
Café (em grão)	40	60	70	48	72	84	38	130	168
Coco-da-Baia (mil frutos)	15	20	30	101	135	203	40	54	81
Mamão	5	5	5	50	50	50	40	25	25
Maracujá	5	5	6	40	40	48	16	14	24
Pimenta-do-reino	7	9	10	21	27	30	63	73	75

Quadro 23 - A área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos produtos principais das lavouras permanente em Porto de Moz entre os anos de 2003-2005.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

No quadro anterior, merece destaque a implantação da produção de coco da baia (*Cocos nucifera*), de mamão (*Carica papaya*) e de maracujá (*Passiflora edulis*). Estes produtos passaram a atender a demanda local, bem como o mercado externo. Vale ressaltar que também que os mesmos passaram ter uma aceitação maior no mercado alimentício o que vem estimulando o aumento da produção.

4.9 PECUÁRIA

Com relação aos rebanhos existentes no município de Porto de Moz, de 1994 a 2000, a criação de gado bubalino (*Bubalus bubalis*) contava com o número maior de cabeças em relação aos outros rebanhos (Quadro 24). Tal fato resultou da fácil e da boa adaptação do búfalo na área de várzea. Em segundo lugar, destaca-se a criação de galos, frangas, frangos e pintos, seguido da criação de galinhas (família dos GALINACEOS). A criação de gado bovino (*Bos Linnaeus*) ocupava a terceira posição contando com 9.516 cabeças.

Rebanhos	Efetivo						
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Bovinos	8.650	8.780	8.345	8.645	8.956	9.150	9.516
Suínos	19.910	20.880	7.714	7.289	6.887	6.985	7.333
Bubalinos	13.850	14.400	13.465	13.667	13.872	13.920	14.616
Eqüinos	215	228	242	258	275	288	296
Asininos	-	-	6	7	8	10	12
Muares	-	-	23	25	28	33	36
Ovinos	640	690	444	477	513	560	590
Caprinos	195	215	56	59	62	80	85
Galinhas	16.350	14.200	...	9.074	8.756	8.830	9.271
Galos, frangas, frangos e pintos	19.500	20.900	24.000	13.614	13.137	13.400	13.936
Vacas ordenhadas	1.120	1.250	...	1.622	1.780	1.750	1.820

Quadro 24 - Os principais rebanhos existentes em Porto de Moz entre os anos de 1994-2000.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

Nos anos de 2001 a 2005, a criação de galos, frangos e frangas e pintos de Porto de Moz tiveram um aumento de 55,92%, assumindo o primeiro lugar em número de animais (Quadro 25). A seguir, tem-se o gado bubalino, que passou a ocupar a segunda posição de rebanhos neste município tendo um aumento de 80,55%. A criação de gado bovino teve um aumento de 57,51%, continuando a ocupar a posição de terceiro lugar no número de cabeças conforme abaixo.

Rebanhos	Efetivo				
	2001	2002	2003	2004	2005
Bovinos	12.850	17.850	18.742	20.451	20.241
Suínos	2.100	2.800	2.940	3.920	4.116
Equinos	1.500	1.800	1.980	2.206	2.240
Asinino	20	22	26	30	35
Muares	60	65	72	87	96
Bubalinos	15.550	18.000	19.800	22.674	28.077
Ovinos	650	-	840	944	986
Galinhas	12.650	13.000	14.230	15.316	16.081
Galos, frangas, frangos e pintos	20.000	25.000	26.500	29.700	31.185
Codornas	100	-	-	-	-
Caprinos	200	240	285	328	345
Vacas ordenhadas	3.000	3.200	3.360	3.740	3.850

Quadro 25 - Os principais rebanhos existentes em Porto de Moz entre os anos de 2001-2005.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

No município de Porto de Moz, os produtos principais de origem animal são leite de vaca e produção de ovos (Quadros 26, 27 e 28). Os mesmos oscilaram bastante em quantidade

produzida em virtude da atratividade dos valores de mercado. Com o significativo aumento dos preços dos produtos do leite e seus derivados, o estímulo a produção acaba por ser algo mais do que esperado.

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA			VALOR (mil reais)		
	1994	1995	1996 ⁽¹⁾	1994	1995	1996 ⁽¹⁾
Leite de vaca (mil litros)	297	330	...	134	165	...
Ovos de galinha (mil dúzias)	65	57	15	44	57	...

Quadro 26 - A quantidade e valor dos produtos de origem animal em Porto de Moz entre os anos de 1994-1996.
Fonte: IBGE /PAM (2008).

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA				VALOR (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Leite de vaca (mil litros)	905	953	962	1.001	453	477	481	500
Ovos de galinha (mil dúzias)	36	36	35	37	44	43	42	89

Quadro 27 - A quantidade e valor dos produtos de origem animal em Porto de Moz entre os anos de 1997-2000.
Fonte: IBGE /PAM (2008).

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA					VALOR (mil reais)				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
Leite de vaca (mil litros)	810	3.504	1.814	3.553	2.079	567	1.210	1.814	...	...
Mel de abelha	...	20	25	90	50	...	0	0	...	...
Ovos de galinha (mil dúzias)	38	39	43	31	48	91	94	128	...	...

Quadro 28 - A quantidade e valor dos produtos de origem animal em Porto de Moz entre os anos de 2001-2005.
Fonte: IBGE /PAM (2008).

No ano de 2001 a 2005, acresceu-se a produção de mel de abelha (*Apis mellifera*), não havendo registro dos valores relacionados em reais conforme os quadros acima apresentados.

4.10EXTRATIVISMO VEGETAL

No município de Porto de Moz, o extrativismo vegetal é de importância fundamental para a economia local, bem como o abastecimento regional, especialmente no que se refere à exploração de madeira, à produção de açaí e à castanha-da-amazônia (Quadros 29, 30 e 31). O ano de 2004 representou o índice maior de produção destes dois últimos produtos, desde ano

1994, com a quantidade de 120 e 20 toneladas respectivamente. Com relação à exploração de madeira, o ano de 2001 atingiu a quantidade de 202.500m³ a maior registrada desde o ano de 1994 conforme os quadros abaixo.

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)			VALOR (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996
ALIMENTÍCIOS						
Açaí (fruto)	51	50	49	26	30	24
Castanha-da-amazônia	12	11	10	5	5	4
MADEIRAS						
Carvão vegetal	3	2	2	1	1	1
Lenha (m ³)	2.700	1.900	1.700	7	5	3
Madeira em tora (m ³)	184.00	168.500	160.800	5.520	5.224	4.020

Quadro 29 - A quantidade e valor dos produtos de extração vegetal em Porto de Moz, entre os anos de 1994-1996.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)				VALOR (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
ALIMENTÍCIOS								
Açaí (fruto)	48	47	45	45	24	24	23	...
Castanha-da-amazônia	10	9	9	10	4	4	4	...
MADEIRAS								
Carvão vegetal	2	2	2	2	1	...	1	...
Lenha (m ³)	1.650	1.633	1.550	1.480	6	6	6	...
Madeira em tora (m ³)	158.900	157.295	148.200	143.600	4.290	4.247	4.446	...

Quadro 30 - A quantidade e valor dos produtos de extração vegetal em Porto de Moz entre os anos de 1997-2000.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)					VALOR (mil reais)				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
ALIMENTÍCIOS										
Açaí (fruto)	44	41	41	120	43	26	29	33	96	43
Castanha do Pará	9	10	10	20	11	5	6	7	16	11
MADEIRAS										
Carvão vegetal	2	2	2	-	2	1	1	1	-	2
Lenha (m ³)	2.700	2.565	2.640	-	2.609	27	15	16	-	21
Madeira em tora (m ³)	202.500	198.480	197.360	120.500	167.756	8.505	19.451	19.736	13.255	18.453

Quadro 31 - A quantidade e valor dos produtos de extração vegetal em Porto de Moz entre os anos de 2001-2005.

Fonte: IBGE /PAM (2008).

No quadro acima, observa-se que o extrativismo vegetal representa fonte de renda importante para as famílias que vivem na área rural. Inclusive, em alguns casos, certos produtos representam moeda de troca por gêneros alimentícios. Dentre estes, tem-se produtos como: feijão (*Phaseolos vulgaris*), charque, farinha etc.

5 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE SANTO ANTONIO DE CARMELINO, SANTA CLARA, ARIMUM E MAJARI

As comunidades de Santo Antonio de Carmelino, Santa Clara e Arimum fazem parte de um complexo que está localizado dentro da RESEX Verde para Sempre, com a exceção da de Majari localizada no entorno (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). O acesso a estas comunidades é possível por via fluvial, e estrada, no caso de Majari, sendo que a duração da viagem de barco da cidade de Porto de Moz até Santo Antonio de Carmelino tem a duração de aproximadamente cinco horas e meia, e desta para a de Santa Clara, uma hora e meia, e cerca

de três horas da cidade à comunidade de Arimum. No que concerne à Majari, chega-se por meio de estrada, uma vez que sua localização fica do mesmo lado da cidade, distando duas horas e meia até o rio que corta a comunidade.

Cada uma das comunidades é formada por cerca de 15 a 35 famílias, que vivem basicamente da pequena agricultura familiar, cultivando principalmente a mandioca que é a matéria-prima para a produção de farinha utilizada como base da alimentação, bem como da pesca artesanal. Vivem da coleta de frutos, extrativismo, e criação de animais tais como frangos, porcos, e gado bubalino, nos casos de Carmelino e Santa Clara, que consistem em atividades típicas da região (McGRATH, 1993). O excedente da produção de farinha, da comercialização de animais de criação e da venda de alguns produtos da floresta, tais como ervas e frutos, representa uma forma de complementar a renda das famílias destas comunidades.

Dessas comunidades, a exceção é Arimum, que além das atividades acima mencionadas vem desenvolvendo a atividade de exploração e comercialização da madeira por meio de projeto de manejo (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). Cada uma das comunidades dispõe de uma unidade escolar: turmas das séries iniciais à sexta série, na comunidade de Santo Antonio de Carmelino; e das séries iniciais à quarta série, nas comunidades de Santa Clara e Arimum. A comunidade de Majari dispõe de três unidades escolares, onde se oferece o ensino das séries iniciais à sexta série.

Com relação aos aspectos, tais como: disponibilidade de água potável, energia elétrica, serviço de comunicação, transporte e serviço de saúde, raríssimas são as comunidades rurais que dispõe do fornecimento de água potável para os moradores. Mesmo convivendo cercados por água doce a população sofre graves problemas com relação a este bem fundamental à sobrevivência em virtude da ausência de sistemas de tratamento capazes de melhorar a qualidade da água consumida. Monteiro (1997) considera, que por conta disto, esta mesma água, oriunda de rios, igarapés e poços artesianos acaba por se tornar um dos principais veículos de contaminação para as populações rurais.

Nas comunidades investigadas, a constatação da ausência dos serviços básicos que deveriam ser oferecidos pelo Estado, não se apresenta de forma diferente em cada uma delas, sendo que um dos aspectos que as difere é a capacidade de mobilização (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). Merece destaque a comunidade de Santo Antonio de Carmelino, que por meio da organização de seus moradores, conseguiu instalar um sistema de captação e fornecimento de água – neste caso, oriunda de poço artesiano – a todas as famílias. Este serviço, no entanto, não dispõe de nenhuma espécie de tratamento.

Nessa comunidade, o fornecimento de energia é realizado por meio de um motor gerador que consegue prover as residências da comunidade por algumas horas, este motor foi adquirido pela própria comunidade, por meio de mobilização. Tanto o fornecimento comunitário de água como de energia só foi possível por conta da proximidade em que se encontram as residências. A comunidade dispõe, ainda, de um barco que se encontrava fora de uso, necessitando de reparos.

Existem duas antenas parabólicas que subsidiam dois telefones públicos que funcionam utilizando cartões telefônicos de crédito. Estes aparelhos se encontravam em excelentes condições de funcionamento,²⁰ sendo preservados pelos moradores da comunidade. Percebeu-se que, pelo fato de a maioria dos moradores desta comunidade ter certo vínculo de parentesco, o desenvolvimento de atividades comunitárias e a luta por melhorias tornam-se mais fáceis.

Outro importante exemplo de cooperação é a comunidade de Arimum, onde mesmo vivendo em residências distantes umas das outras, os moradores conseguem se mobilizar em defesa de sua sobrevivência. Durante visitas à comunidade, percebeu-se grande nível de cooperação entre os moradores, que é fortalecida pelo projeto de manejo e comercialização racional da madeira, fruto da criação da Associação de Moradores do rio Arimum (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). De acordo com relatos de lideranças, para se chegar a tal nível de cooperação, tendo sido necessário um trabalho grande de mobilização, forjada esta a partir de ameaças de madeireiros e abandono do poder público local.

Essas características mudam bastante se considerarmos outras comunidades como a de Santa Clara e Majari onde o nível de cooperação é bastante baixo, conforme relato de populares. A realidade da comunidade de Santa Clara é bastante diferente, primeiro porque as residências ficam distantes umas das outras, e o grau de parentesco entre os moradores é bastante baixo, uma vez que a maioria veio de outras regiões, bem como outras cidades. Conforme observado por Salgado e Kaimowitz (2003), nestas comunidades, as ações de mobilização limitam-se às atividades de caráter religioso, mas, de modo geral, cada família cuida de sua propriedade e enfrenta sozinha as dificuldades.

A comunidade de Santa Clara não dispõe de energia elétrica,²¹ sendo a distância entre as casas um fator que dificulta ou mesmo tornaria bastante oneroso a manutenção de um motor de energia pelos seus membros. A água utilizada para o consumo e preparação de alimentos dos moradores é retirada diretamente do rio com auxílio de baldes, panelas e latões,

²⁰ Realizou-se a última visita a esta comunidade em setembro de 2007.

²¹ Nem comunitária e nem fornecida por empresa.

não recebendo maiores cuidados antes de ser utilizada. Além de energia elétrica, os moradores não dispõem de nenhum serviço de telecomunicação, e quando isto é necessário dirigem-se até a comunidade de Santa Clara.

Com relação à comunidade de Majari, mesmo estando ligada à cidade por via de estrada, os serviços públicos são bastante precários. O fornecimento de energia elétrica é bastante limitado, existindo um posto de saúde localizado na estrada e que não dispõe de medicamentos e profissionais habilitados, não existe fornecimento de água para os moradores da comunidade. As famílias vivem em residências próximas umas das outras, porém o nível de cooperação é bastante baixo entre moradores, em virtude das descrenças, falsas promessas, bem como do desgaste sofrido pelas lideranças em virtude do pensamento imediatista dos moradores.

Nas comunidades investigadas, a ausência de energia elétrica constante dificulta o desenvolvimento de atividades capazes de melhorar a renda das pessoas, pois sem a energia torna-se muito difícil conservar alimentos, utilizar equipamentos, beneficiar produtos, além de privar as pessoas de alguns confortos, bem como a possibilidade de estudar e trabalhar a noite. Alguns moradores dispõem de embarcação própria, de porte pequeno, movida a motor, que são utilizadas para realizar fretes ou prestar serviços (remunerados), como por exemplo, de transporte escolar. Com exceção de Majari, as outras comunidades não dispõem de postos de saúde, o deslocamento dos agentes de saúde, bem como a distribuição de remédios é bastante precária, quando ocorrem acidentes ou caso mais grave é necessário levar o paciente até a cidade.

Inexistem comércios nas proximidades das três comunidades localizadas no interior da RESEX, o que dificulta a compra de alguns produtos alimentícios e de combustível. Por conta disto, a cidade acaba representando a alternativa única para aquisição destes produtos. Nas quatro comunidades, o atendimento educacional é ofertado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Porto de Moz e funciona de maneira bastante deficiente, o que parece confirmar a observação de Arroyo (2000, p. 10):

As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas para o campo ainda mais. A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento da garantia do direito a educação básica.

Mesmo após a realização do concurso público municipal, em 2006, para o provimento de cargos no município de Porto do Moz, o número de professores e demais profissionais da educação lotados nessas comunidades ainda é pequeno diante da demanda de alunos.

Em Santa Clara e Santo Antonio de Carmelino, apenas três professoras²² realizam todo o trabalho pedagógico na unidade escolar de cada comunidade. Na comunidade de Arimum, existe uma unidade escolar onde duas professoras realizam todo trabalho, não dispondo do auxílio de serventes, a não ser voluntários da própria comunidade. Nestas três comunidades, é fato marcante a existência de uma única sala de aula que serve, ao mesmo tempo, de cozinha e secretaria, nessas turmas, desde a alfabetização e até à sexta série, as professoras desenvolvem suas atividades adotando o sistema de classes multisseriadas.

De acordo com Canali (2007), o que tem caracterizado as classes multisseriadas no Brasil é o fato de um único professor atender uma turma de alunos de diferentes séries na mesma sala de aula, dispondo de poucos recursos pedagógicos e tendo que adequar e desenvolver metodologias capazes de atender minimamente os alunos. Este fato é claramente percebido na grande maioria das escolas da zona rural, assim como na escola da comunidade de Santa Clara, onde existe apenas um quadro negro, que é dividido pelo giz em partes distintas, para que os conteúdos sejam trabalhados minimamente. Segundo a professora do local, a aquisição de carteiras, num total de 30, só foi possível no ano de 2007, sendo que antes disto, alguns alunos eram obrigados a sentar-se no chão para estudar.

As unidades escolares não possuem sala de biblioteca onde os alunos possam realizar seus estudos e fazer pesquisas, sendo a quantidade de livros disponíveis é muito pequena e pouco diversificada, já que são os livros entregues pela SEMED de Porto de Moz. As escolas são cobertas com telhas de brasilit a uma altura de 3m do assoalho, o que faz com que em determinado horário da manhã o calor seja insuportável. Na comunidade de Santa Clara, a água consumida é retirada de poços a céu aberto, o que aumenta o risco de contaminação ou mesmo proliferação de insetos e outros vetores de doenças comuns na Amazônia²³.

A escola também não dispõe de privada própria e quando necessário, tanto professora quanto alunos são obrigados a utilizar as instalações de famílias da comunidade, também construídos nos moldes interioranos. Estas privadas são estruturas simples formadas por paredes e assoalho de madeira, com um buraco feito no solo ou com uma caixa de madeira servindo como depósitos de fezes. Segundo alguns moradores, no período chuvoso, estas

²² Uma dessas professoras atua na primeira comunidade e duas na segunda.

²³ Doença de chagas, febre amarela, malária.

fezes transbordam e contaminam os rios e igarapés, o que aumento os riscos de se contrair doenças como diarreia, verminoses, hepatite, doenças de pele.

Nas três comunidades de dentro da RESEX, as aulas funcionam apenas no turno da manhã em virtude da pequena quantidade de alunos matriculados, geralmente crianças, já que os adolescentes e adultos “optam” por trabalhar nas atividades rurais durante o dia todo. A disponibilidade de poucas professoras torna muito difícil a execução das atividades pedagógicas o que faz com que pouca atenção seja dada aos alunos, por conta da diversidade de séries na mesma sala de aula. Existem casos em que a mesma professora se desloca para duas comunidades no mesmo dia, como no caso de uma professora da comunidade de Santa Clara que se desloca até Carmelino onde cumpre sua carga horária com algumas turmas.

Na comunidade de Santo Antonio de Carmelino existe uma casa de dois cômodos na qual funciona a sala de aula e a cozinha, o que representa uma estrutura razoável aos padrões interioranos. A escola é construída com madeira e coberta com telhas de brasilit, possui uma sala de aula ampla com iluminação boa e bastante arejada durante o dia, dispõe de dois quadros negros e trinta carteiras escolares, não tem sala para biblioteca e nem de livros para pesquisa. Há uma cozinha pequena, onde é preparada a merenda dos alunos e dispõe-se de um fogão, um filtro de barro e de alguns pratos, canecas plásticas e panelas.

Para preparar a merenda dos alunos, quando esta é disponível, a escola utiliza a água da comunidade, que é oriunda de um poço artesiano conforme descrito anteriormente. A privada utilizada pelos alunos e professoras é um pouco distante da escola e segue os padrões da comunidade de Santa Clara. Chamou a atenção o fato que mesmo dispondo de água encanada, a privada não dispõe de torneira para lavar as mãos.

Nessa escola, são ofertadas alfabetização e primeira à sexta série (Fotografias 15, 16, 17, 18, 19 e 20). No período da manhã as aulas são voltadas para a turma de alfabetização à quarta série, com apenas uma professora, e à tarde trabalha-se com as turmas de quinta e sexta séries com duas professoras²⁴. As professoras destas comunidades pesquisadas são muito conscientes da importância de seus trabalhos junto aos alunos e moradores.

²⁴ Em ambos os turnos, adota-se o sistema de classes multisseriadas.



Fotografia 15 - Comunidade de Santo Antonio de Carmelino.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 16 - Trapiche na Comunidade de Santo Antonio de Carmelino.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 17 - Residência na Comunidade de Santa Clara .
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 18 - Família da comunidade de Santa Clara.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 19 - Comunidade de Arimum.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 20 - Comunidade de Majari
Fonte: Costa (2008)

Além ministrar as disciplinas, as professoras também participam das atividades que envolvem as comunidades. Este envolvimento é importante, segundo Arroyo (2000, p. 18),

pelo fato de “[...] os educadores estão entendendo que estamos em tempo propício, oportuno, histórico para repensar radicalmente a educação porque o campo no Brasil está passando por tensões, lutas, debates e organizações, movimentos extremamente dinâmicos”. Os atores das áreas campesinas vêm assumindo o papel de protagonistas de sua própria história, e para isso o processo educacional tem sido um instrumental indispensável pela disputa de espaço dentro da dinâmica social.

Segundo as professoras das comunidades, apesar de todo o empenho é muito difícil desenvolver um bom trabalho em uma turma de multisseriado, especialmente por conta da dificuldade no atendimento dos alunos. Como se trata de alunos de idades e séries diferentes é mais difícil estabelecer a organização dos trabalhos pedagógicos e atingir resultados mais consistentes no processo educacional. Tais questões não podem ser desconsideradas, pois mostram como a política pública educacional²⁵ vem sendo desenvolvida em duas comunidades impactadas pela criação de uma RESEX.

5.1 A RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE

No ano de 1996, as comunidades que residiam à margem esquerda o rio Xingu no município de Porto de Moz, iniciam uma série de discussões voltadas para a preocupação com relação ao acelerado processo de exploração dos recursos naturais do município, especialmente a madeira (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). Então, os líderes comunitários, que iniciaram tal discussão, dispunham de pouco conhecimento sobre a criação de UC, mas contavam com o apoio de entidades diversas para subsidiar o debate²⁶. Mesmo dispondo de pouco esclarecimento, existia a certeza de que era necessário criar alguma medida capaz de conter o avanço das madeireiras, que começavam a ameaçar a própria sobrevivência dos campesinos.

²⁵ Instrumento necessário à conscientização das pessoas.

²⁶ A exemplo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e da Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SECTAM) do Pará.

Dentre as instituições que auxiliaram as discussões, destaca-se o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica (LAET) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) que já vinha realizando suas lutas em defesas dos seringueiros do estado do Acre. De acordo com lideranças de movimentos sociais de Porto de Moz, o grupo de trabalho constituído não avançava muito porque, o Governo Federal não estava preocupado em legitimar a proteção às áreas que vinham sendo desmatadas. Tornava-se cada vez mais necessário discutir a respeito da criação de novas áreas comunitárias para se evitar a invasão dos grileiros e dos madeireiros que constituíam a principal ameaça à floresta.

No ano de 1996, nem o governo do estado, nem o Governo Federal reconheciam a área que hoje é a RESEX Verde para Sempre, mesmo porque não existia uma legislação que amparasse esta categoria de UC da maneira como vinha sendo proposta pelos moradores locais (SALGADO, KAIMOWITZ, 2003). Sem ter claro discernimento sobre que categoria do SNUC a RESEX iria ser implantada naquele lugar, os moradores queriam uma área de preservação dos recursos naturais. Naquele momento, discutiu-se que a área teria um milhão de hectares a partir da margem esquerda do rio Xingu em frete a cidade de Porto de Moz. Neste mesmo ano, em fevereiro e março, o STR desta cidade fez parcerias para discutir com mais propriedade a respeito da criação da área de preservação.

Para agregar mais força política, criou-se um grupo de trabalho incumbido de articular um fórum que envolvesse a participação tanto da comunidade e da igreja, como do LAET, MPST, Universidade Federal do Pará (UFPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), CNS, Fundação Viver Produzir, Preservar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), FETAGRI regional. Por meio deste fórum de articulação, criou-se o Comitê dos Recursos Naturais com a função de mobilizar e discutir políticas voltadas para criação da área de preservação. Uma das mais importantes tarefas do comitê foi realizar um levantamento do município diagnosticando os problemas de ordem sócio-ambiental presentes.

Durante os trabalhos, constatou-se que caso as comunidades não tomassem algum tipo de providência em relação às formas de exploração da área, no ano de 2007 todo aquele ecossistema estaria destruído. Segundo depoimentos do presidente do STR e CP Z-64, este foi um dos motivos que incentivou a criação das RESEX. No ano de 2001, o Sr. Atanagildo Ribeiro da Silva (STR), membro do comitê, foi até ao CNPT e recebeu a informação que existia uma modalidade na Legislação Ambiental que se adequava às exigências do comitê, era a modalidade destas mesmas Reservas.

A partir daí, o comitê realizou um processo de mobilização envolvendo os vários segmentos sociais municipais, poder público, igreja que culminou na realização de um seminário que fez uma consulta pública para a criação da RESEX Verde para Sempre. O processo de decisão ocorreu em um ambiente de divergências e conflitos entre grupos de interesses contrários a criação desta reserva, que se empenharam bastante para vetar este projeto. Salgado e Kaimowitz (2003) consideram que dentre estes grupos destacam-se madeireiros, moradores que viviam da exploração da madeira, comerciantes locais, alguns políticos locais.

Os prefeitos dos municípios: Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Prainha, que faziam parte da RESEX, inicialmente colocaram-se contra sua criação, especialmente os dois últimos que tiveram 80% e 17% de seus territórios comprometidos, respectivamente. O então prefeito do município de Porto de Moz, Gerson Campos, que era importante empresário da indústria madeireira e grande proprietário de terras não tinha conhecimento da verdade sobre o que consistia uma RESEX e assinou sua criação, meio que sem saber do que se tratava. Depois de certo tempo, de posse de informações a respeito do assunto e sendo presidente da Associação das Prefeituras da Região da Transamazônica, apressou os outros prefeitos a se mobilizar contra a criação da RESEX.

Foi em uma audiência pública, no município de Prainha que ocorreu um dos momentos mais tensos de todo este processo, havendo inclusive ameaças de morte contra os articuladores da criação da RESEX, mas a reação mais forte foi após o decreto de criação. Até então, quando o governo de Almir Gabriel e depois Simão Jatene publicaram que não davam o aval, porque a RESEX “engessaria” a economia dos municípios envolvidos, fato que agravada o prefeito tinha áreas para o avanço da pecuária que também, era uma de suas atividades. O governador Almir Gabriel reuniu algumas vezes com o Comitê no prédio da SECTAM tentando convencer os membros do comitê de que a RESEX traria sérios problemas para as economias municipais do entorno da área.

Neste contexto, o IBAMA vinha sendo convocado sistematicamente a fim de assumir a problemática ambiental (tal compromisso era uma exigência do Comitê) que tinha suas raízes na grilagem de terras, caça predatória, pistolagem e desmatamento (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). Chegou um momento em que a ação das empresas madeireiras tornou-se tão voraz que a retirada diária do produto por via do rio Xingu atingiu cerca de 30 balsas por dia. Segundo os líderes do STR e CP Z-64, este foi um momento bastante tenso, pois o rio Xingu, que permitia a saída das balsas, foi fechado por movimentos de contestação.

Durante este episódio, o movimento em defesa da floresta, que vinha acontecendo em Porto de Moz teve a adesão dos vários segmentos da sociedade local, movimentos sociais, e imprensa nacional e internacional. Este constante movimento das balsas representava uma ameaça ao ecossistema, pois cada balsa carregava em média 800 metros cúbicos de madeira. Somado a isso, estava o risco que as balsas representavam aos moradores ocasionando constantes acidentes com embarcações de pequeno e médio porte, especialmente à noite.

Com o início do governo Lula e com a forte pressão dos movimentos sociais de Porto de Moz, que acamparam várias vezes em Brasília bem como os constantes relatos de assassinatos e desaparecimento de pessoas no interior da área, o Governo Federal se viu forçado a dar uma resposta à sociedade. No dia 08 de novembro 2004, o Governo Federal decretou a criação de RESEX Verde para Sempre ocupando cerca de 80% do município de Porto de Moz e envolvendo em seu entorno os municípios de Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Prainha. O contexto dos conflitos, bem como a importância de mostrar a presença do Estado, trouxe até Porto de Moz, mais precisamente na comunidade de Santo Antonio de Carmelino, que se encontra localizada dentro desta reserva, a então ministra do meio ambiente Marina Silva.

Na ocasião da visita, a ministra apresentou investimentos na ordem de 18 milhões de reais que teriam o objetivo de proteger a floresta, qualificar os camponeses, gerar renda e prover melhorias em relação a serviços básicos²⁷. De acordo com o presidente do STR local, após dois anos de criação desta reserva sabe-se que foram investidos 330 créditos para cada uma das famílias no valor de R\$ 2.400. Durante todo este processo, contratou-se um consultor para fazer um levantamento sócio-econômico e ambiental da RESEX, sendo que até outubro de 2007 este trabalho não estava acessível ao público.

Segundo avaliação do STR, mesmo após a criação dessa reserva, muita coisa ainda está por ser executada, pois em muitas áreas as invasões estão piores, as ameaças, as brigas internas ainda são constantes. O decreto não vem sendo cumprido de maneira efetiva, pois, apesar de as madeiras terem saído desta UC, não dispo de acampamentos, a madeira continua saindo de maneira clandestina, não mais pelo rio Xingu, mas por estradas situadas no extremo sul da RESEX. O sistema de exploração da madeira também mudou, pois, atualmente a madeira não mais é retirada em tora²⁸ mas sim pranchas talhadas com o auxílio de motosserra, que são encaminhadas para as serrarias para beneficiamento.

²⁷ Precisamente, saúde, educação, moradia, saneamento, transporte e comunicação.

²⁸ Se bem que existam as exceções.

No período de criação da RESEX foram apreendidas madeiras em tora avaliadas em sessenta mil reais, das quais atualmente não se tem notícia. Segundo estimativas do STR naquele período foram derrubadas mais de 14 mil árvores que após o ensejo dos órgãos competentes foi retirada clandestinamente pelos madeireiros. De acordo com relato, o responsável pela gestão da RESEX, um funcionário do IBAMA, por motivos particulares tem sido ausente dos problemas vivenciados na área e presta poucos esclarecimentos às comunidades locais a respeito da real situação vivenciada.

Segundo levantamento realizado pelo STR, até o final de 2007, existia mais 150 casas construídas por fazendeiros e grileiros, depois do decreto, e ainda, o diretor da reserva é sabedor do fato. Na concepção do STR quando não existia um gestor, apontado pelo Governo Federal, o comitê tinha autonomia para deliberar ações dentro da reserva. De acordo como o Presidente do STR local,

Hoje ficou no poder do IBAMA que não faz nada pela reserva, nem a nossa participação ele não quer mais, não quer mais nossas opiniões, nós criamos nós acampamos, principalmente eu que sofri ameaças de morte, fique muitos meses fora hoje estou impedido de ir na comunidade, quem fala sim ou não é o IBAMA. Porque tem um consultor, eu não valo nada [...], porque me impediram, porque eu sou morador de dentro da reserva. (Sr. L.I.G., Lavrador, 2008, Informação Verbal).

Para esta liderança, existe um fortalecimento institucional que não vem atendendo as necessidades das populações que vivem dentro da reserva uma vez que estes sujeitos são trabalhadores rurais sindicalizados.

Na área que constitui a RESEX, existem várias comunidades, sendo que algumas segundo informações das organizações sindicais do local, apresentam alto nível de organização que não dependia da exploração da madeira para assegurar a sobrevivência. Dentre estas, se destaca as comunidades de Jussara, Santo Antonio de Carmelino, Vila Bom Jesus, Nova Bom Jesus, Jerusalém, São João do Pari, Arimun, Cristo Libertador. Antes da criação da RESEX, estas comunidades viviam de outras atividades, tais como a pesca e a agricultura familiar, retiravam madeira, mas não dependiam exclusivamente dos madeireiros, estes não os controlavam.



Fotografia 21- Vegetação marinha na RESEX Verde para Sempre.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 22 - Vegetação Terrestre na RESEX Verde para Sempre.
Fonte: Costa (2008).

O problema só começou a se agravar quando as grandes madeireiras passaram a controlar uma região conhecida como Maricota. A ameaça era tão grande que até a polícia evitava fazer diligências ao local, temendo ações dos pistoleiros, que segundo populares estavam a serviço das empresas madeireiras instaladas na região.

5.2 A RELAÇÃO ENTRE O RURAL E O URBANO

Durante muito tempo, o desenho das políticas públicas pensadas para a área rural vem sendo construídas sob uma perspectiva que adota o paradigma urbano como referência. Historicamente, tem sido construída a imagem de que é na área urbana que existem as grandes oportunidades e o desenvolvimento encontra-se espacialmente disseminado neste local. Arroyo (2000), (2004); Canali (2007); Kolling (2002), observaram que ao longo dos tempos as políticas públicas que seguiram esta lógica foram desastrosas, uma vez que por negarem as identidades das populações rurais acabaram desrespeitando princípios básicos necessário para legitimar as ações pelos possíveis beneficiados.

Esse contexto tem suas origens na forma como as políticas públicas são pensadas e direcionadas para a área rural, desconsiderando que neste ambiente existem inúmeros sujeitos com interesses, perspectivas, histórias de vida, adversos, especialmente quando esta dinâmica acontece no contexto amazônico. Nesta lógica urbano-cêntrica, para os sujeitos da zona rural não são necessárias políticas públicas específicas, pois se encontram fora do lugar no projeto de desenvolvimento do país. Williams (1989) ao refletir sobre a relação campo/cidade

argumenta que a relação que se estabeleceu historicamente entre estes dois espaços se deu via submissão.

Ainda segundo esse autor, tomando como exemplo a Inglaterra, a Revolução Industrial implementou uma mudança radical na maneira como as relações eram estabelecidas, uma vez que o campesinato tradicional foi cedendo lugar a um capitalismo agrário bem desenvolvido. Estas transformações mudaram e ignoraram as relações e as experiências que se tinha com o meio rural, secundarizando a importância do campo e de seus sujeitos. Tal fenômeno produziu como consequência um processo de êxodo rural estimulado pela idéia de que as indústrias absorveriam a mão-de-obra expulsa do campo.

O desenvolvimento do novo sistema industrial instaurou uma nova ordem capitalista para a agricultura: o capitalismo agrário. Por outro lado, o novo modo de produção colocou os trabalhadores em uma situação de vulnerabilidade frente aos novos perigos impostos pela lógica do capital, paradoxalmente, a opulência capitalista em pleno desenvolvimento passou a coexistir frente ao desemprego, miséria e degradação humana. Segundo Williams (1989), historicamente a cidade foi considerada como lugar de desenvolvimento e oportunidades de negócios e o campo como lugar de atraso.

Esse posicionamento deriva de uma visão de mundo predominante, que se estendeu sobre as outras formas de organização, a cultura dominante, da elite, da classe no poder que prefere tratar aqueles que moram no campo como sujeitos preguiçosos, pouco criativos, satisfeitos com o mínimo necessário para sobreviver, ignorando a condição de sujeitos criativos e críticos. Ao seguir nesta direção, Bourdieu (1989) elaborou o conceito de ‘cultura dominante’ para explicar esta relação de subordinação imposta por um grupo em relação a outro. De acordo com este autor, a sociedade é constituída por diversos grupos, em dado momento um grupo toma o poder e tenta sobrepor seu projeto de vida e de sociedade para os demais grupos.

Dessa visão dominante e excludente surge a falsa concepção de que para a região campesina, políticas públicas compensatórias são suficientes para atender as demandas mais imediatas das comunidades menos favorecidas (ARROYO, 2004, 2000). Ainda é muito forte a idéia de que para viver na zona rural, o que é importante é desenvolver os trabalhos na agricultura, pesca ou extrativismo, sendo necessários poucos conhecimentos, e essencialmente ter instrumentos rudimentares para realizar tais atividades (LIMA, 2001; SILVA, 2007). Na concepção de Kolling et al., (2002), aos poucos esta realidade vem sendo modificada, sejam

pelas tensões inúmeras no campo, ou seja, pela crescente mobilização social de trabalhadores que se identificam com o campo²⁹.

Nessa trajetória de luta pela garantia de direitos sociais, temos a constituição de diversos sujeitos coletivos, isso porque, como assinala Bourdieu (2004, p. 26) “[...] o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas”. Tais sujeitos encontram-se nos diversos movimentos que vão ao enfrentamento no campo das políticas sociais, pois reconhecem que somente o direito à terra não é suficiente, são necessárias outras políticas, entre elas reconhecem a real importância da educação, saúde, segurança, trabalho, desenvolvimento no seu sentido mais amplo. Estas iniciativas saem em defesa de novas formas de vivência capazes de proporcionar qualidade de vida às populações rurais construindo propostas alternativas que valorizam seus sujeitos.

Tais movimentos indicam a urgência da construção de outro projeto de desenvolvimento do país, pois o atual modelo “capitalista e globalizado” exclui parcela importante da população dos direitos sociais básicos. Para os povos camponeses que não fazem a separação entre trabalho/vida/cultura/conhecimento, estas transformações têm sido excludentes, pois este modelo não reconhece a zona rural como lugar de vida, espaço de tensões e conflitos. Portanto, não consegue incluir a grande diversidade de sujeitos que vivem no campo e que possuem necessidades humanas e sociais específicas e variadas.



Fotografia 23 - Centro comercial da cidade de Porto de Moz.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 24 - Moradora da RESEX Verde para Sempre.
Fonte: Costa (2008).

Ainda, o texto base da I Conferência Por uma Educação Básica do Campo (1999, p. 34) destaca que “[...] é preciso romper com essa visão dicotômica que gera dominação, e

²⁹ Em especial, a luta pela reforma agrária, movimentos de atingidos por barragens, movimentos de quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem terra, caboclos, meeiros, bóia-fria e outros.

afirmar o caráter mútuo de dependência: um (rural ou urbano, campo ou cidade) não sobrevive sem o outro”. Neste sentido, torna-se necessário reafirmar propostas de políticas públicas que deem conta de combater a histórica tendência de separar o campo e a cidade e reafirmá-los enquanto espaços de interdependência. É preciso acabar com estereótipo de que o campo é um lugar bucólico onde as pessoas vivem felizes na maior simplicidade, sem necessitar de maiores atenções do poder público.

5.3 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ

O município de Porto de Moz dispõe de uma estrutura educacional que atende a Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio de maneira razoável. O Ensino Fundamental é o que conta com o maior número de unidades escolares, tendo um aumento progressivo de unidades escolares conforme apresentado no quadro abaixo.

Anos/graus	Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Pré-escolar	-	-	2	-	2
Ensino Fundamental	-	1	75	-	76
Ensino Médio	-	1	-	-	1
1997 Pré-escolar	-	-	4	-	4
Ensino Fundamental	-	1	107	-	108
Ensino Médio	-	1	-	-	1
1998 Pré-escolar	-	-	10	-	10
Ensino Fundamental	-	-	107	-	107
Ensino Médio	-	1	-	-	1
1999 Pré-escolar	-	-	6	-	6
Ensino Fundamental	-	-	121	-	121
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2000 Pré-escolar	-	-	10	-	10
Ensino Fundamental	-	-	131	-	131
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2001 Pré-escolar	-	-	9	-	9
Ensino Fundamental	-	-	140	-	140
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2002 Pré-escolar	-	-	9	-	9
Ensino Fundamental	-	-	140	-	140
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2003 Pré-escolar	-	-	9	-	9
Ensino Fundamental	-	-	140	-	140
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2004 Pré-escolar	-	-	8	-	8
Ensino Fundamental	-	-	140	-	140
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2005 Pré-escolar	-	-	9	-	9

Ensino Fundamental	-	-	141	-	141
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2006 Pré-escolar	-	-	9	-	9
Ensino Fundamental	-	-	141	-	141
Ensino Médio	-	1	-	-	1

Quadro 32 - O número de estabelecimentos por dependência administrativa e graus de ensino em Porto de Moz entre os anos de 1996 -2006.

Fonte: MEC/INEP/SEDUC (2008).

No ano de 2006, o município contava com 330 professores atuando no Ensino Fundamental e 19 no atendimento a Pré-Escola, ambos de responsabilidade da SEMED conforme quadro abaixo.

Anos/Graus	Funções Docentes				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996Pré-escola	-	-	4	-	4
Ensino Fundamental	-	27	126	-	153
Ensino Médio	-	7	-	-	7
1997Pré-escola	-	-	14	-	14
Ensino Fundamental	-	21	155	-	176
Ensino Médio	-	9	-	-	9
1998Pré-escola	-	-	23	-	23
Ensino Fundamental	-	-	197	-	197
Ensino Médio	-	9	-	-	9
1999Pré-escola	-	-	12	-	12
Ensino Fundamental	-	-	218	-	218
Ensino Médio	-	6	-	-	6
2000Pré-escola	-	-	16	-	16
Ensino Fundamental	-	-	222	-	222
Ensino Médio	-	13	-	-	13
2001Pré-escola	-	-	25	-	25
Ensino Fundamental	-	-	252	-	252
Ensino Médio	-	6	-	-	6
2002Pré-escola	-	-	24	-	24
Ensino Fundamental	-	-	304	-	304
Ensino Médio	-	26	-	-	26
2003Pré-escola	-	26	-	-	26
Ensino Fundamental	-	-	291	-	291
Ensino Médio	-	30	-	-	30
2004Pré-escola	-	-	22	-	22
Ensino Fundamental	-	-	281	-	281
Ensino Médio	-	14	-	-	14
2005Pré-escola	-	-	21	-	21
Ensino Fundamental	-	-	311	-	311
Ensino Médio	-	10	-	-	10
2006Pré-escola	-	-	19	-	-
Ensino Fundamental	-	-	330	-	-
Ensino Médio	-	12	-	-	-

Quadro 33 - A função docente por dependência administrativa e graus de ensino em Porto de Moz entre os anos de 1996-2006.

Fonte: MEC/INEP/SEDUC (2008).

Notas:

- 1) O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.
- 2) O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série.

No ano de 2006, a matrícula por dependência administrativa e graus de ensino apresentou na Pré-Escola, 585 alunos; no Ensino Fundamental 10.896 e no Ensino Médio foram 756 alunos, conforme o quadro abaixo.

Anos/Graus	MATRÍCULAS				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996Pré-escola	-	-	84	-	84
Ensino Fundamental	-	726	4.772	-	5.498
Ensino Médio	-	144	-	-	144
1997Pré-escola	-	-	555	-	555
Ensino Fundamental	-	622	6.655	-	7.277
Ensino Médio	-	191	-	-	191
1998Pré-escola	-	-	775	-	775
Ensino Fundamental	-	-	7.155	-	7.155
Ensino Médio	-	189	-	-	189
1999Pré-escola	-	-	401	-	401
Ensino Fundamental	-	-	7.800	-	7.800
Ensino Médio	-	254	-	-	254
2000Pré-escola	-	-	534	-	534
Ensino Fundamental	-	-	8.767	-	8.767
Ensino Médio	-	317	-	-	317
2001Pré-escola	-	-	811	-	811
Ensino Fundamental	-	-	9.457	-	9.457
Ensino Médio	-	322	-	-	322
2002Pré-escola	-	-	756	-	756
Ensino Fundamental	-	-	10.118	-	10.118
Ensino Médio	-	444	-	-	444
2003Pré-escola	-	-	736	-	736
Ensino Fundamental	-	-	9.803	-	9.803
Ensino Médio	-	508	-	-	508
2004Pré-escola	-	-	620	-	620
Ensino Fundamental	-	-	10.010	-	10.010
Ensino Médio	-	607	-	-	607
2005Pré-escola	-	-	640	-	640
Ensino Fundamental	-	-	10.373	-	10.373
Ensino Médio	-	619	-	-	619
2006 Pré-escola	-	-	585	-	585
Ensino Fundamental	-	-	10.896	-	10.896
Ensino Médio	-	756	-	-	756

Quadro 34 - A matrícula por dependência administrativa e graus de ensino em Porto de Moz entre os anos de 1996-2006.

Fonte: MEC/INEP/SEDUC (2008).

Com relação ao rendimento escolar dos alunos do Ensino Fundamental, os índices melhores foram atingidos nos anos de 2003 a 2004 quando à taxa de aprovados. Então, atingiu-se os índices de 65,80% e 64,50% respectivamente.

ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO			
	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
	FED ¹	EST ²	MUN ³	PRIV ⁴	FED	EST	MUN	PRIV
1999								
APROVADOS	-	-	54,50	-	-	68,20	-	-
REPROVADOS	-	-	22,70	-	-	0,00	-	-
EVADIDOS	-	-	22,80	-	-	31,80	-	-
2000								
APROVADOS			58,60	-	-	63,50	-	-
REPROVADOS	-	-	24,90	-	-	1,30	-	-
EVADIDOS	-	-	16,50	-	-	35,20	-	-
2001								
APROVADOS	-	-	58,70	-	-	82,60	-	-
REPROVADOS	-	-	27,20	-	-	0,00	-	-
EVADIDOS	-	-	14,10	-	-	17,40	-	-
2002								
APROVADOS	-	-	58,20	-	-	71,40	-	-
REPROVADOS	-	-	27,80	-	-	1,70	-	-
EVADIDOS	-	-	14,00	-	-	26,90	-	-
2003								
APROVADOS	-	-	65,80	-	-	63,30	-	-
REPROVADOS	-	-	21,00	-	-	2,40	-	-
EVADIDOS	-	-	13,20	-	-	34,30	-	-
2004								
APROVADOS	-	-	64,50	-	-	68,30	-	-
REPROVADOS	-	-	19,20	-	-	3,00	-	-
EVADIDOS	-	-	15,60	-	-	28,70	-	-

Quadro 35 - A taxa de rendimento escolar em Porto de Moz entre os anos de 1999-2004.

Fonte: MEC/INEP/SEDUC (2008).

FED¹ (Federal); EST² (Estadual); MUN³ (Municipal); PRIV⁴ (Privada)

Em termos sócio-educacionais, observa-se no município de Porto de Moz, carência grande em relação ao oferecimento de educação de qualidade para as comunidades investigadas³⁰. Tal evidência, com base em entrevistas de professores da rede pública, pode

³⁰ Foi tomado como parâmetro de qualidade da educação aspectos tais como: Profissionais da educação, Formação e Qualificação de Professores, Infraestrutura dos Prédios, Material Didático, Fornecimento de Merenda e

ser estendida ao restante do município, onde o quadro crítico está na zona rural, de acesso difícil e distâncias longas, características comuns na região amazônica (LIMA, 2001; SILVA, 2007). A prefeitura local, segundo a SEMED, vem atendendo os cidadãos, em idade escolar, residentes na RESEX, por meio de ações como: construção de escolas, contratação e realização de concursos para professores da zona rural.

Antes da realização do concurso público para o suprimento dos cargos de professores e demais profissionais da educação da rede municipal, realizou-se, com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação do Estado do Pará (SINTTEP), reuniões que culminaram na aprovação do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério (PCCM). De acordo com alguns profissionais da área, o salário para a um professor por 100h aulas trabalhadas³¹ não chega a ser tão ruim se comparado a outras áreas do Xingu. Mas ainda assim, reconhecem que o valor ainda é baixo, considerando os desafios e adversidades enfrentados para aqueles que trabalham na zona rural.

De acordo com a SEMED de Porto de Moz, atualmente existem 142 prédios escolares em toda sua rede, mas não foi possível informar quantos destes estão localizados na zona rural, especialmente dentro da área que compreende a reserva. O município vem contando com o apoio do ME que, através dos Programas Educacionais vigentes, vem liberando recursos para que o município possa construir, qualificar, equipar as escolas e proporcionar a formação dos professores. Atualmente os professores leigos cursam pedagogia, matemática e história na Universidade Vale do Acaraú (UVA), que se instalou no município a partir de acordo com a prefeitura que pagaria parte da mensalidade e que depois foi suspenso ficando as despesas a cargo dos alunos.

Segundo a SEMED, antes existia um convênio entre UVA e Prefeitura, que foi suspenso em virtude da criação da reserva que acarretou ônus ao município que passou a gastar mais com o atendimento a famílias retirantes da área. Os alunos/professores reconhecem que as despesas com o pagamento das mensalidades são altas e comprometem o orçamento familiar, mas entendem que é um esforço necessário para melhorar suas formações e desenvolver um trabalho de melhor qualidade. Além disto, estes professores buscam, na universidade particular, a oportunidade de adquirir o curso superior em um tempo mais curto, bem como almejam, de posse dos diplomas, a possibilidade de ganhar um salário melhor.

Transporte Escolar.

³¹ O plano de concurso previsto no Edital nº. 01/2006, de Porto de Moz, previa para os professores de médio modalidade normal um salário de R\$ 300; e para professores de licenciatura plena de R\$ 350.

Outra justificativa apresentada pela SEMED para o cancelamento do convênio com a UVA está no fato de a indústria madeireira representar a fonte principal de arrecadação de impostos do município. Porém, com a proibição do funcionamento das serrarias, o repasse de recursos ficou bastante comprometido. Mesmo existindo uma RESEX em Porto de Moz, o tratamento recebido do Governo Federal continua sendo o mesmo como em qualquer outro município, não havendo, segundo a SEMED, projetos que considerem as especificidades desta região.

Na SEMED, existe um sentimento de frustração com relação às ações do Governo Federal e o envolvimento das lideranças locais dessa RESEX nesta secretaria, que poderiam ser mais intensas. Pelo que se levantou nesta Secretaria, a própria reserva teria que compor parceria para que as ações educativas pudessem atender melhor os alunos que moram dentro da área por meio de investimentos em projetos sócio-educacionais financiados pelo Governo Federal em colaboração com estado e município. A dúvida³² era grande em relação à possibilidade de haver alguma preocupação dos organizadores, que idealizaram a RESEX, em relação à criação de parcerias com a prefeitura, no sentido de também oferecer projetos sociais e educacionais que venham beneficiar aquela população, aquelas crianças.

Parece existir uma barreira enorme que divide a Prefeitura Municipal de Porto de Moz (PMPM) em relação à RESEX local. De um lado, o gestor reclama do pouco apoio do Governo Federal, e de outro, os moradores da reserva denunciam a omissão e descompromisso do poder público municipal e federal, especialmente nas comunidades que exploravam a madeira (SALGADO, KAIMOWITZ, 2003). Segundo a SEMED, há uma preocupação enorme com esta questão política e partidária em detrimento de uma proposta de um projeto político pedagógico que valorize as especificidades locais.

Por conta disso, torna-se quase impossível qualquer possibilidade de diálogo entre as partes envolvidas. E, principalmente, no sentido de discutir propostas voltadas para a sustentabilidade e qualidade de vida. Com relação às populações residentes nesta mesma reserva, o discurso é que o poder público municipal pouco tem se interessado com os problemas da área, já que existe a sensação de que cabe ao Governo Federal resolver todos os problemas.

O atendimento educacional na zona rural do município tem como base o oferecimento de classes multisseriadas no ensino fundamental, aspecto bastante comum na região norte do Brasil (CANALI, 2007). Em Porto de Moz, as unidades escolares ofertam vagas da educação infantil à quarta série, e nas escolas consideradas pólos, oferta-se da quinta à oitava série. De

³² O período a ser considerado compreende o ano de 2007-2008 quando a pesquisa foi realizada.

acordo com a SEMED, as classes multisseriadas justificam-se pela quantidade baixa de alunos por série, explicação que também é adotada na distribuição de unidades escolares em pólos, pois se ofertam séries mais elevadas em pontos geográficos capazes de atender várias comunidades em comum.

As atividades de planejamento pedagógico são desenvolvidas antes do período letivo e tem duração de uma semana e constituem-se em elaboração de calendário letivo, construção de planos de aula e revisão de conteúdos programáticos. No que concerne à discussão sobre o sistema de classes multisseriadas, não são realizados seminários, palestras com respeito a tal questão, não são discutidas metodologias de trabalho específicas. Existem apenas promessas e propostas de oferecimento de cursos específicos para os professores trabalharem com turmas de classes multisseriado.

De acordo com a SEMED, no ano de 2006, desenvolveu-se um importante trabalho voltado para a questão da educação especial, cujo objetivo era instrumentalizar os professores a trabalhar com turmas de classes especiais. Convidou-se especialistas diversos da capital do estado que tiveram a tarefa de formar professores qualificados para trabalhar com alunos portadores de deficiência auditiva, deficiência visual, dentre outras especificidades. Os relatos de professores que participaram da formação apontam a importância do evento e indicam a solicitação junto à SEMED a continuidade desta semana pedagógica com este foco e em outras questões relevantes para o cotidiano escolar.

A SEMED tem participado de discussões voltadas à educação do campo e tem colocado que uma das dificuldades enormes enfrentadas é a disponibilidade de recursos para atender melhor aos educandos que moram distante da sede municipal. A questão geográfica é um agravante importante em Porto de Moz, pelo fato de as estradas se encontrarem em estado péssimo de conservação, situação agravada com a chegada do período chuvoso, onde famílias diversas ficam quase que isoladas. Outra questão está relacionada à ampliação de recursos para o transporte escolar, especialmente em áreas ribeirinhas, pois existem localidades onde a escola mais próxima dista duas horas e meia em um barco a motor, fator que dificulta a frequência.

A SEMED considera pouco o recurso destinado ao transporte escolar dos alunos daquela região, sendo inclusive necessária uma re-alocação de recursos da própria prefeitura para suprir tais necessidades, o que nem sempre é possível haja vista que existem outros compromissos. Existe a necessidade de aquisição de veículos tais como automóveis e embarcações, mas o recurso possibilita apenas efetuar o pagamento de aluguel, havendo sempre áreas onde o transporte não chega. De acordo com esta secretaria, em reuniões

realizadas entre técnicos do ministério da educação e secretários municipais de educação colocou-se as debilidades do transporte escolar para municípios da região norte e foi exigida uma atenção diferenciada por se tratar de áreas de acesso difícil.

Em Porto de Moz, assim como em outros municípios paraenses, o sistema multisseriado já vem acontecendo há anos, sendo que em algumas comunidades e localidades onde não existe uma unidade escolar, turmas pequenas de alunos de séries variadas são formadas (ANDRADE, L., 2003; CANALI, 2007). Para atender tal demanda, a SEMED manda o professor que se desloca para uma destas comunidades e organiza a matrícula por série e forma tais turmas. Atualmente, vem ocorrendo certa resistência e muitas reclamações por parte dos professores, em virtude das dificuldades grandes para se trabalhar com turmas desta natureza.

Como é encaminhado um professor para alunos de séries diferentes na mesma sala de aula, torna-se quase impossível dispensar a cada aluno a atenção necessária. Pelo fato de algumas turmas surgirem independentemente da existência de prédio escolar, existe situações de trabalho extremamente precárias, onde uma lousa única (quando existe) serve para escrever as atividades de quatro séries ao mesmo tempo (SILVA, 2007). Além disto, o professor necessita de apoio voluntário da comunidade para dar conta de todas as tarefas da escola, especialmente, quanto ao preparo da merenda.

Em Porto de Moz, os professores da zona rural dizem que a dificuldade grande em se trabalhar nestas comunidades é o fato de dispor de pouco apoio da SEMED no sentido de contar com um servente, auxiliar de secretaria e mesmo dispor de infraestrutura adequada para o trabalho. Nestas áreas, o professor desenvolve todas as funções sozinho, comprometendo o efetivo tempo de horas/aulas a serem trabalhadas com os alunos. A organização do trabalho pedagógico acaba ficando comprometida, pois o tempo acaba sendo muito pouco diante das necessidades existentes no sistema multissérie.

Outro problema grave é a distorção idade/série dos alunos, principalmente os da área rural, pois existem alunos de quatorze anos que ainda estão cursando as séries iniciais do Ensino Fundamental, quando teriam que estar ingressando no Ensino Médio (ARROYO, 2004; 2000). Para resolver tal problema, a SEMED vem realizando ações conjuntas com a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC), através de programas de aceleração de estudos no sentido de realizar a readequação destes alunos em séries compatíveis com suas idades. Existe também o atendimento na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o qual conta com trinta e cinco escolas, tanto na área urbana quanto na área rural, sendo que nesta última, a prioridade são as comunidades que possuem motor de energia.

A realização do concurso público municipal conseguiu amenizar a política paternalística comum em alguns municípios paraenses onde os cargos são indicados por políticos (SOUSA, 2002). Porém, o modelo não foi totalmente rompido, pois antes os pedidos eram vagas de emprego, atualmente pede-se carga horária e lotação em locais de melhor acesso. É bastante perceptível o medo dos funcionários da educação municipal quando o assunto se refere a suas condições de trabalho, pois muitos não se sentem à vontade para comentar temendo possíveis retaliações.

A maioria dos professores contratados a partir do concurso público não teve problemas com relação à aceitação nos locais de trabalho, fato bastante positivo, já que em algumas comunidades regionais é o poder político local que indica quem será o professor a lecionar. Existem casos em que o cargo de professor é vinculado à barganha de favores políticos, especialmente aqueles de interesse eleitoral, pois, este profissional enquanto formador de opinião pode representar um aliado importante (LIMA, 2001; MONTEIRO, 1997; SOUSA, 2002). Silva (2007) considera que, em algumas comunidades da região norte, o papel do professor ainda ultrapassa os limites do magistério para assumir postura de conselheiro, liderança religiosa, e às vezes política, de modo geral, nas áreas rurais este profissional é digno de certo prestígio e confiança entre os comunitários.

O fornecimento da merenda escolar para a rede pública municipal de Porto de Moz pode ser considerada regular se analisados aspectos como: quantidade; qualidade; aceitabilidade. Segundo a SEMED, todas as escolas tanto da zona urbana como da zona rural recebem o alimento que abrange a Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental, bem como a EJA. O processo de licitação do alimento ocorre antes do término do ano letivo com vistas ao atendimento no ano que esta por vir.

As empresas de alimento apresentam suas propostas à SEMED que junto com o Conselho da Merenda Escolar (COMES) escolhe o fornecedor que é mais viável para o município, então o conselho passa a acompanhar todo este processo de repasse de entrega. Compõe este Conselho alguns professores da cidade, membros da comunidade em geral, que fazem parte dessa organização e avaliam a qualidade da merenda. Mesmo sendo formado por alguns segmentos da sociedade, o controle e intervenção deste órgão acabam por ficar comprometidos em virtude da pressão exercida pelo gestor público municipal.

Dentre as ações mais frequentes da SEMED destacam-se ações básicas tais como construção de prédios escolares – alguns de alvenaria e outros de madeira –, reposição de carteiras escolares, troca de quadros escolares. Estas ações são pontuais e de acordo com os comunitários seguem critérios de afinidade partidária ou pressões populares que nem sempre

contemplam as reivindicações. De acordo com SEMED, as ações só não são maiores por conta dos poucos recursos repassados ao município, especialmente na área que compreende a reserva.

No que concerne ao acompanhamento da educação nas áreas rurais do município, a SEMED designou uma supervisora rural licenciada em pedagogia que faz o acompanhamento bimestralmente nas comunidades. De acordo com o secretário municipal de educação, este profissional recebe todo tipo de apoio necessário para chegar às comunidades que são longínquas. Mas, durante o trabalho de investigação constatou-se que as visitas são bastante reduzidas e se limitam a poucas escolas.

Mesmo convivendo com uma reserva extrativista dentro do município tanto a SEMED, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) não dispunha de nenhum projeto voltado para questão da educação ambiental. No currículo escolar, não existe nada que mencione, estabeleça debates ou mesmo esclareça o que é a RESEX e o que ela representa para as pessoas e para a região. Segundo as autoridades locais, vinha sendo estudado um projeto voltado para a questão da educação, que deveria ser desenvolvido em parceria entre a SEMED e a SEMA com o objetivo de atingir as populações urbanas e principalmente as rurais.



Fotografia 25 - Diário de Classe.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 26 - Livros e cadernos utilizados nas escolas do interior da RESEX Verde para Sempre.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 27 - Classes multisseriadas em Porto de Moz.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 28 - Alunos do curso de história da UVA em Porto de Moz.
Fonte: Costa (2008).

Existe a compreensão da gestão pública municipal e de seus segmentos a respeito das problemáticas ambientais, mas nenhuma ação prática e efetiva foi realizada até o ano de 2008, justificada pela ausência de uma política direcionada para a reserva. A Secretaria de Agricultura de Porto de Moz (SEAGRI-PM) chegou a desenvolver algumas experiências de hortas nas escolas em parceria com a SEMED contando com certo apoio da comunidade, mas que se resume a poucas unidades escolares e não dispõe de proposta pedagógica. Diante do cenário, percebeu-se que as ações da SEMED não vêm acompanhando a dinâmica sócio-econômica e ambiental instaurada pela criação da reserva, este fato dificulta a compreensão e sobre o que é a uma RESEX e suas possibilidades.

5.4 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NAS COMUNIDADES DE SANTO ANTONIO DE CARMELINO, SANTA CLARA, ARIMUM E MAJARI

A LDBEN nº 9.394/96 é considerada um importante avanço na discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas para a educação, constituindo a base para elaboração e execução de ações capazes melhorar os atuais índices educacionais (BRASIL, 1996). Ainda sim, esta lei não vem sendo capaz de contemplar as especificidades vivenciadas em áreas afastadas dos centros urbanos, como é o caso das comunidades rurais investigadas no município de Porto de Moz. Se forem tomados como base de interpretação os Princípios e

Fins da Educação Nacional, conforme descrito LDBEN, comprova-se problemas graves em relação ao cumprimento da legislação.

As escolas das áreas rurais do município de Porto de Moz apresentam características bastante parecidas, uma vez que vivenciam os mesmos problemas e dificuldades que são produto da política educacional municipal e também nacional. De acordo com o Título II do art. 3º, parágrafo I (BRASIL, 1996), que estabelece que deve existir “[...] igualdade de condições para acesso e permanência nas escolas [...]”, percebeu-se que nas escolas rurais do município, este princípio vem sendo cumprido de maneira deficiente. Acesso e permanência dos alunos têm sido algo bastante desafiador, sobretudo por conta das dificuldades que estes educandos enfrentam para concluir o Ensino Fundamental.

Nas escolas investigadas nas comunidades de Santo Antonio de Carmelino, Santa Clara, Arimum e Majari, os alunos param de estudar na 4ª. série do Ensino Fundamental, no período em que estão com idade entre 15 e 16 anos. Estes alunos deixam de concluir a 4ª série com 10 anos pelo fato de repetir várias vezes a uma série, abandono do curso ocasionado pela falta de perspectiva com relação ao processo de escolarização, já que ainda é muito forte o discurso de que a instrução tem pouca importância no meio rural. Mas, não só a falta de direção quanto à escolarização produz a desistência, mas também as condições financeiras impedem que os alunos que concluem essa série dêem continuidade aos estudos, pois são filhos de camponeses que dispõem de recursos poucos para manter os filhos na cidade.

Quando alguns desses pais conseguem barganhar um lugar em uma casa de família na cidade, acabam por ter que submeter os filhos a exigências tais como a realização de trabalhos domésticos pelas meninas, fato que cria uma aceitação maior de jovens do sexo feminino, além do custeio das despesas para manutenção do jovem na escola. Submetidos a trabalhos penosos e algumas vezes violência física, sexual e moral, estes jovens acabam tendo pouco sucesso na conclusão do Ensino Fundamental e geralmente retornam para o local de origem frustrados e com poucas perspectivas. Um dos empenhos do Governo Federal é o chamado Programa Bolsa Família (PBF)³³ tem auxiliado uma grande quantidade de famílias a garantir

³³ Programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda mensal até de R\$ 100 *per capita*, o que condiciona a transferência do benefício financeiro a contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelas famílias (BRASIL, 2008). As famílias em situação de pobreza, com renda entre R\$ 51 e R\$ 100, podem receber até R\$ 45 ((BRASIL, 2008)). Ainda conforme esta fonte, as contrapartidas são: acompanhamento da saúde e do estado nutricional; as crianças em idade escolar devem estar matriculadas e frequentar o Ensino Fundamental; e participação em ações de educação alimentar.

não só a sobrevivência, mas também a permanência dos alunos nas escolas, já que uma de suas exigências é que o estudante frequente assiduamente as aulas.

Nas comunidades investigadas muitas famílias, mesmo tendo mais de um filho matriculado na escola, não recebem este benefício, pois segundo os pais não são dados os devidos esclarecimentos por parte da SEMED. Alguns pais de alunos encontram-se indignados pela falta de informação e omissão do poder público já que é do conhecimento de todos que o Governo Federal repassa recursos para este fim. Entre as famílias que recebem o auxílio existe o consenso a respeito da importância deste benefício para a aquisição de alimentos e outros gêneros necessários, mas ainda sim, reconhecem que o recurso é pouco para manter os filhos estudando, especialmente na cidade, onde as despesas são maiores.

Do ponto de vista de seus objetivos, o PBF deveria ser utilizado para compra de materiais didáticos, uniforme escolar e manutenção do aluno na escola, mas sabe-se que o benefício acabou por se tornar uma das principais fontes de renda de famílias que são constituídas de seis e doze pessoas. Durante a investigação nas escolas, observaram-se casos em que os filhos matriculados representam a principal fonte de renda da família, e outros em que ele representa a renda complementar. De acordo com a SEMED, todos os alunos regularmente matriculados na rede municipal de Porto de Moz estão cadastrados no PBF, mas existem casos em que o censo escolar não consegue regularizar a situação do aluno em virtude de seu número de faltas, abandono de estudo ou falta do repasse da frequência destes alunos.

Também, relatou-se que a SEMED vem desenvolvendo um trabalho árduo de conscientização das famílias à cerca da necessidade de se acompanhar a educação dos filhos, mas ainda sim, o desafio é muito grande, em virtude do pouco envolvimento da família na formação dos alunos. Segundo esta secretaria, os pais acabam priorizando o benefício enquanto recurso financeiro e esquecem que um de seus objetivos é de assegurar a formação educacional do aluno. No confronto das informações, percebe-se que a SEMED não vem conseguindo atingir a todos os alunos que necessitam deste auxílio, pois segundo depoimentos coletados durante pesquisa de campo, este programa vem sendo vinculado a afinidades partidárias, fato que dificulta o acesso a algumas famílias carentes.

Na comunidade de Arimum, no depoimento de uma mãe de aluno, percebe-se o quanto a SEMED vem sendo limitada em suas ações.

Eu fui várias vezes na secretaria de educação, procurei o pessoal que resolve isso, mas eu não consegui nada. Já fiquei várias horas na fila, procurei varias pessoas e nada. A gente precisa desse dinheiro pra comprar as coisas pra gente viver, nossa vida é muito difícil. A minha comadre tem dois filhos na escola e ela recebe a bolsa. Mas eu acho que no meu caso, é por causa que a gente num acompanhou o prefeito, aí eles deixam a gente de lado (M. S. G. C., Lavradora, 2008, Informação Verbal).

As divergências políticas acabam por prejudicar estas famílias que sobrevivem basicamente da agricultura e da pesca artesanal e, por direito, deveriam ser contempladas pelo benefício. Além da desistência em virtude da dificuldade financeira, detectaram-se alguns relatos em que a maneira como as metodologias são desenvolvidas em sala de aula dificultam a aprendizagem dos alunos que acabam abandonando o curso.

Esse problema está relacionado à ausência de uma política de qualificação e formação continuada que seja capaz de proporcionar novas formas de promover a construção do conhecimento e constituir-se enquanto valorização destes profissionais. O princípio da valorização dos profissionais da educação é apresentado na LDBEN vigente, porém, têm sido poucos os gestores que cumprem com tal preceito. Também, existem casos de gravidez precoce e inserção prematura no mundo do trabalho, especialmente nas atividades voltadas para agricultura e o extrativismo.

Nessas comunidades, o trabalho constitui uma atividade que sempre acompanha o cidadão local e, na medida em que a criança vai se tornando adulta, a mesma passa a assumir um papel cada vez mais importante em seu cotidiano. Entre os responsáveis pelos educandos, nas comunidades, existem dois tipos de pensamento em relação ao processo educacional. No primeiro pensamento, os pais compreendem a importância da escolarização para seus filhos e alimentam expectativas de construção de escolas profissionalizantes que sejam capazes de capacitar os filhos destes trabalhadores a desenvolver atividades relacionadas ao local.

Num segundo entendimento, existe a falta perspectiva em relação a uma formação deficiente que terá pouca serventia na área rural, ou que alimenta expectativas que dificilmente serão contempladas em virtude da falta de acesso a níveis mais elevados de educação. De modo geral, os pais sabem que escolarizar seus filhos é algo muito importante, mas o pensamento imediatista os remete a entender que a luta pela sobrevivência é algo inexorável, e desde muito cedo a criança compreende a importância de seu trabalho na luta

pela sobrevivência. De acordo com o depoimento de um morador, de 64 anos, da comunidade de Santo Antonio de Carmelino:

Eu sei o quanto é importante pro meu filho ter que ir pra escola até conseguir ser alguma coisa um dia. Quando ele chegou no tempo, arranjei uma casa de parentes pra ele morar na cidade. Num foi fácil, porque ele me ajudava muito aqui. Perdi a força do trabalho dele e tinha que dar as coisa pra ele num passar necessidade. Pensei várias vezes em ir buscar ele pra cá, de volta (J. M. S., Lavrador e Pescador, 2008, Informação Verbal).

Observou-se que, nas comunidades rurais, o número de filhos não é algo encarado como um problema, mas como possibilidades de dispor de mão-de-obra para os trabalhos cotidianos e de amparo na velhice.

Em relação ao rendimento dos alunos que freqüentam as séries ofertadas nas comunidades investigadas, às professoras responderam que a media de aprovados gira em torno de 50% a 60% e o número de reprovados em torno de 50% a 40%. Segundo os professores que atuam nestas unidades escolares, estes números são o reflexo da falta de políticas públicas educacionais locais capazes de dar conta das especificidades vivenciadas, pois os recursos são ínfimos diante dos desafios. Também, tem-se reclamações com relação à forma como o governo municipal vem discutindo a questão da educação rural, que geralmente só fica com “as sobras”.

Quando se discute sobre a ausência de políticas públicas específicas para o campo da educação rural, apresenta-se questões como: a ausência de cursos de formação específicos para a educação rural, uma vez que uma parte dos professores que atuam nas comunidades rurais dispõem do nível médio modalidade normal, e mesmo nas universidades a discussão sobre a educação rural é algo ainda novo. Existe necessidade de se discutir um currículo capaz de envolver as questões presentes na área rural, pois os livros trabalhados seguem os ditames do cotidiano urbano sulista desconsiderando a realidade amazônica. Bolsa de estudos para os professores cursarem a graduação, uma vez que o Campus Universitário mais próximo é o de Altamira, que fica a algumas horas de Porto de Moz.

Somado a essas questões, percebeu-se, durante as investigações junto aos professores da área rural, que não são disponibilizados recursos para a realização de seminários e fóruns de educação voltados à problemática local. As escolas desenvolvem suas ações contando com

a boa vontade de professores e a capacidade de barganhar materiais junto a SEMED. Nas escolas investigadas, os recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) são repassados pelas “escolas mãe”, uma vez que as escolas da área rural são anexadas às escolas da cidade.

O dinheiro do PDDE geralmente é aplicado na aquisição de materiais didáticos complementares, mas o grande problema reside no fato de o dinheiro muitas vezes não chegar até estas escolas, pois em alguns casos, como na escola de Santa Clara, existe uma enorme carência de materiais que auxiliem o trabalho pedagógico. As professoras desconhecem o modo como os recursos do PDDE vêm sendo aplicados nestas escolas e, além disso, nestas unidades não existem Conselhos Escolares para acompanhar aplicação destes recursos. Nas escolas da área urbana, a atuação do Conselho Escolar tem se limitado a acompanhar como o dinheiro vem sendo aplicado, tendo como agravante o fato de os membros sentirem-se coagidos a não denunciar irregularidades, temendo represálias.

Com relação à política voltada para o oferecimento do transporte escolar, no município de Porto de Moz, esta questão é complexa, especialmente no que concerne à qualidade e segurança oferecida pelas embarcações que realizam este trabalho. Durante a investigação, todos os barcos observados não apresentavam coletes salva vidas, em alguns barcos o eixo não estava protegido, não existem extintores de incêndio e os espaços são reduzidos o bastante. Quando questionados a respeito da precariedade das embarcações, um dos barqueiros respondeu da seguinte maneira:

A gente gostaria de ter um barco melhor pra oferecer o serviço, mas nosso recurso é pouco. Só dá pra gente pagar algumas despesas de funcionamento e garantir nossa sobrevivência. Além disso, ainda existe o problema da prefeitura atrasar nosso pagamento, aí a gente tem que se virar como pode, fazendo um frete, levando outros passageiros pra cidade, a gente vai se virando como dá (P. S. S, Dono de embarcação, 2008, Informação Verbal).

Segundo os proprietários das embarcações, a ausência de coletes salva vidas não representa perigo porque todas as crianças sabem nadar e os rios geralmente são calmos.

Alguns desses barcos estão com a estrutura bastante comprometida, mas continuam funcionando pelo fato de representar umas das poucas alternativas aos alunos e professores. Não existem critérios transparentes para a escolha dos barqueiros, pois o que determina sua

escolha é a identificação partidarista com a gestão pública municipal. Os barcos não trabalham exclusivamente com o transporte escolar, uma vez que, de acordo com os moradores, é comum os alunos dividirem espaço com outros passageiros, além de mercadorias e até animais.

Este fato faz com que viagens de uma hora tornem-se bastante desagradáveis, conforme relato de uma das professoras:

[...] eu não acho confortável, esse ano mais ou menos, mas ano passado nós tivemos que nos deslocar daqui pra outra escola e aqui ia a maioria dos alunos, e agente ia tudo apertado, quando chovia molhava tudo o caderno e não tinha aquele conforto, se não pode se levantar tinha que ir todo tempo sentado até chegar no local (Profª I. L. M., 2008, Informação Verbal).

Além disto, o transporte não é suficiente para todos os alunos, pois as embarcações não atingem determinados locais cujas distâncias até a escola representam duas horas de viagem, o que faz com que alguns jovens e crianças, em idade escolar, não estejam freqüentando as aulas. Com relação à política de fornecimento da merenda escolar, as investigações constataram que o fornecimento do alimento vem ocorrendo de maneira deficiente, em alguns casos inadequada em relação à cultura alimentar dos alunos.

Em média, o estoque de merenda das escolas rurais de Porto de Moz é suficiente para 15 dias, dependendo da habilidade do professor em gerenciar o consumo, pois existem casos em que a quantidade só dá para 10 dias. O cardápio de merenda é constituído por biscoitos, sucos, mingaus, sopas e geléias, que geralmente são fornecidos por empresas de outras regiões. A opinião, com relação à aceitação da merenda é bastante dividida, pois em algumas comunidades com Majari, e Santa Clara poucas são as queixas em relação ao alimento, mas no caso de Santo Antonio de Carmelino e Arimum, os pais de alunos consideram que alguns alimentos não são bem aproveitados pelo fato de não agradarem aos alunos.

Segundo os moradores, seria bastante vantajoso para o município e para os produtores locais, bem como para os alunos, se o cardápio fosse constituído por produtos da própria região com os quais os alunos já estão familiarizados. A aquisição destes produtos, a partir dos produtores locais, seria uma importante fonte de renda, diminuiria os custos para a prefeitura, teria melhor aceitação pelos alunos e incentivaria as atividades locais. Outro fator agravante ao fornecimento da merenda é depender do professor que deve ir até a cidade buscá-la, tendo que arcar com o transporte e pagamento de passagens.

De modo geral, o recebimento da merenda só acontece quando o professor tem que ir receber seu salário fato que não coincide com a chegada do alimento. Quando o professor chega à cidade, uma parte da merenda já foi distribuída entre os professores da cidade e até alguns da área rural, ou seja, quando o professor chega a pegar sua cota de merenda já lhe resta uma quantidade pequena que mal dá para o mês. A oferta de disciplinas de 5^a. a 8^a. séries vem sendo comprometida nas áreas rurais especialmente pela carência de professores, pois mesmo com a realização de concurso público em Porto de Moz não foi possível resolver o déficit destes profissionais.

O problema é mais grave em relação às disciplinas como química, física e matemática, fato que faz com que haja sobrecarga indevida a professores não-qualificados. Segundo depoimentos de professores das comunidades de Santa Clara e Santo Antonio de Carmelino, é comum cumprir a lotação de professores destas áreas com carga horária de professores nas disciplinas acima descritas. Mesmo não dispondo da formação adequada, os profissionais em questão aceitam a carga horária de disciplinas como modo de melhorar salário e mesmo trabalhando as disciplinas de maneira improvisada.

As professoras sabem e reconhecem que sua atividade vem ocorrendo de maneira ilegal, mas se justificam dizendo que se isto não for feito, os alunos ficarão sem aula e terão o ano letivo comprometido. A SEMED sabe da problemática e justifica-se dizendo que quando o concurso público foi realizado, em determinadas localidades não houve inscritos por se tratar de áreas rurais de acesso difícil. As atividades voltadas para o planejamento do ano letivo ocorrem apenas uma vez por ano, no início do ano, e se limitam a algumas conversas, leituras de textos, brincadeiras, tudo isto direcionado ao trabalho de 1^a. a 4^a. série, já que em relação a outras séries não houve nenhum tipo de formação, segundo relatos de professores.



Fotografia 29 - Escola da comunidade de Arimum.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 30 – Parte interna da escola da comunidade de Arimum.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 30 - Escola da comunidade de Santa Clara.
Fonte: Costa (2008).



Fotografia 31 - Escola da comunidade de Majari
Fonte: Costa (2008).

Já houve momentos em que técnicos e professores de Belém e Altamira foram contratados para ministrar as formações, mas estas iniciativas aconteceram de maneira pontual, não havendo um trabalho contínuo. Os professores mais ousados acabam arcando com despesas para se qualificar, fazendo cursos novos, comprando livros complementares e revistas para se manter informados; outros, simplesmente, desenvolvem suas atividades sem se preocupar com tais questões. No início do ano, a SEMED realizou a entrega dos livros didáticos utilizados na rede municipal por professores e alunos.

A escolha desses livros ocorreu a partir da decisão dos técnicos da SEMED com alguns poucos professores da área urbana do município e, conseqüentemente, este material acabou não contemplando as expectativas de alguns professores e alunos. Durante a investigação, quando observados, os livros apresentam qualidade estética boa. Mas, de acordo com as professoras, dispõem de uma linguagem e exemplos que não estimulam nem valorizam a cultura e os saberes regionais amazônicos.

6 O FENÔMENO EDUCATIVO NA RESEX VERDE PARA SEMPRE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

6.1 A POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO NA RESEX VERDE PARA SEMPRE

A educação é fator social essencial para o desenvolvimento sustentável em qualquer país, independentemente do estágio de desenvolvimento da economia, mas, sem dúvida, é mais crítico nas economias em desenvolvimento do que naquelas desenvolvidas. Nas áreas de RESEX, além da conservação ambiental, há, fundamentalmente, de se criar um espaço integrador com os atores sociais que trabalham ou se localizam no interior e nos limites dessas UC. Diante da complexidade dos problemas verificados, um dos desafios maiores para que a Verde para Sempre cumpra com seus objetivos de maneira sustentável é a consolidação da participação e do controle social da sociedade na gestão dessa mesma reserva.

Esse fator há de ser atingido com a formação, o estabelecimento e a capacitação de um Conselho Gestor (CONGE), que, nas UC tem um caráter consultivo e deliberativo. Nestas condições, quanto maior a participação e o fortalecimento deste conselho, a gestão da RESEX será melhor. Em Porto de Moz, existe um Comitê Gestor (COMIG) que cuida dos assuntos relacionados à reserva e auxilia as associações na elaboração de ações e projetos sustentáveis.

De acordo com a coordenação do comitê, existe o desafio de se estabelecer maior interlocução com as comunidades do entorno, instituições não-governamentais, atores políticos, comerciantes, empresários etc., que se encontram, interagem e/ou atuam nos limites ou interior da UC. Tal mobilização poderia estimular a realização de programas de turismo ecológico, recreação, lazer, estudos científicos e demais formas de participação e comprometimento. Infelizmente, o comitê ainda enfrenta forte resistência de alguns grupos políticos e empresariais, bem como a falta de esclarecimentos de parte dos atores.

Segundo o coordenador do comitê, uma das estratégias para cumprir a missão é a qualificação de pessoas e grupos estratégicos com capacidade de intervir em processos que contribuam para a construção de uma sociedade mais democrática e o fortalecimento da formação e qualificação. Neste sentido, a educação seria utilizada como um instrumento capaz de contribuir para disponibilizar informações qualificadas e atualizadas, compartilhar

percepções, compreensões e ampliar a capacidade de diálogo e de atuação conjunta comprometida com a missão de uma UC. Os relatos coletados na RESEX mostram que é preciso conhecer as condições que permitem que cada pessoa possa compreender a sua realidade, incluindo seus conflitos (que não devem ser ignorados para a sua solução).

É preciso que haja um diálogo democrático entre iguais, pois, para que isso seja possível todos devem ter as mesmas condições sociais, ao menos nos níveis básicos econômicos, políticos, jurídicos, educacionais e sanitários. É assim que se pode perceber a educação voltada para os conselhos de UC, o que na RESEX investigada ainda constitui um desafio. Educação é uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade.

Atua, portanto, sobre a vida humana em dois sentidos: (1) desenvolvimento da produção social, até mesmo dos meios instrumentais e tecnológicos de atuação no ambiente; (2) construção e reprodução dos valores culturais. Quando estas vertentes não são perseguidas ocorre que a educação passa a reproduzir os mesmos problemas de outrora. Da maneira como o processo educativo acontece nas comunidades investigadas na RESEX, pouca coisa pode se esperar em virtude da precariedade e ausência de um projeto político pedagógico comprometido com a formação de pessoas esclarecidas.

Nessas comunidades, o processo educacional contempla apenas algumas poucas crianças e alguns jovens, e se limita a algumas leituras, cálculos e atividades comuns ao cotidiano de qualquer escola pública de periferia brasileira. Raros são os momentos em que se discutem os problemas do ambiente imediato, mesmo porque os professores não se sentem preparados para propor estes debates. A ausência de uma educação formadora dificulta a gestão ambiental, bem como administração de uma UC e de seu entorno, pois estas ações dependem da compreensão de que as pessoas têm do ambiente.

A entender-se isso, pode-se tentar elaborar conhecimentos comuns, que estimulem as necessárias modificações de representações e comportamentos. Quando conflitos são explicitados – e os diferentes interesses em confronto mostrados –, inicia-se a compreensão para a sua resolução. Outro grave problema do modelo educacional desenvolvido na RESEX reside no fato de não haver um projeto de formação e qualificação para trabalhadores locais.

Seria muito importante proporcionar a estes atores escolarização, associado à qualificação profissional capaz de lhes orientar sobre como explorar a florestas e outras atividade de maneira sustentável. Isto faria com que os atores sociais passassem a rever suas atitudes, sua convivência coletiva e individual. Neste sentido, entende-se que é necessário

defender uma educação crítica, emancipatória, transformadora. Construir novas consciências é elemento imprescindível para que se repense e altere na prática a inserção dos atores na natureza, contribuindo para a construção de uma sociedade nova.

O IBAMA trabalha com a idéia de educação no processo de gestão ambiental, entendendo que:

Quando pensamos em educação no processo de gestão ambiental estamos desejando o controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente, de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam à qualidade do meio ambiente (IBAMA, 2002).

É possível afirmar que o enfoque metodológico de resolução de problemas, como meio para a problematização da realidade, deve ser encarado como uma preparação para o enfrentamento de situações conflituosas, o que ainda é comum nas áreas de RESEX. Este enfrentamento pode ser uma ocasião para, democraticamente, quando não superar o conflito totalmente, ao menos esclarecer posições e começar a trabalhar com consensos ou acordos específicos.

Na RESEX investigada, os conflitos começam a ser superados, de maneira tímida, graças ao engajamento de algumas famílias de extrativistas, bem como a atuação de lideranças comunitárias. Mesmo encontrando-se desarticulado, o movimento social se faz presente exigindo ações do poder público local e cobrando medidas capazes de garantir o cumprimento da lei de criação da RESEX, a exemplo disso está à atuação do SRT e CP Z-64. Um método de ensino-aprendizagem que se proponha adotar a idéia de uma educação emancipatória, pela explicitação de conflitos e estratégias coletivas, é condição para uma gestão sócio-ambiental eficiente e, de fato, democrática, em UC.

As populações residentes nas comunidades investigadas na RESEX carecem de um processo formativo capaz de lhes proporcionar esclarecimentos e formação sócio-políticos, para que tenham condição de enfrentar as mudanças na dinâmica local geradas pela criação da reserva. O SNUC, instituído pela Lei 9.985/00, define critérios e normas para a criação, implantação e gestão de UC. Esta lei apresenta objetivos e diretrizes específicas, sendo que um deles é a conservação de espaços naturais.

Nesse sentido, é possível agrupar sinteticamente seus objetivos em quatro grupos diferentes, mas complementares:

- a. Proteção/manutenção/preservação da biodiversidade, da sócio-diversidade e de serviços ambientais (bens utilizados) imprescindíveis (como a água);

- b. Incentivo e promoção da pesquisa científica;
- c. Promoção da educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- d. Promoção do desenvolvimento sustentável (para as comunidades do entorno das UC).

As diretrizes apresentadas pelo SNUC enfatizam a garantia de processos de envolvimento e participação da sociedade (populações locais, organizações não-governamentais, poderes públicos municipais e estaduais etc.) na criação, implantação e gestão de UC. Nas quatro comunidades investigadas apenas o primeiro objetivo vem sendo cumprido, de maneira precária, uma vez que o IBAMA, com o apoio da Polícia Federal, vem fiscalizando a área da reserva com equipamento e pessoal insuficiente.

As atividades de pesquisa realizadas dentro da reserva ainda são poucas e enfrentam dificuldades, especialmente no que se refere a auxílio financeiro. Com relação ao terceiro objetivo do SNUC, a discussão ambiental também está longe de se tornar elemento presente nas salas de aula das escolas da RESEX, pois inexistem cursos voltados para os professores e a proposta educacional é desenvolvida de maneira precária e deficiente seguindo o modelo desgastado de educação da rede pública urbana. E não se menciona o fato de a reserva apresentar especificidades e, assim, requerer uma educação voltada para a área rural, com ênfase no conhecimento local e a partir desta perspectiva a mesma possa auxiliar a mobilização e organização das comunidades.

Nestes últimos anos, a educação segue a lógica bancária (FREIRE, 1970), em que o professor trabalha as atividades prescritas no livro didático e os alunos respondem, sem que seja despertado o interesse pela leitura crítica do mundo. Estas comunidades não desenvolvem atividades capazes de mostrar aos moradores novas formas de enxergar o meio ambiente, vislumbrando-o como espaço também para o lazer e recreação e não apenas local de trabalho. Apesar da potencialidade local imensa, na RESEX investigada, as atividades de turismo são realizadas de maneira independente e sem acompanhamento técnico, limitando-se a passeios de barco e visitas à áreas de fácil acesso.

Mesmo com realização de algumas atividades de veraneio, em Porto de Moz, ainda não existe uma política de planejamento e gestão do turismo, tão pouco na RESEX. Seria muito importante estimular a busca por parcerias e o incentivo às populações locais e organizações privadas na criação, no estabelecimento e na administração de UC – que pode ser possível com a criação do CONGE – dentro do “sistema nacional”. Da mesma maneira, é

importante estimular a participação da população – principalmente, por meio de conselhos – na elaboração e/ou na aprovação do Plano de Manejo das UC³⁴.

Para a criação e efetivação dessas ações, pressupõe-se a emergência de uma educação emancipatória, isto é, que estimule a autonomia das pessoas (FREIRE, 2003), considerando que cada participante do processo educacional traz para a coletividade suas contribuições, tanto a partir de suas vivências como de seu conhecimento “formal” e “informal”³⁵. Isto pode tornar o processo mais rico, mais próximo da realidade de todos os envolvidos e, portanto, com maior chance de continuidade e sucesso em prazo longo. Estas ações podem estimular a articulação e integração dos segmentos internos e externos à UC como: professores, estudantes, pesquisadores, técnicos, servidores, moradores, população do entorno, agentes de turismo, monitores, agentes comunitários, pessoal terceirizado, entre outros atores sociais.

Espera-se que os processos educativos, norteados por tais idéias, possam contribuir para a construção e ampliação de consciências, visando à participação de cidadãos e cidadãs na defesa do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida. Pesquisas realizadas nas quatro comunidades localizadas dentro e no entorno da RESEX apontaram para a necessidade de realização de cursos e oficinas para formar equipe de profissionais aptos a atuar,³⁶ além de seminários internos de educação ambiental para os habitantes. Sob estas condições, espera-se que os moradores do interior da UC e do entorno possam ser envolvidos no processo de formação e capacitação, com a realização de oficinas, nas quais poderão ser discutidas as questões voltadas para a convivência com a floresta e para os cuidados com sua conservação.

Para que isto seja possível, é imprescindível a constituição de parcerias entre PM de Porto de Moz e secretarias, IBAMA, COMIG, Universidades, associações e sindicatos, e sociedade civil. A construção de um ambiente favorável permitirá que a educação exerça neste trabalho de fortalecimento da gestão participativa papel fundamental: consolidar o conselho como uma instância democrática, apropriada e legítima; instrumentalizar as comunidades a exercer cidadania e democracia. Contribui ainda para a integração dos conhecimentos diversos e instrumentos da gestão produzidos³⁷ e para a melhoria dos processos de tomada de decisão, vinculando o processo educativo às questões sociais, sendo entendidas em termos ambientais, culturais, políticos ou econômicos.

³⁴ O qual, a se pensar na RESEX Verde para Sempre, por certo terá implicações quanto ao manejo de peixes, das atividades agrícolas, da madeira etc.

³⁵ Respectivamente, de natureza escolar e aprendido fora de escolas.

³⁶ Agentes de fiscalização e atividades de aproveitamento dos recursos naturais.

³⁷ Plano de manejo, Plano de bacia e outros.

Existe, portanto a necessidade de se incrementar os meios e a acessibilidade à informação, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais e informativos de sua oferta, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação sócio-ambiental. O processo de intervenção educacional e remodelamento da proposta pedagógica local devem almejar a promoção do crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade da população participar em um nível mais alto no processo decisório. Entende-se que esta pode ser uma das maneiras de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

É neste cenário que o educador passa a assumir a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada na inter-relação entre homens e natureza. Nas quatro comunidades, os professores não vêm conseguindo estabelecer a função de mediadores nem com seus alunos, nem com os outros moradores. A falta de oportunidades de cursos de graduação, formação continuada e qualificação têm feito dos professores meros reprodutores do processo de alienação do saber.

Muitos destes são sabedores de tal problema e reconhecem suas deficiências, bem como a ausência de políticas de formação e qualificação de profissionais. A SEMED de Porto de Moz reconhece a necessidade de promover cursos de capacitação de qualificação de seus profissionais, mas pouco tem sido feito no sentido de desenvolver tais ações. É preciso que esta secretaria consiga elaborar seu Plano Municipal de Educação (PME) e seu Projeto Político Pedagógico (PPP) vinculado à questão sócio-ambiental existente na RESEX, bem como a constituição do Conselho Municipal de Educação (CME).

Na medida em que as populações começam a se apropriar dos conhecimentos e informações gerados pelo processo educativo, a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania e assume um papel cada vez mais desafiador. Uma vez articulados conhecimentos e informações com demandas e perspectivas locais, cria-se a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam. O processo educacional sustentável deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o ser humano, a natureza e o universo, tomando como referência o fato de os recursos naturais se esgotarem e que o principal responsável pela sua degradação é a sociedade humana.

O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, se concretiza a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de

vida. Uma proposta de educação para a sustentabilidade deve culminar em um aprendizado social, baseado no diálogo e interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que podem se originar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno. Assim, a escola pode se transformar no espaço onde o aluno poderá analisar a natureza dentro de um contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de uma realidade mais complexa e multifacetada.

Tantos as salas de aula como as comunidades da RESEX de Porto de Moz estão repletas de pessoas com experiência vasta em questões sócio-ambientais que carecem de oportunidade e orientação adequada para discutir sobre qualidade de vida e sustentabilidade. O entendimento sobre os problemas ambientais se dá por uma visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construído, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica, bem como pelos conflitos de interesse. Neste universo de complexidades, é importante conduzir os alunos de modo que os repertórios pedagógicos sejam amplos e interdependentes, na medida em que a questão ambiental é um problema híbrido, associado à dimensões humanas diversas.

Os professores precisam de formação adequada para re-elaborar informações que recebem de modo a permitir decodificar para os alunos as expressões dos significados em torno do meio ambiente e da ecologia nas suas determinações e intersecções múltiplas. A ênfase há de ser dada à capacitação para que se perceba as relações entre as áreas e como um todo enfatizando uma formação local/global, buscando marcar a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades. Neste contexto, a administração dos riscos sócio-ambientais impõe a necessidade de ampliar o envolvimento público através de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de consciência ambiental dos moradores e garanta a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação numa perspectiva pluralista.

A problemática sócio-ambiental, ao questionar ideologias teóricas e práticas, propõe a questão da participação democrática da sociedade na gestão dos seus recursos atuais e potenciais. Nesta direção, a formação educacional, numa perspectiva crítica, permite segurança no processo de tomada de decisões para a escolha de estilos novos de vida e a construção de futuros possíveis sob a ótica da sustentabilidade ecológica e da equidade social. Os desafios para ampliar a participação estão intrinsecamente vinculados à predisposição dos governos locais de criar espaços públicos e plurais de articulação e participação.

Observou-se que, em Porto de Moz, os canais de debates ainda são poucos e não recebem estímulos do governo local, que teme este tipo de organização por representar

ameaça ao ciclo de mandos e desmandos instaurados pelos grupos dominantes. A instituição escolar pode constituir-se em importante aliado para romper com a marginalização sócio-política instaurada pelos grupos político-financeiros que comandam este município. Mas, esta tarefa ainda está longe de acontecer, pois a categoria docente encontra-se desarticulada e por conta da distribuição espacial destes profissionais dificultar a sua reunião para propor modalidades novas de educação numa perspectiva sustentável.

Pelo fato de proporcionar esclarecimento, o processo formativo torna-se uma ameaça, pois os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam. Quando a população torna-se esclarecida passa a se impor, enquanto base constitutiva da legitimidade de interesses diversos em jogo; e neste sentido, ampliam-se as possibilidades e exigências em participar mais intensamente nos processos decisórios, como um meio de fortalecer a sua co-responsabilização na fiscalização e controle dos agentes responsáveis pela degradação sócio-ambiental. Este tipo de intervenção permite criar as condições para a ruptura com a cultura política dominante e para uma proposta inovadora de sociabilidade baseada na educação para a participação.

Por sua vez, essa possibilidade se concretizará, principalmente, pela presença crescente de uma pluralidade de atores sociais. E estes, através da ativação do seu potencial, terão cada vez mais condições de intervir consistentemente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público. Ao final de tal processo, almeja-se conquistar legitimação e consolidação propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação, e na consolidação de canais abertos para a participação que são pré-condições para a institucionalização do controle social.

6.2 EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A criação de UC foi uma solução para a preservação e conservação ambiental de certas áreas cujos biomas encontravam-se ameaçado pelas ações antrópicas. A primeira idéia de criar UC surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) no final do século passado, com o Parque Nacional (PARNA) Yellowstone, que representou uma vitória importante do movimento preservacionista. O parque constituiu uma resposta às constantes pressões diante dos problemas ambientais de destruição de áreas florestais e ameaça a biodiversidade que havia se tornado intensa, gerando indefinição com relação ao futuro.

A partir da criação desse PARNA, instaura-se uma postura nova para a questão da preservação de áreas florestais:

No cenário conservacionista/preservacionista mundial instaura-se uma “nova lógica” nas relações sociedade e natureza: a lógica da conservação baseada no caráter público do meio ambiente e em regras de uso e apropriação para o “uso indireto” dos recursos naturais. A partir do modelo americano a idéia de parque passou a significar tanto proteção como acesso público (SIMON, 2004, p. 78)

Este modelo novo de proteção ambiental passa a considerar a presença humana não como algo prejudicial, mas como uma parceria que permite a garantia da existência do bioma conscientizando aquele que representa a maior ameaça. A co-existência de um parque ambiental e pessoas usufruindo suas potencialidades, a partir de regras de conduta, muda a concepção de seres humanos enquanto ameaça e vislumbra a possibilidade de construir senso de proteção baseado na conservação.

Nesse sentido, as UC passam a materializar a discussão ambiental reconhecendo a indissociabilidade entre meio ambiente e seres humanos estabelecendo um conceito que envolve sustentabilidade e preservação reconhecendo a existência de populações tradicionais³⁸ que vivem na e da floresta. Estes povos, ao mesmo tempo em que vivem daquilo que a floresta pode lhes proporcionar, compreendem que a conservação é a garantia de sua sobrevivência, e por tanto, é de fundamental importância o engajamento nas questões de foro ambiental. Ignorar a legitimidade destas populações significa “endeusar” a natureza e privar o bem estar e a qualidade de vida daqueles que dela dependem.

A problemática ambiental tem como uma de suas origens o imaginário construído a partir do subconsciente das pessoas, alimentado por mitos criados no passado e na história que culturalmente são internalizados. Segundo Diegues (2001, p.157),

[...] existe uma mistificação da natureza como espaço intocado e intocável (o chamado mito moderno) no qual surgiu a idéia de criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas, de acordo com a idéia, de origem cristã, de paraíso perdido em que a natureza virgem se

³⁸ São considerados populações tradicionais os índios, pescadores artesanais, remanescentes de quilombos etc.

expressasse em toda sua beleza, transformado em objeto de reverência pelo homem urbano.

É neste cenário, ora cultuado por alguns e ora marginalizado por outros, que convivem as populações tradicionais e populações não-tradicionais.

O que caracteriza as populações tradicionais é o fato de apresentar um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado especialmente para a subsistência. Estas populações fazem o uso intensivo da mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos historicamente acumulados, que geralmente são de base sustentável, pois geram baixo impacto ao meio ambiente. Estes atores geralmente ocupam as áreas há várias gerações e não dispõe de registro legal de propriedade privada individual da terra, sendo definido apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com o seu uso regulamentado pelos costumes e valores locais.

Vale ressaltar que não se pode falar de sustentabilidade e proteção ambiental sem considerar a existência das populações não-tradicionais³⁹ que encaram a floresta como possibilidade de negócios e investimentos sem se preocupar com o passivo ambiental deixado para traz⁴⁰. A remoção destas pessoas bem como a convivência com as populações tradicionais tem sido um dos grandes problemas enfrentados pelos Organismos de Proteção Ambiental, já que as disputas pela posse destas áreas quase sempre têm sido marcadas por crimes contra a vida humana e contra a natureza. Esta problemática tem dificultado a elaboração de Planos Sustentáveis para as UC, pois tanto existe os interesses mercadológicos dos empresários, como o sentimento de identidade e pertencimento dos povos tradicionais em relação à floresta e, ainda, prevalece a condição de vida a partir dos produtos florestais.

A questão da sustentabilidade pressupõe uma revisão de valores, haja vista que, de acordo com a forma como o sujeito se identifica com o meio, são atribuídos diferentes significados. O modo como o caboclo percebe e utiliza os recursos da natureza é totalmente adversa a forma como um sujeito nascido e criado no ambiente urbano, cercado por prédios, carros, lojas etc. O caboclo sempre esteve ligado à natureza de modo sustentável, primeiro porque depende basicamente daquilo que a floresta e os recursos fluviais lhe oferecem; segundo, porque suas ações não chegam a causar prejuízos grandes a tais recursos, e ainda

³⁹ Empresários, madeireiros, grileiros, fazendeiros etc.

⁴⁰ Rios assoreados, áreas desmatadas, solos arruinados etc.

sim, é possível – nas condições em que produz – sua reconstituição num período de tempo relativamente curto.

O caboclo retira da floresta apenas aquilo que é necessário ao seu sustento, vislumbrando apenas prover suas necessidades básicas. O sujeito urbano, por outro lado, nasce em um ambiente onde o consumismo é uma constante em seu cotidiano, retira da natureza mais rápido e em maior quantidade do que a natureza é capaz de repor, devasta e extingue e explora de maneira implacável, seguindo a lógica de mercado. Neste sentido, a discussão sobre sustentabilidade necessita de uma série de ações legitimadas por políticas públicas, especialmente àquelas voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais, acesso ao conhecimento e novas tecnologias, possibilidades de se estabelecer parcerias capazes de auxiliar a fiscalização.

A idéia de sustentabilidade implica na prevalência da premissa de que é preciso estabelecer uma limitação definida nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos através de práticas educativas. Espera-se que estes atores sejam capazes de estabelecer um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos. Uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

Sabe-se que o avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma grande limitação de consciência na sociedade com relação às implicações do modelo de desenvolvimento em curso. O cerne das atividades ecologicamente predatórias tem como eixo central o desgaste e ineficiência das instituições sociais, inacessibilidade aos sistemas de informação e comunicação, bem como os valores adotados pela sociedade. Para que haja uma mudança de concepção é preciso estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma maneira de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções.

Para que este paradigma novo se estabeleça há de se mudar o acesso à informação e por transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência à gestão. Uma das barreiras grandes a serem vencidas reside na necessidade de os sistemas de informações e as instituições sociais se tornarem facilitadoras de um processo que reforce os argumentos

para a construção de uma sociedade sustentável, a partir de premissas centradas no exercício de uma cidadania ativa e a mudança de valores individuais e coletivos. Ainda, há de criar-se um ambiente favorável a fim de facilitar o processo, suprindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores ambientais e sócio-econômicos e tornar transparentes os procedimentos através de práticas centradas na educação para a sustentabilidade.

Tais medidas, quando bem direcionadas, podem criar estilos novos de vida, desenvolver uma consciência ética que questionem o atual modelo de desenvolvimento marcado pelo seu caráter predatório e pelo reforço das desigualdades sócio-ambientais. Estas ações devem ser pensadas especialmente em áreas onde os conflitos sócio-ambientais assumem condições críticas. Nestas áreas, é de fundamental importância criar oportunidades para que a população seja integrada às novas estratégias de proteção ambiental, segurança social, à sustentabilidade.

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a ética dos seres vivos (JACOBI, 1997, p. 67).

A presença de populações tradicionais em UC e áreas de entorno pode representar a possibilidade de contar com pessoas compromissadas com a proteção e fiscalização da floresta impedindo a caça indevida, retirada clandestina de madeira, pesca predatória e demais atividades ilegais.

Isto é possível a partir do processo formativo capaz de esclarecer os atores envolvidos com a problemática vivenciada a partir de alternativas construídas no seio da comunidade, contando com o uso de informações e treinamento, sem perder de vistas costumes e tradições. Neste sentido, a educação torna-se um dos elementos responsáveis pela mudança de postura frente à floresta, pois resgata a interação harmônica entre natureza e seres humanos, o que pode estabelecer laços de cooperação e respeito mútuo (ANTUNES, COELHO, JOCHEM, 2006). O conhecimento construído a partir do processo educativo torna os atores mais esclarecidos sobre seus problemas, sensibiliza-os para a importância de agregar forças e cooperar entre si, fortalecer o debate sobre alternativas de se viver na e da floresta.

O processo educativo, quando bem direcionado, permite o exercício da criatividade e estimula o pensamento das pessoas, sem que isto constitua adestramento ou alienação, já que

ele instiga os partícipes a elaborar soluções a partir de sua leitura de mundo e do cotidiano (BRUGGER, 2004). Sob este aspecto, considera-se que,

Não adianta, por tanto, reivindicar esforços (como sociedade) e/ou ensinar futuros biólogos (como professores) a planejar (tecnicamente) da melhor forma possível parques, reservas e novas áreas de preservação, sem consolidar a miríade de fatores que moldam de forma cada vez mais irreversível o rumo e os caminhos de nossa sociedade (BRUGGER, 2004, p. 94).

Por tanto, não se pode estudar os problemas sócio-ambientais atuais de maneira isolada, sem considerar relações estabelecidas a partir de uma análise de interdependência.

É cada vez mais crescente a emergência da questão sustentabilidade como a expressão dominante nas agendas que envolvem meio ambiente e desenvolvimento social em sentido amplo. Este debate – já generalizado em muitos circuitos – tem influenciado diversos campos do saber e de atividades diversas, entre os quais se desta o campo da educação. Observa-se entre os organismos internacionais, as ONG e nas políticas públicas dirigidas à educação, ambiente e desenvolvimento de alguns países, uma tendência a substituir a concepção de educação ambiental, até então dominante, por uma proposta nova de “educação para a sustentabilidade”.

A emergência de uma educação para sustentabilidade surge a partir do momento em que a educação ambiental não apresentou os resultados esperados nas últimas décadas, nem se mostrou capaz de atender à complexidade crescente da crise contemporânea (SAUVÉ, 1997). Neste sentido, acredita-se que as limitações têm origem, em parte, à inadequação entre o paradigma cartesiano-mecanicista, prevalecente na sociedade e ciência ocidentais, e os problemas que hoje atingem a vida social, o ambiente, a economia e a cultura. Segundo esta compreensão, as mudanças necessárias e desejadas exigem um paradigma integrador novo – ou holístico – que a educação ambiental não conseguiu colocar em prática, embora tenha reconhecido esta necessidade retoricamente.

A educação ambiental aplicada no cotidiano educativo assumiu expressões reducionistas em vários aspectos, como posto por Sauvé (1997): ao tratar a crise ambiental como uma crise meramente ecológica; ao confundir o meio ambiente com a natureza; ao desprezar suas dimensões políticas, éticas e culturais; ao apresentar uma abordagem fragmentada e acrítica da questão sócio-ambiental; ao aplicar metodologias disciplinares, não

participativas e de criatividade baixa e ao propor respostas comportamentais e tecnológicas para problemas de maior complexidade.

É válido mencionar que a educação ambiental teve sua contribuição no processo de sensibilização para a questão ambiental e nas reivindicações de movimentos sociais voltadas para a preservação sócio-ambiental. No entanto, pressupõe-se que ela não apresentou resultados capazes de atender às expectativas de mudanças criadas em seu desenvolvimento. É a partir desta crítica que se chegou a uma análise da educação ambiental desenvolvida nas escolas a fim de elaborar uma proposta nova de ‘educação para a sustentabilidade’.

Essa abordagem pressupõe estabelecer um debate capaz de esclarecer qual o real sentido deste termo que às vezes é interpretado de várias formas sem criar conexão com as questões do cotidiano. Para Sauvé (1997), existe a necessidade de discutir criticamente os conteúdos implícitos nos diversos discursos de sustentabilidade e de confrontar as diferenças entre eles. Ainda, de acordo com esta autora,    de fundamental importância estabelecer clareza sobre os modelos de educa  o disponíveis ou impostos, seus objetivos, interesses e valores, seu público preferencial e sobre as forças que conduzem o debate.

O modelo atual de educa  o, direcionado para o paradigma do desenvolvimento sustentável, nada mais    do que um treinamento para aquisi  o de certas habilidades em vez de um aprendizado voltado para a compreensão e emancipa  o. A educa  o necessitava de metas e objetivos a serem alcançados, mas em nenhum momento pode se furtar aos sujeitos envolvidos a capacidade de reelaborar seus conhecimentos a partir de uma prática de liberdade.

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados    conscientiza  o da crise ambiental demandam crescentemente novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades que transcendem a mera aplica  o dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis (JACOBI, 2000, p. 39)

O fenômeno educativo, sob uma perspectiva emancipatória, constitui suas bases a partir da constru  o do senso de autonomia e pensamento crítico.

Nesse sentido, discutir a educa  o do ponto de vista da sustentabilidade significa estimular os part  cipes⁴¹ deste processo⁴²    capacidade de pensar, julgar e construir atitudes de maneira consciente e responsável. Para isto,    necessário vencer o atual modelo de educa  o

⁴¹ Nessa disserta  o, os partícipes considerados são: crianças, adolescentes, pescadores, agricultores, donas de casa, entre outros.

⁴² Crianças, adolescentes, pescadores, agricultores, donas de casa, entre outros.

caracterizada pela preparação para o mercado, priorizando as demandas impostas pelo sistema capitalista, visando, acima de tudo, eficiência, controle de qualidade e competitividade (GENTILI; FRIGOTTO, 2002). Espera-se que a educação para a sustentabilidade constitua-se desde a mudança no modo de conceber o aprendizado tornando-o um processo reflexivo/ativo e integrador com condições de estimulam a capacidade crítica, a autonomia e a criatividade.

O pensamento voltado para a sustentabilidade, dentro do processo educativo, exige que se pense numa educação construída a partir da terra, dos rios, da floresta, considerando conflitos e divergências, produtos pela diversidade de saberes e costumes. Ainda, importa que se considere as especificidades locais na discussão da sustentabilidade dentro da educação, pois a conscientização ambiental deverá se dar de forma gradativa, enfocando cada círculo que envolve cada cidadão. Espera-se que este exercício faça com que cada um reflita sobre si, desenvolva o seu senso crítico, sobre o que está certo e errado, e procure ver de que modo ele poderá contribuir com a melhoria ou com a eliminação de situações danosas aos seres humanos ou à natureza.

A educação para a cidadania e sustentabilidade constitui a possibilidade de envolver e sensibilizar as pessoas para transformar as modalidades diversas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada e um modelo de educação associado à participação. O desafio da construção de uma cidadania ativa se configura como elemento crucial para constituição e fortalecimento de sujeitos/cidadãos que, portadores de direitos e deveres exijam a abertura de novos espaços de participação. Neste sentido, espera-se que a educação para a cidadania possa representar a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as maneiras diversas de participação em fatores potenciais de dinamização da sociedade e de ampliação do controle social da coisa pública, inclusive, pelos setores menos mobilizados.

Tais elementos precisam convergir para a criação de condições para a ruptura com a cultura política dominante e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. Esta se concretizará principalmente pela presença crescente de uma pluralidade de atores que, através da ativação do seu potencial de participação, terão cada vez mais condições de intervir consistentemente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público. A legitimação e consolidação destas propostas de gestão serão firmadas a partir da garantia do acesso à informação e na consolidação de canais abertos para a participação que, por sua vez, são precondições básicas para a institucionalização do controle social.

6.3 INTERESSE E EXPECTATIVAS DOS EXTRATIVISTAS

A participação é um processo social que gera a interação entre atores sociais diferentes na definição do espaço comum e do destino coletivo. Em tal contexto, como em quaisquer relações humanas, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos, independentemente de sua condição de gênero. Para Gohn (2001), estas são algumas das concepções fundantes que auxiliam o entendimento do campo vasto de luta e composição entre projetos de participação para a sociedade.

Nesse sentido e de acordo com Bordenave (1995), alguns “princípios” da participação merecem destaque:

- a) A participação é uma necessidade até biológica do ser humano, uma vez que este só sobreviveu como espécie pelo desenvolvimento de sua capacidade de vida coletiva organizada em sociedades com graus distintos de complexidade;
- b) A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder;
- c) A participação leva à apropriação democrática do ambiente e de sua base natural;
- d) A participação é algo que se aprende e aperfeiçoa por meio de sua promoção;
- e) A participação é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação;
- f) A participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los.

Logo, não é uma panacéia, mas uma opção política que corresponde à determinadas concepções de mundo, um processo inclusivo e educativo no tratamento e explicitação de problemas e não a solução destes mesmos problemas.

A participação é a promoção da cidadania, a realização do sujeito histórico, o instrumento por excelência para a construção do sentido de responsabilidade e de pertencimento a um grupo, classe, comunidade e local (BAUMAN, 2000). Em certo sentido, a participação é o cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser ‘senhor de si mesmo’. Quando se tem por foco a educação emancipatória, observa-se que uma das deficiências de processos participativos está em enfatizar o envolvimento de cidadãos em situações de escolhas eleitorais.

Como consequência desse posicionamento e da própria trajetória da cidadania, no Brasil (CARVALHO, 2001), tem-se um cidadão passivo. Ele espera tudo do paternalismo de governo e sua institucionalidade; tem-se, pois, uma população que busca seus espaços de modo atomizado e desorganizado. Ainda, tem-se uma educação formal que instrumentaliza para a intervenção técnica e não prepara para a vida coletiva.

Esses aspectos são bastante perceptíveis tanto na área urbana como na RESEX, pois ainda é muito comum o discurso de que:

Com a criação da reserva e a proibição da retirada de madeira, as nossas famílias dependem do auxílio da prefeitura, do governo do estado e do Governo Federal. Quando foi pra criar a área da reserva fizeram todo um bonito, diziam que ia ter muito investimento e que a gente ia melhorar de vida. Mas até agora só vejo famílias deixando suas casas pra ir pra cidade pedir na porta do prefeito, coisa que nunca tinha acontecido (M. C. S., Lavradora e Pescadora, 2008, Informação Verbal).

Entretanto, se a participação local e comunitária está sempre orientada para reivindicações específicas que não são vistas como parte orgânica da “política grande”, corre-se o risco desta participação ser integrada ao sistema político e seus vícios ou encontrar soluções fragmentadas e isoladas.

Assim, a busca por modalidades novas de governabilidade democrática passa pelo poder local e pela ampliação da esfera pública, pois é na ação na territorialidade local, articulada às questões políticas do Estado-nação, que os conflitos e tensões são mais visíveis e os atores sociais se relacionam mais intensamente. Desta maneira, torna-se o processo de reconfiguração das modalidades políticas e culturais e a concentração entre os envolvidos uma tarefa árdua, mas qualitativamente indispensável para a mudança de padrões societários. Ainda, os conflitos são uma constante em Porto de Moz, uma vez que as pessoas estão apenas começando a aprender a conviver com este modelo novo de relações, não mais baseadas nos conflitos de terras, exploração clandestina e exacerbada de madeira, ameaças de morte, mandos e desmandos dos gestores municipais, situação de insegurança e impunidade.

Nesse sentido, cabe destacar que a educação assume cada vez mais uma função transformadora, na qual, a formação educacional e política dos indivíduos tornam-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento baseado nos ideais de sustentabilidade. Entende-se, portanto, que a educação é condição necessária para modificar um quadro de degradação sócio-ambiental crescente. Mas, esta realidade ainda não é suficiente, o que, no dizer de Tamaio (2000), se converte em mais uma

ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas.

O educador exerce a função de mediador na construção de referenciais sociais, políticos e ambientais e precisa saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito de respeito aos semelhantes e também aos diferentes. No caso do educador atuante na área rural, essa missão torna-se muito mais árdua, pois em comunidades, com as de Santa Clara e Majari, é preciso construir formas de organização e intensificar/estimular a participação local. No município de Porto de Moz, participação e educação emancipatória são idéias que ainda estão germinando no seio de alguns grupos e certos atores.

E isso devido ao modo como as relações sócio-econômicas e políticas são construídas, ou seja, com base no autoritarismo, nos sistemas degradantes de exploração econômica etc. Portanto, tudo é ainda muito novo e compromissos não foram definidos e nem as responsabilidades de cada segmento social foram assumidas. No trabalho de investigação, percebeu-se certa descrença na possibilidade de um processo de participação intensa e consciente das populações locais em busca de melhores condições de vida.

Esse fato ficou evidente em comunidades como Santa Clara e Majari, que sentem de perto o lado negativo da intervenção governamental⁴³ em seu ambiente imediato.

Antigamente o dia amanhecia, eu tinha serviço, ia pra serraria defendia o meu pão, comprava as coisas pra dentro da minha casa, minha família não passava necessidade. Quando criaram essa reserva minha situação ficou muito difícil, eu cheguei a ganhar três salários e meio na serraria, o hoje, hoje tem dia que eu não tenho nenhum tostão no bolso (P. J. D, Lavrador e Pescador, 2008, Informação Verbal).

Nestas duas comunidades, é quase unânime a frustração e revolta dos moradores, especialmente aqueles que tinham na extração da madeira a principal fonte de renda. Ainda, de acordo com os depoimentos coletados a principal reclamação está na ausência de políticas capazes de promover a geração de renda, pois o modelo insustentável de exploração da floresta oferecia e ilusão de que o município vivia um momento fartura.

Tenho muita pena das crianças deste nosso lugar. São elas que mais sofrem com essa carestia, porque tem dias que a gente não tem o que oferecer. Meu marido arranja algumas coisa pelo mato e vai pra cidade tentar vender pra ver o que arranja pra gente. Mas não tá fácil não, minhas crianças precisam

⁴³ A intervenção governamental aqui considerada está relacionada à criação dessa reserva.

de roupa, de material pra estudar, de tudo [...], e a gente fica sem saber o que fazer (M. D. C. A, Lavradora e Pescadora, 2008, Informação Verbal).

Em Majari, chamou a atenção o depoimento de um lavrador que reside a 27 anos no lugar e que ilustra a ausência de políticas voltadas para a geração de renda.

Desde que eu vim pra cá observo que a vida tem se tornado cada vez mais dura e o trabalho parece que num rende. Neste lugar onde moro com minha família muita gente num agüentou ficar. Parece que a gente ta abandona. A num ser quando chega o tempo da política, aí os homens vem com solução pra tudo. Numa viagem, o candidato a prefeito, querendo mais um mandato veio me procurar aqui em casa. É disse que ia montar uma associação aqui no lugar e era pra eu reunir os moradores. Fiz isso, saí de casa em casa convidando. Quando ele ganhou, esqueceu de nós e eu saí com a cara amolada, fui chamado de mentiroso (E. G. L., Lavrador, 2008, Informação Verbal).

Este desgaste político constante é muito comum entre as lideranças locais, pois conforme já fora dito, a demora e em alguns casos omissão do poder público faz com que a credibilidade destes atores junto aos moradores, seja abalada.

Conforme posto por uma das lideranças do STR local, isso enfraquece o movimento social e destrói a possibilidade de participação responsável que é o um dos baluartes da democracia.

Eu fui um dos que mais lutou pela criação de reserva, sofri várias ameaças de morte, até hoje tenho que andar com certo cuidado e não posso ficar até tarde pela rua. Arranjei muitos inimigos, mas nada disso me assustava porque eu sabia que tava fazendo a coisa certa, e lutando pelo futuro de minha gente. Mas infelizmente a coisa tomou um outro rumo. Como tudo o que foi prometido pela ministra Marina Silva num chegou até hoje, estou pagando caro pelo compromisso que assumi. Tem lugares aonde os moradores num querem me ver nem pintado de ouro. Acabei sendo penalizado pela demora do governo (B. R. S., STR, 2008, Informação Verbal).

Por tais relatos, na ocasião da criação da RESEX, muitas promessas foram feitas aos moradores para que aderissem à proposta, sendo que algumas comunidades já receberam equipamentos tais como embarcações com motor, cestas básicas, enxadas, machados, facões e um certo auxílio financeiro, mas existem outras que ainda estão à espera⁴⁴.

⁴⁴ De acordo com o SRT local, tem havido problemas de comunicação entre lideranças, representantes do Governo Federal, ONG e populações comunitárias sobre as modalidades de gestão da RESEX, bem como o compromisso e responsabilidade de cada uma das partes.

Existe muita reclamação com relação ao papel do IBAMA no monitoramento da área que, segundo moradores, ainda necessita ser intensificado, especialmente no que concerne à saída de madeira em tora.

A questão da madeira aqui em Porto de Moz ainda continua muito séria. A madeira ainda continua saindo em grande quantidade. Criação da reserva ajudou a diminuir a saída de madeira em tora pelo rio que chegou a movimentar cerca de onze balsas, principalmente de noite. Depois da reserva a madeira passou a sair por meio de estrada em caminhões que levam tudo pra Altamira e Vitória do Xingu (B. T. A., Liderança da Colônia dos Pescadores Z-64, 2008, Informação Verbal).

O CONGE vem tentando direcionar ações e debates voltados para modos novos de discutir os problemas da RESEX, mas ainda enfrenta resistência, sobretudo pela falta de conhecimento das populações locais. Entretanto, o desafio maior tem sido sensibilizar o poder público municipal sobre a emergência de se estabelecer parcerias.

Aqui em nosso trabalho a gente enfrenta muita dificuldade, principalmente porque as pessoas confundem nosso trabalho com política partidária, e não é isso que a gente faz. Estamos trabalhando principalmente com questão do esclarecimento das famílias e associações, fazendo palestras, cursos e prestando esclarecimentos sobre possibilidades de potencializar ações na RESEX sem comprometer o meio ambiente e a sobrevivência das famílias. Infelizmente a prefeitura municipal que poderia ser um grande parceiro encara a reserva como algo à parte a sua responsabilidade e julga que cabe ao Governo Federal implementar todas as ações. Para eles a reserva é algo que não compete a suas responsabilidades (H. G. G., Comitê Gestor, 2008, Informação Verbal).

Durante a pesquisa, percebeu-se um jogo de transferências de responsabilidades entre alguns atores envolvidos na dinâmica da RESEX Verde para Sempre, especialmente, a PMPM que não dispõe de projetos voltados para área.

Por mais que o COMIG venha se empenhando em realizar suas ações, para as comunidades entrevistadas, ainda não há pleno esclarecimento sobre as possibilidades de ações na RESEX:

Logo após a criação da RESEX o Governo Federal direcionou um profissional do IBAMA para coordenar a área, mas este profissional passa a maior parte do tempo em Belém e os problemas são muitos e quase nunca discutidos por quem de direito de resolver. Às vezes ele leva até três meses sem vir a Porto de Moz e quando vem é muito rápido, não reúne com a gente e não nos dá esclarecimentos sobre qual é a situação das nossas famílias. A gente foi proibido de fazer as atividades que nossos pais e nossos avós

faziam, e hoje precisamos de atenção para continuar vivendo (J. T. S., Lavrador e pescador, 2008, Informação Verbal).

Ainda, observa-se a emergência no estabelecimento de parcerias voltadas para a RESEX como modo de:

- a) Promover o desenvolvimento sustentável das populações que habitam a área da RESEX, com prioridade para o combate à pobreza e a melhoria de sua condição de vida;
- b) Garantir a proteção dos recursos ambientais e socioculturais existentes na área, especialmente pela prática de atividades que não comprometam a integridade dos atributos que justificaram a criação da RESEX, mas, ao contrário, que assegurem a manutenção do equilíbrio ecológico existente;
- c) Promover pesquisas relacionadas a modelos de desenvolvimento sustentável que possam ser adotados na RESEX e à biodiversidade existente na área, para melhor aproveitamento dos resultados em benefício das comunidades locais e regionais;
- d) Estabelecer mecanismos que facilitem às próprias comunidades o exercício de atividades de fiscalização e proteção dos recursos da flora, fauna, hídricos, do solo e subsolo - inclusive a extração, produção, transporte, consumo e comercialização dos produtos e subprodutos da RESEX.

Por outro lado, na perspectiva de algumas lideranças do movimento, o processo de criação da RESEX – e os recursos financeiros, conhecimento e instrumentos legais e institucionais a serem trazidos para a região – é imprescindível para concretizar os objetivos do movimento.

Exemplar nessa direção, tem-se o processo de elaboração, implantação e execução do Plano de Manejo da comunidade de Arimum, localizada dentro da reserva. Precisamente, por meio de associação, os habitantes vêm executando atividades de exploração racional da madeira. As normas para o manejo sustentável dos recursos naturais, em cada setor e os problemas específicos dos setores, são discutidas em reuniões dentro da própria associação, em alguns casos subsidiadas por organizações de pesquisa.

Participam sempre dessas reuniões um ou mais membros integrantes do CONGE da reserva, sendo que as decisões são tomadas em assembléias que reúnem várias famílias da comunidade. Também e mesmo que esporadicamente, tem-se a participação de representantes políticos locais, de organizações governamentais e ONG diversas, órgãos de classe, sindicatos

e outros segmentos da sociedade civil organizada, além de pesquisadores e extensionistas. Estas assembleias gerais, bem como as reuniões setoriais, têm se transformado “em um espaço político” para a deliberação dos princípios gerais do manejo, discussões e tomadas de decisões, mas principalmente, em um espaço de divulgação dos resultados do manejo.

Nessas assembleias, as definições de Plano de Manejo são discutidas e votadas e as decisões tomadas nas assembleias devem ser acatadas pela maioria dos comunitários. Os estudos e pesquisas que subsidiaram esta dissertação apontaram que a formação de associação comunitária é indispensável à elaboração do Plano de Manejo. Na área da RESEX, já existiam algumas associações comunitárias que são recentes e surgiram da necessidade de se comercializar produtos, principalmente aqueles contemplados em tal plano, bem como receber o auxílio do Governo Federal.

A maioria das comunidades mais organizadas na RESEX criou associações, nas quais se discute o planejamento de atividades principais e toma-se decisões. O sistema de associação poderia fortalecer o grupo de manejadores das comunidades, e enriquecer o debate, favorecendo o ordenamento do uso comunitário das áreas com potencial madeireiro, diminuindo os conflitos entre as comunidades (PIRES, 2003). As atividades mais diretamente ligadas ao manejo florestal estão sendo implantadas em nível organizacional na comunidade Arimum pelos membros das associações comunitárias.

Contudo, de acordo com o COMGE, geralmente as comunidades ribeirinhas tradicionais da região não estão organizadas formalmente em associações e isso tem sido um grande desafio. Desta maneira, o trabalho e assessoria do Comitê Gestor e outros programas estão focalizados na orientação das comunidades para esta formalização. Do ponto de vista da RESEX, as associações não deveriam estar restritas às atividades de manejo florestal para a produção de madeira.

O papel das associações deveria ser o de incentivar as comunidades a incluir outras atividades econômicas e outros trabalhos de interesse comunitário. Existe um incentivo por parte do Comitê Gestor da RESEX para que as famílias que participam das associações coletem diversos recursos florestais madeireiros e não-madeireiros para produção artesanal e uso doméstico nas áreas de manejo florestal de uso múltiplo. Grupos diversos dentro das associações se dedicam a estas atividades, as quais não estão necessariamente separadas da atividade de extração de madeira; a exemplo existe a Associação de Juçara que trabalhava com aproveitamento de sobras de madeira do processo de exploração florestal.

De acordo com uma liderança da CP Z-64, antes da criação da RESEX, a pesca predatória promovida por pescadores comerciais (geleiras) era um grande problema, sendo

que a maioria destes pescadores provinha de município como Cametá, Belém e Monte Alegre. Durante a década de 1980, fatores diversos contribuíram para que as áreas na região começassem a ser ocupadas por pescadores: o crescimento da demanda por produtos da várzea, inclusive peixe; queda dos estoques pesqueiros causados pela operação da UHE Tucuruí, no caso do baixo Tocantins (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). Entretanto, a criação da RESEX, as mudanças no mercado madeireiro e o aperfeiçoamento das estratégias de fiscalização levaram ao declínio acentuado da exploração vegetal e animal.

Na concepção do Comitê Gestor, esperava-se que a criação da reserva, combinado com a educação ambiental e a fiscalização por agentes ambientais comunitários, pudesse contribuir para a redução da extração ilegal de madeira (PIRES et al., 2002). Antes da criação da RESEX, a caça e pesca clandestina de animais aquáticos nos lagos da região era um grande problema enfrentado pela CP Z-64 e pescadores locais. Caso esta caça e pesca não fosse proibida, a atividade clandestina colocaria em risco a ação da colônia frente aos órgãos de fiscalização. Desta maneira, iniciou-se um processo de negociação com a colônia de pescadores e pescadores locais para inibir a atividade clandestina.

A RESEX foi criada sob orientação do SNUC, quando se recomendou o envolvimento da “[...] participação da população local na definição do modelo de gestão e a conciliação da conservação da biodiversidade com a promoção social” (ALENCAR, 2002, p.104). No que concerne à pressão no entorno da reserva, pode-se dizer que tal fenômeno é caracterizado mais por uso do que por acesso. Como a lei estabelece que as áreas de várzea são terras de marinha e sua titularização não é prevista, isso de certa forma inibe a especulação.

Existem algumas medidas que poderiam favorecer a governabilidade em torno da reserva. Poderiam ser elencados como fatores favoráveis à governabilidade da área de entorno da RESEX:

- a) A inclusão de comunidades que moram fora/no entorno da RESEX como legítimos usuários dos seus recursos naturais, pois a co-gestão da reserva por moradores e usuários é importante para a criação de um tipo de “zona tampão” em torno da área;
- b) A participação de outros grupos interessados nos recursos naturais (moradores e comerciantes de centros urbanos) no processo de criação da reserva e de elaboração do Plano de Manejo;
- c) Diálogo com os atores externos que competiam com as comunidades pelos recursos naturais (pescadores comerciais, extratores de madeira) e busca pela parceria com estes atores;

- d) Um sistema de fiscalização implantado por grupos de moradores e usuários (formação de Agentes Ambientais Voluntários) para a fiscalização do uso dos recursos naturais da RESEX;
- e) Outras atividades e programas para a RESEX (educação ambiental etc.) nos municípios e comunidades em torno da reserva;

Como fatores desfavoráveis à governabilidade das regiões em torno da RESEX se destaca:

- a) Crescimento das áreas urbanas, aumentando a demanda por recursos naturais da região (pesca, madeira etc.) e do interesse das populações do entorno em utilizá-los;
- b) Alta taxa de analfabetismo e desemprego nas áreas urbanas e comunidades;
- c) Interesse crescente de migração para a RESEX motivado pela rede de parentesco existente entre moradores da reserva e de áreas urbanas, bem como possibilidade de receber auxílio do Governo Federal;
- d) Falta de fiscalização adequada pelas autoridades (IBAMA).

É de se observar que logo de início, o Estado teve um papel importante na criação da RESEX porém, atualmente, esta instituição tem como desafio a implantação das ações de desenvolvimento das comunidades. Por um lado, a criação da RESEX e suas normas sobre a utilização dos recursos naturais restringiram aos moradores e usuários o acesso aos seus recursos naturais⁴⁵. Por outro lado, esta reserva tem garantido aos seus moradores e usuários certo acesso “seguro” aos recursos naturais, pela restrição do acesso imposta aos outros atores, principalmente pescadores e madeireiros comerciais.

Ainda, importa que se efetive o papel do Governo Federal no âmbito das políticas públicas. Nesta direção, uma ação importante é incentivar a cooperação científica para a realização das pesquisas realizadas na RESEX.

Com apoio técnico e organizacional é possível que comunidades rurais assumam o manejo florestal, participando ativamente de decisões técnicas como a intensidade de exploração, fundamentadas em seus conhecimentos sobre as matas onde vivem há muitos anos. Apesar deste conhecimento acumulado, as comunidades necessitam aprimorar as operações florestais que vem desenvolvendo. Através de treinamento operacional, ou reorientação, os comunitários e usuários da reserva envolvidos no manejo florestal estão tendo acesso ao aprendizado de técnicas de manejo de baixo impacto (PIRES et al., 2002, p. 2).

Na concepção de Pires (2003), é preciso definir um modelo, em conjunto com as comunidades, englobando conhecimento tradicional sobre exploração de madeira na várzea e

⁴⁵ Pela criação de áreas de conservação, restrições na comercialização de alguns recursos etc.

novas técnicas para o melhor aproveitamento dos recursos com finalidades econômicas, as quais buscam reduzir os danos à floresta e os riscos de acidentes.

Nesse modelo, também há de se incorporar “[...] a percepção comunitária dos fundamentos básicos do manejo, o uso comunitário dos recursos florestais em áreas de uso sustentável definidas em consenso entre as comunidades e o estabelecimento de fóruns e mecanismos de tomada de decisão e resolução de conflitos [...]” juntamente com “[...] o uso de técnicas e instrumentos de avaliação e controle bem definidos” (PIRES, 2003, p. 2). O fortalecimento e o gerenciamento de associações comunitárias tem sido um desafio a ser alcançado na RESEX. Segundo Pires et al., (2002), a criação das associações comunitárias precisa ser fortalecida, as regras da comunidade devem ser formalizadas, definindo melhor os papéis das pessoas que integram a comunidade e fortalecendo a organização comunitária.

Anualmente, os associados analisam o andamento das associações, identificam os pontos positivos e negativos, as lições aprendidas e desafios e o grau de alcance dos objetivos dos comunitários. Esta avaliação inclui uma auto-avaliação dos associados e oferece indicações das principais dificuldades encontradas pelas associações e o seu grau de amadurecimento (PIRES, 2003). Ao longo dos anos, os promotores comunitários e lideranças dos setores têm assumido uma maior participação e responsabilidade na organização das assembleias anuais e os custos financeiros para sua realização.

Um aspecto que ainda é preciso avançar nas discussões da RESEX para assegurar o interesse das comunidades é buscar apoio de instituições internacionais, federais, estaduais e não-governamentais para a execução do Plano de Manejo. Entretanto, tem-se encontrado limitações e desafios para maior organização e apropriação comunitária. As dificuldades principais estão relacionadas à elaboração de um órgão de gerenciamento, ausência de lideranças fortes, heterogeneidade cultural e das práticas produtivas, entre os habitantes, que apresentam uma cultura arraigada de exploração madeireira tradicional (não manejada)”.

Outro fator é a desconfiança de alguns participantes em relação aos objetivos de sustentabilidade a serem alcançados com a RESEX, enfraquecimento de algumas lideranças comunitárias pela demora de ações. Isto diminuiu a participação comunitária, o que se “[...] complica com a dificuldade encontrada pelos participantes na conciliação de tempo para a realização de outras atividades econômicas (pesca, agricultura etc.) além das limitações impostas pela sazonalidade da várzea” (PIRES et al., 2002, p. 3). Além disto, outro fator limitante é a dependência de agentes externos à comunidade, visto que as comunidades não dispõem, de acordo com Pires et al., (2002), de recursos financeiros próprios para arcar com os custos iniciais necessários à criação das associações.

A comunidade de Arimum vem sendo um exemplo interessante já que por meio de treinamento florestal, os comunitários tornam-se capazes de realizar atividades técnicas, somando o conhecimento técnico ao conhecimento tradicional. Estas ações possibilitam a participação de todos os interessados, de acordo com suas habilidades, sendo que a deficiência de alguns participantes será compensada pelos dons de outros. Entre os anseios dos moradores das comunidades investigadas existe a emergência de:

- a) Formação de equipe com enfoque na organização e gestão comunitária;
- b) Capacitação de promotores comunitários para acompanhar as comunidades;
- c) Capacitação de lideranças comunitárias que passam a atuar como agentes multiplicadores dos processos e ajudam a implantar ações de fiscalização das áreas protegidas;
- d) Promoção de fóruns de debates e intercâmbios entre associações de manejadores.

As limitações e desafios principais para uma apropriação comunitária maior estão relacionados ao índice elevado de analfabetismo. Grande número de comunitários adultos é formado por analfabetos. Tal realidade os torna dependentes de agentes externos (PIRES et al., 2002), como em relação à assessorias, assistência técnica e acompanhamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as políticas públicas tem sua importância em virtude da necessidade de se construir um entendimento do cenário ambiental, sócio-econômico, político e cultural vivenciado pelas comunidades de dentro das UCUS e em especial das RESEX e de seus entornos. O impacto causado pela implantação da reserva traz como uma de suas implicações a emergência de compreender o processo educativo como elemento capaz de auxiliar a construção de sustentabilidade para os cidadãos. A criação da RESEX constitui apenas um dos passos já que, as dificuldades que as comunidades vêm enfrentando nessas áreas têm sido muitas, especialmente efetivação de serviços básicos capazes de contemplar as demandas das comunidades.

A pesquisa visualizou como as políticas públicas estão sendo discutidas em um contexto de RESEX no cenário amazônico. Uma das contribuições possíveis foi proporcionar o entendimento que somente através da interação da zona rural com a cidade torna-se possível vislumbrar o desenvolvimento da sociedade local. Para tanto, há de se estabelecer a compreensão de que a realização de um novo projeto de sociedade só será possível quando as necessidades básicas dos habitantes da zona rural forem contempladas.

A pesquisa procurou demonstrar que dentro destas necessidades está a emergência de um modelo de educação que seja capaz de valorizar o povo da zona rural. Entende-se que a construção de uma sociedade sustentável envolve a promoção de uma educação que estimule a transformação ética e política dos indivíduos, bem como das instituições, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo. Neste cenário, a educação pode

mediar um novo projeto social, no qual os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam criticamente revistos.

Com este trabalho espera-se incentivar a reflexão sobre a emergência da transformação do atual modelo de educação rural que reproduz o modelo de educação urbana reunindo resultados desastrosos. O direcionamento das atenções para a área rural tem sua importância por conta da necessidade em se apresentar/compreender uma dinâmica cheia de especificidades, principalmente quando a questão discutida está relacionada a ruralidade em um cenário diversificado como é o amazônico. É importante evidenciar as comunidades camponesas, ribeirinhas, pesqueiras e extrativistas, quilombolas, povos indígenas que são os atores envolvidos neste cenário que além de almejar a melhoria da qualidade do ensino também vislumbram a possibilidade de alavancar propostas de desenvolvimento.

A contribuição científica da pesquisa é apresentar novas impressões sobre as políticas públicas num contexto de RESEX na região amazônica, com ênfase na educação rural e sujeitos envolvidos neste processo. Durante muito tempo, a maior parte da sociedade não tem conseguido perceber na zona rural, as contradições presentes nas relações que envolvem a disputa pela terra, disparidades intrarregionais, conflitos locais, etc. As populações rurais clamam pela implementação de políticas públicas para que a área rural seja capaz de contribuir para construção de um projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário.

Deste modo, espera-se contemplar um projeto de desenvolvimento sustentável da zona rural amazônica que seja capaz de se opor à opressão vinculada à especulação da terra e ao capitalismo materializado no agronegócio abusivo. Aspectos como estes impõem atenção para as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos que vivem e atuam na diversidade de modalidades de produção e de vida na e da zona rural. Muitas têm sido as reivindicações dos movimentos sociais preocupados com a situação dos milhões de adolescentes, jovens e adultos que efetivamente estão fora da escola e de outros processos educativos formais.

É importante que a produção e execução de políticas educacionais estejam articuladas ao fortalecimento de um projeto popular de agricultura que valorize e transforme a agricultura familiar/camponesa e que se integre na construção social de um projeto de desenvolvimento sustentável da zona rural. As políticas públicas precisam estar articuladas ao conjunto de políticas que sejam capazes de assegurar direitos sociais e humanos dos cidadãos que vivem na zona rural.

É imprescindível discutir de maneira articulada à educação, o direito à terra, à permanência digna na zona rural, ao trabalho, às diferentes formas de produção e reprodução social da vida é o que subsidiará desenvolvimento social com justiça e dignidade. No caso da RESEX Verde para Sempre, alguns problemas, comuns em relatos de literatura especializada em UC, são presentes em seu cotidiano: recursos financeiros poucos para mantê-la; número insuficiente de funcionários para fiscalizá-la; criação desta UC com pouca eficiência do ponto de vista técnico e administrativo; falta de estímulo ao associativismo e cooperativismo; surgimento associações com atuação insignificante. Como se percebe, são problemas que comprometem a aquisição de qualidade de vida com sustentabilidade.

Percebeu-se que ainda é muito tímido o compartilhamento de responsabilidades entre o poder público e população local o que dificulta a discussão e elaboração de políticas públicas. É grande a necessidade de que as políticas públicas, além de discutidas e elaboradas, possam ser integradas a outras políticas de caráter setorial, a fim de proporcionar o desenvolvimento científico, tecnológico, turismo, saúde, lazer e educação, dentre outras, sem que isso signifique a dependência exclusiva de um único ministério ou mesmo secretaria de governo. Estas medidas precisam estar interligadas, uma vez que suas ações atingem as populações sob várias formas.

Em Porto de Moz, o desafio mais complexo tem sido convencer/mobilizar as populações locais sobre a necessidade de acompanhar as questões relacionadas à RESEX. O pensamento imediatista associado à falsas promessas tem feito com que as pessoas comecem a deixar de acreditar na sustentabilidade e na importância da existência da floresta. E é justamente aí que reside o perigo, pois o sentimento de frustração pode causar ações mais agressivas à floresta.

Neste sentido, o processo de formativo associado a políticas de geração de renda poderia representar uma possibilidade de resposta às exigências populares. Para tanto, se faz necessária a promoção de medidas emergenciais capazes de trazer a discussão ambiental para a agenda do dia, em Porto de Moz. No que concerne ao processo educacional, é preciso reorientar o currículo escolar, afim de, instrumentalizar a sociedade local sobre a importância e possibilidades da RESEX.

A educação tem que representar um instrumento capaz de fortalecer o controle social e incentivar o envolvimento dos atores nas decisões que afetam sua qualidade de vida. É questionável que as escolas de Porto de Moz discutam a questão ambiental de maneira pontual e despreparada. Nestes termos, importa que os professores deste município sejam qualificados com cursos de formação contínua para que estejam aptos a falar sobre a RESEX

aos alunos, bem como sejam capazes de envolver a comunidade local a formar opiniões e idéias novas. E para que isto ocorra, condições materiais adequadas e instigantes são essenciais, a exemplo de recursos financeiros, prédios e materiais didáticos adequados.

REFERÊNCIAS

ALEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Brasília, 2002. 826 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2002.

ALENCAR, E. F. **Terra caída: encanto, lugares e identidades**. Brasília, 2002. 245 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, 2002.

ANDRADE, L. A. M.; HAGE, Salomão Antonio Mufarrej. Desafios da educação nos assentamentos da reforma agrária da Amazônia Paraense. In: VII CONGRESO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 2006, Quito. **Anales del VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural**, 2006. p. 01-20.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANTUNES, K. G.; COELHO, R.; JOCHEM, T. **A importância da educação ambiental em unidades de conservação: experiência do centro de referência em educação ambiental de Marapendi**. 2007. Disponível em: < <http://www.ivtrj.net/sapis/2006/pdf/karemantunes.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

ARAGÓN, Luís E (Org.). **Educação, ciência e tecnologia: bases para o desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, UNESCO, 1997.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social no campo**. Col. Por uma educação básica do campo, nº. 2. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2000.

_____. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETI, Celso; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. (Org.) **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p. 56-72.

_____. et al., **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARRUDA, Rinaldo. **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. 1999. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BIFANI, Pablo. **Problemática ambiental contemporânea a nível global**: relaciones Norte – Sur. Madrid: Fundación Universidad Empresa, 1995.

BORDENAVE, Juan H. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 95).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **Coisas ditas**. SILVA, Cássia R; PEGORIM, Denise Moreno (Trad.). São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (1988) São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Decreto nº. 9.9274, de 6 de junho de 1990.** Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2008.

_____. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília DF: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 2004.** Brasília DF: INEP, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Plano nacional de educação:** subsídio para a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Brasília DF: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Elementos para um plano nacional de educação do campo.** Disponível em <<http://www.portalmec.gov.br/secad>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

_____. **Políticas de educação ambiental.** Brasília DF, 2002.

_____. Resolução CNE/CEB 01 de abril de 2002. **Diário Oficial [da] União,** Brasília DF, Seção 1, p. 32, 9 abr. 2002.

_____. **Resolução Nº. 13 de 06 de dezembro de 1990.** Brasília DF, 6 dez. 1990.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília DF, 2000. (Lei Federal n. 9985, de 18 de julho de 2000).

BRITEZ, R. M. et al., Manejo do entorno. In: _____. **Fragmentação de ecossistemas:** causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília DF: MMA, 2003. p. 115 - 147.

BRUGGER, P. **Educação ambiental ou adestramento ambiental?** 3. ed. Florianópolis. Argos, 2004.

BUARQUE, S. Desenvolvimento sustentável. In: _____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 95-129.

BUFFA, Esther; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Col. (Por uma educação do campo, n. 3).

CALDART, Roseli Salete; BENJAMIN, César. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília DF: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2001.

CANALI, Heloísa H. B. Educação do campo: construindo novas referências. In: SILVA, Gilmar Pereira (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: uma experiência. Belém: EDUFPA, 2007. p. 37-49.

CENTRAIS Elétricas do Norte. **Plano de Inserção Regional**. Belém: ELETRONORTE, 2001. 365 p.

CERQUEIRA, R. et al., Glossário. In: **Fragmentação de ecossistemas**: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília DF: MMA, 2003. p. 45-57

CARVALHO, I. **A invenção ecológica**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortês, 1991.

CONCLUSÕES da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. In: KOLLING, Edgar Jorge et al., (Org.). **Por uma educação do campo**. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação do campo, 1999. p. 37-41. (Coleção Por uma educação do campo, n. 01).

COSTA, Francisco de Assis. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia**: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: CEJUP, 1998.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DOXSEY, J. O dilema da educação ambiental e de seus educadores nas sociedades em transição. In: FAUNDEZ, A. (Org.). **Educação, desenvolvimento e cultura**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 71-79.

DRAIBE, S. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA/PLAN **Para a década de 90: Prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília DF: IPEA; PLAN, 1990, p. 01-65.

FAGUNDES, Antonio. **O poder da participação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. rev. Belém: UNAMAZ; UFPA; NAEA, 2006.

FERREIRA, Lindomal dos Santos. **Educação e reserva extrativista: possibilidades para o desenvolvimento sustentável em Soure, Pará**. Belém, 2001. 102 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, 2001

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: ABDR, 2001.

FONSECA, G. A. B. da; PINTO, L. P. de S. ; RYLANDS, A. B. Biodiversidade e Unidades de Conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. **Anais...** Curitiba. UNILIVRE, 1997. p. 01- 20.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1970.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza (Org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Concepção dialética de educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho (Org.). 3. ed. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOHN, Maria Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo. Cortez. 1999.

GOMES, Eduardo Lima dos Santos. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá**. Belém, 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

IBGE. **Censo de 2000**. <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>. Acesso em: 18 mar. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sinopse Estatística de educação básica**: Censo Escolar de 2000. Brasília DF: INEP, 2002.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 63 - 77.

_____. **Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

KOLLING, Edgar Jorge et al., **Educação do campo:** identidade e políticas públicas. Brasília. DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Col. Por uma educação do campo, n. 4).

LEFF, Enrique. **La gestión sostenible de los recursos naturales.** Madrid: UNED, 1995.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: _____. **Pensamento Selvagem.** São Paulo: Editora Nacional, 1976. p. 76 - 114.

LIMA, A. A. B. **Educação popular na Amazônia:** as experiências da CUT em qualificação profissional. Porto Velho, RO: CUT; Escola Sindical Amazônia; Escola Sindical Chico Mendes; Imediata, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação:** aspectos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: IBASE; Instituto TerrAzul; Parque Nacional da Tijuca, 2007.

_____. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação.** Salvador, v. 7, n. 1, p. 37 - 50, jan./abr., 2004.

_____. Educar, participar e transformar em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental.** Brasília DF, ano 1, n. 10, p. 50 - 62, 2004.

_____. et al., (Org.). **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação.** Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.

MALINOWSKI, B. **A diary in the strict sense of the term.** New York: Harcourt, Brace & World, 1967.

MAPA do município de Porto de Moz. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_de_Moz>. Acesso em: 23 set. 2007.

MAPA da Mesorregião do Baixo Amazonas. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Baixo_Amazonas>. Acesso em: 27 set. 2007.

MAPA da área da RESEX Verde para Sempre. Disponível em:
<<http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.14.20.56/doc/2817-2824.pdf>>
Acesso em: 17 jul. 2007.

MAZZOTI, A. J. A.; GEWANDSNAIDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

McGRATH, D. G.; et al. Varzeiros, geleiros e o manejo de recursos naturais na várzea do baixo Amazonas. **Cadernos do NAEA**, Belém, n. 11, p. 91 - 125, nov. 1993.

MEDINA, N. M. (Coord.). Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar – 1º. grau. In: **Amazônia:** uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. Brasília DF: IBAMA, 1994.

MILLER, K. R. Evolução do Conceito de Áreas de Proteção – Oportunidades para o século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. **Anais...** Curitiba. UNILIVRE, 1997. p. 03 - 21.

MONTEIRO, Alcidema et al., **O espaço amazônico:** sociedade & meio ambiente. Belém: UFPA; NPI, 1997.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas:** seleção e manejo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.

MOUGEOT, Luc J. A. a recente ocupação humana da região amazônica: causas, durabilidade e utilidade social. In: ARAGÓN, Luís E.; MOUGEOT, Luc J. A. (Org.). **Migrações internas na Amazônia:** contribuições teóricas e metodológicas. Belém: UFPA; NAEA; CNPq, 1896. p. 71 - 83.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, ano 6, n. 3, p. 103 - 113, [jun-dez], 1996.

OLIVA, A.; MAGRO, T. C. A evolução do planejamento do entorno das unidades de conservação de proteção integral. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. 6, 2004. **Anais...** Curitiba. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. p. 462 – 463.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PAIVA, V. P. **Educação popular e a educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PARÁ. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e finanças. **Estatística Municipal de Porto de Moz**. Belém: SEPOF, 2008.

PERROT, Marie-Dominique. Educação para o desenvolvimento e perspectiva intercultural. In: FAUNDEZ, A. (Org.). **Educação, desenvolvimento e cultura**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 191 - 212.

PINTO, Lúcio Flávio. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.). **Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 14 – 47.

PIRES, A., MOURA, E., et.al. O desafio de conservar as florestas inundáveis amazônicas no Brasil. In: **Science and local communities: strengthening partnerships for effective wetland management**. USA, Ducks Unlimited, Inc., 2002. p. 01 – 45.

_____. Princípios e processos na implantação do manejo florestal comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. **Artigo ISA**, Manaus, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA; PNUD, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

RATTNER, Henrique. Globalização pobreza e meio ambiente. In: VIEIRA, Paulo; MAIMON, Dalila (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Belém: APED; UFPA; NAEA, 1993. p. 63 - 71.

REIGOTA, Marcos. Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental. **Em aberto**, Brasília DF, v.10, n. 49, p. 40 - 45, 1991.

RIBEIRO, Berta G. **Diário do Xingu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 42).

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 18. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Carla (Org.). **Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Transamazônica**. Belém: AFATRA, 2003.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn, M. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29 - 56.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAMAIN, E. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a etnografia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 23 - 60, 1995.

SAUVÉ, L. “Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa”. **Revista de Educação Pública**, Mato Grosso: UFMT, v. 6, n. 10, p. 99 - 119, 1997.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo: as novas tecnologias. In: FERRETI, Celso et al., (Org.). **Tecnologias, trabalho e educação: um debate disciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 147 - 164.

_____. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SCHLEMMER, B. A ética da profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade científica do pesquisador – um itinerário da antropologia francesa. In: ARANTES, A. A, RUBEN, G, R., DEBRET, G. G. (Org.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992. p. 137 - 153.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.). **Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

SILVA, Gilmar Pereira (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: uma experiência. Belém: EDUFPA, 2007.

SIMON, A. **Conflitos na conservação da natureza**: o caso do Parque Estadual da Serra do Tiririca. 2004. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/15777.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. 2008.

SIMONIAN, L. T. L. **Informação verbal acerca de observações e anotações de campo feitas no Acre em 1987**. Belém: [s.n], 2009.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). **Populações e meio ambiente na pan-Amazônia**. Belém: NAEA;UFPA, 2007. p. 25 - 44.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 117-134, maio/ago. 2005.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZEL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP;UFPA;NAEA, 2000. p. 37 - 42. (Série Estado e Gestão Pública).

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação a luta pelo poder. Belém: NAEA, 2002.

SOUZA, Nelson Mello. **Educação ambiental**: dilemas da prática contemporânea. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2000.

TAMAIIO, I. **A mediação do professor na construção do conceito de natureza**. 2000. f. 180 Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas SP, 2000.

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=10705904>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: _____. **INDIVIDUALISMO e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 13 - 37.

VILARINS, T. Maior índice de analfabetismo é do Pará. **O Liberal**, Atualidades, p. 9, 21 jun. 2009. (Sucursal de Brasília).

WEREBE, Maria José G. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil: 30 anos depois**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

XIMENES, Tereza (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia** 21. Belém: UFPA; UNAMAZ; 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE – Questionários aplicados aos moradores da RESEX; Entidades e
Organizações Governamentais e Não-Governamentais; Professores e alunos da RESEX

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DAS COMUNIDADES

1. Que políticas públicas (educação, saúde, moradia, saneamento básico, água tratada, energia elétrica, etc.) vêm sendo desenvolvidas na comunidade?
2. Quais as instituições que vem trabalhando as políticas públicas na RESEX e no entorno?
3. As RESEX são viáveis como modelo de desenvolvimento?
4. Qual o perfil dos trabalhadores da RESEX, o que fazem, de onde vêm, suas dificuldades, número de filhos, número de famílias que vivem na mesma casa, divisão sexual e familiar do trabalho?
5. Existem organizações locais de moradores? Quando surgiram? Como vêm atuando? Suas conquistas, desafios e perspectivas?
6. Quantas famílias existem nas comunidades?
7. As famílias revezam-se entre a localidade rural e a cidade?
8. Qual é a fonte de renda das famílias (caça, pesca, seguro defeso, extrativismo, venda de madeira, carvoaria, carpintaria, etc.).
9. Todas as famílias da comunidade local participam de associação?
10. Quais são as principais espécies animais e vegetais exploradas pelos moradores?
11. Existe algum tipo de criação de suínos, abelhas, aves, ervas, pescado, etc.
12. Depois que terminam as séries iniciais estes alunos ficam em seu lugar de origem ou vão para a cidade em busca estudos mais avançados? A família vai junto?
13. Quando vão para a cidade estes alunos moram aonde? Com quem? Trabalham em que? Depois ficam na cidade ou retornam na ilha?
14. Que aluno vai mais para a cidade (homem ou mulher)?

15. O que esperam da educação enquanto instrumento de capaz de auxiliar o desenvolvimento?
16. As comunidades apresentam interesses divergentes ou convergentes em relação ao modelo de desenvolvimento suscitado pela RESEX?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES, ALUNOS E PAIS DE ALUNOS

1. Com que idade as crianças começam a estudar?
2. Que séries são ofertadas?
3. Quais os turnos?
4. Com que idade os alunos param de estudar? Por quê?
5. Quais as causas da desistência no decorrer do ano letivo?
6. Em média quantos alunos iniciam o ano letivo em uma turma e quantos terminam?
7. Qual a média de aprovação e reprovação dos alunos?
8. Quantas unidades escolares existem na comunidade?
9. Como é a estrutura física da escola (salas espaçosas, arejadas, com boa iluminação, número de carteiras, quadro negro, bebedouro, cozinha com água potável, geladeira, fogão, banheiros com fossas sépticas, bibliotecas)?
10. De que distância os alunos se deslocam até a escola?

11. Existe transporte escolar? Como é o barco (confortável)? Atende a todos os alunos?
12. Existe o fornecimento de merenda escolar? Quanto tempo dura a merenda? Qual é o tipo da merenda?
13. Quando vão para a cidade os alunos moram aonde? Com quem? Trabalham em que? Depois ficam na cidade ou retornam na ilha?
14. Que aluno vai mais para a cidade (homem ou mulher)?
15. Como surgiram as comunidades?
16. A criação de RESEX trouxe algum benefício para a comunidade?
17. O nível de analfabetismo ainda é alto entre os moradores da comunidade?
18. O que esperam da educação enquanto instrumento de capaz de auxiliar o desenvolvimento?
19. Quais as dificuldades enfrentadas pelos professores?
20. Como vem sendo trabalhada a questão ambiental dentro do currículo escolar?
21. A comunidade participa das reuniões escolares?
22. Quais as contribuições dos professores dentro da comunidade?

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (FEDERAIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS) E ONG

1. Que políticas públicas (educação, saúde, moradia, saneamento básico, água tratada, energia elétrica, etc.) vêm sendo desenvolvidas na comunidade?
2. As RESEX são viáveis como modelo de desenvolvimento?
3. Qual o perfil dos trabalhadores da RESEX, o que fazem, de onde vêm, suas dificuldades, número de filhos, número de famílias que vivem na mesma casa, divisão sexual e familiar do trabalho?
4. Existem organizações locais de moradores? Quando surgiram? Como vêm atuando? Suas conquistas, desafios e perspectivas?
5. Quantas famílias existem nas comunidades?
6. Qual é a fonte de renda das famílias (caça, pesca, seguro defeso, extrativismo, venda de madeira, carvoaria, carpintaria, etc.)
7. Existe transporte escolar? Como é o barco (confortável)? Atende a todos os alunos?
8. Existe o fornecimento de merenda escolar? Quanto tempo dura a merenda? Qual é o tipo da merenda?
9. Todas as famílias da comunidade local participam de associação?
10. Como Gov. Federal, Estadual e Municipal vem atuando na RESEX e no entorno?
11. Qual a maior preocupação dos moradores?
12. Para os moradores da comunidade o que significa desenvolvimento?
13. As comunidades apresentam interesses divergentes ou convergentes em relação ao modelo de desenvolvimento suscitado pela RESEX?